SCIALISMO LIBERTÁRIO

UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Sumário

Apresentação

"Se pergunta: Devemos esperar um acabado desenvolvimento teórico para começar a atuar? Não. O desenvolvimento teórico não é um problema acadêmico, não parte do zero. Se fundamenta, se motiva e se desenvolve a partir da existência de valores ideológicos, de uma prática política. Mais ou menos certos, mais ou menos errôneos, estes elementos existem historicamente antes da teoria e motivaram seu desenvolvimento."

"Podemos prescindir da teoria justificando isso pelas urgências práticas? Não. Pode existir, uma prática política fundada somente em critérios ideológicos, ou seja não fundada, ou insuficientemente fundada em adequadas análises teóricas. Isso é o habitual em nosso meio."

Federação Anarquista Uruguaia (FAU), *Huerta Grande - A Importância da Teoria*

No final do ano de 2002 o Luta Libertária iniciou uma discussão em torno de temas políticos e referentes ao anarquismo, desta discussão deveria sair a Carta de Princípios do coletivo. O Luta Libertária, à época era ainda o coletivo editorial que formamos no início de 2001 contando um pequeno grupo de militantes da Resistência Popular. Nascido da necessidade de criar um espaço político para discutir e pensar questões pertinentes para o anarquismo , é responsável desde junho de 2001 pela edição de um boletim mensal, o Combate Anarquista, e de alguns livros (Anarquia e Organização, de Nestor Makhno; Socialismo e Liberdade, de Mikhail Bakunin e O Anarco-Comunismo Italiano, de Errico Malatesta e Luigi Fabbri).

Desde o início o Luta Libertária teve em seu horizonte a formação de uma organização anarquista. Uma meta que demanda planejamento, trabalho e crescimento. Por isso mesmo, nunca estivemos limitados ao trabalho editorial, apesar de sua importância: a militância nos movimentos sociais e a discussão política sempre foram parte imprescindível de nossa prática. Em virtude destes trabalhos alcançamos um crescimento e uma diversificação de tarefas que começou a nos fazer cogitar um salto qualitativo, nos convertendo de fato e formalmente em um grupo político. Foi neste ponto que começamos a discutir alguns requisitos mínimos que este tipo de organização devia possuir e que decidimos que era necessário um documento que expressasse as posições, análises e propostas do grupo.

De início, como já foi colocado, pretendíamos elaborar uma declaração ou carta de princípios. Com a evolução das discussões concluímos que este tipo de documento seria algo muito vago, uma espécie de coletânea de princípios e opiniões dispersas sobre vários temas que apesar de expressar muito do que pensamos, não formaria um todo coerente, não expressaria nosso projeto político.

A partir deste momento decidimos que o documento que produziríamos deveria sim conter os princípios que, são referência para nós, mas deveria ser algo mais do que isso. Este algo mais seria um programa ou projeto político. mas neste ponto nos deparamos com outro problema, sendo francos com nós mesmos, concluímos que a discussão que tínhamos acumulado até então não nos habilitava a escrever um programa ou projeto político. Para esta tarefa nos faltam elementos teóricos articulados coerentemente (uma teoria), um melhor conhecimento da realidade brasileira, uma análise que fosse fruto do cruzamento entre o conhecimento da realidade e a teoria, uma estratégia extraída desta análise e as táticas deduzidas a partir daí. E tudo isso, reconhecemos modestamente, nos falta atualmente.

Entretanto, em cada um destes planos (teoria, conhecimento da realidade, análise, estratégia e táticas) o nosso grupo tem uma discussão acumulada e determinadas conclusões. Mesmo que o quebra-cabeças não esteja montado já temos muitas peças dele e isso merecia ser posto a público, ainda que seja para constatar as nossas carências e erros. Avaliamos que não devíamos esperar um projeto político totalmente maduro para a publicação, ou melhor, avaliamos que publicar as referências que temos atualmente seria um passo no sentido de clarificar para nós mesmos o estágio de discussão em que o grupo se encontra, abrir a discussão sobre este projeto em construção para fora, recebendo críticas e contribuições ao projeto socialista libertário.

Portanto, não esperem deste texto um projeto acabado ou maduro. Aqui não fizemos mais do que coletar as opiniões e análises do grupo sobre uma série de questões que julgamos importantes dentro de um projeto. Este documento não esgota a discussão em nenhum de seus pontos, não os discute com a profundidade merecida e não dá o destaque que alguns pontos merecem devido à nossa falta de acúmulo de discussão sobre estes mesmos pontos. Cada um dos pontos deste documento merece por si só um estudo á parte, o que logicamente é impossível de se fazer nos limites deste documento.

Mas não queremos fazer desta apresentação um pedido de desculpas ou inventário de nossas limitações, até porque mesmo diante de todas as limitações existem certas análises e conclusões que são claras para nosso grupo. Se publicamos este documento tal qual ele está escrito é porque acreditamos que a construção do projeto socialista libertário não é tarefa exclusiva de nenhum grupo e que nenhum indivíduo ou grupo iluminado vai defini-lo. A tarefa de elaborar este projeto é coletiva no seu sentido mais amplo, isto é, será realizada por um debate sustentado entre vários grupos e organizações que tenham esta preocupação e ao mesmo tempo possuam compromisso político e atuação social. Entendemos que a construção do projeto socialista libertário não é tarefa para grupos de estudo ou acadêmicos isoladamente. Mesmo que estes possam ter contribuições interessantes a incorporar no projeto, somente grupos organizados poderão levar adiante esta tarefa, porque ela exige regularidade, debate coletivo e acima de tudo um forte vínculo com a realidade social, sem o qual a tendência de se teorizar em cima de desejos e princípios, ignorando a realidade, pode levar a propostas que em nada auxiliam a luta real, objetivo último de todo projeto.

Outra coisa que queremos deixar bem marcada é que não temos a pretensão de apresentar aqui nenhuma novidade fabulosa, nosso texto foi construído a partir de leituras que fizemos ao longo de nossa trajetória militante e durante o período em que estivemos discutindo e elaborando este documento, estas leituras vão dos clássicos do anarquismo a textos de história e economia e, apesar de sempre procurarmos extrair deles as nossas próprias conclusões, estamos longe de achar que temos aqui uma inovação total.

O documento está dividido em duas partes. Na primeira delas procuramos caracterizar em seus traços mais gerais o capitalismo, o reformismo, o dito "socialismo" (que conceituamos como sistema estatal) e as tentativas dos libertários em implantar outro tipo de sociedade, sobretudo na Revolução Espanhola. Como fruto destas análises estruturamos uma segunda parte do documento, na qual esboçamos um projeto socialista libertário, que abarca a sociedade que buscamos construir em seus traços gerais (o comunismo-anarquista), a transição para esta sociedade que chamamos de socialismo libertário, os requisitos para uma ruptura revolucionária com o capitalismo, os marcos estratégicos para se alcançar esta ruptura e os traços básicos de uma organização anarquista que possa impulsionar este projeto.

Adotamos a postura de encarar a construção de um projeto político com franqueza. Percebemos que na esquerda como um todo isso é raro. Alguns simplesmente abandonaram a tarefa de pensar projetos políticos revolucionários porque se renderam ao sistema e tudo que fazem é justificar ideologicamente suas práticas, que somente afirmam mais e mais o sistema capitalista. Outros permanecem aferrados a projetos de décadas atrás, e não apenas em algumas idéias gerais que seguem sendo válidas, mas a cada detalhe do que escreveram e disseram os clássicos socialistas em outro tempo e outra conjuntura.

Muitos destes se dizem materialistas e defendem que as idéias são produzidas e correspondem à uma determinada realidade histórica. No entanto, ao defender as mesmas idéias de décadas atrás agem como se afirmassem que a realidade não mudou neste tempo todo, afinal as idéias são as mesmas. Na sua forma de conceber um projeto político negam o movimento real da sociedade e se acomodam aceitando projetos bem acabados, com boa dose de coerência interna, mas totalmente descompassados com a realidade, sendo que muitas vezes são adaptações de fórmulas inadequadas para a realidade brasileira.

Existem ainda aqueles que recuam diante da tarefa de construir um projeto político. Diante da dificuldade de tal empreitada, ao invés de reconhecer as próprias limitações e trabalhar para superá-las, se contentam em adiar esta tarefa para um futuro indefinido e assumem o risco de orientar a prática política com base na intuição, em análises pontuais, sujeitas a variar radicalmente a cada alteração da conjuntura e, no final das contas caem no voluntarismo. Sem projeto político claro o elemento de unidade de muitas organizações acaba residindo unicamente no lado emotivo, nos princípios e em última instância na capacidade de ter fé na causa.

Outro tipo de justificativa, esta de tipo teórico, é a visão de que é impossível a construção de um projeto político globalizante e amplo, de que esta seria uma pretensão totalizante, que caminharia para uma espécie de verdade universal, etc. Neste caso tenta-se desviar da própria incapacidade teórica de analisar e propor, deslocando para fatores externos um problema que não se consegue resolver. Desistem simplesmente, se rendendo às dificuldades que estão levantadas.

Quanto a nós decidimos encarar a questão de frente, sabemos que a discussão de um projeto político mais consistente é uma necessidade que muitos militantes têm sentido e com este documento esperamos estar dando não apenas uma contribuição, mas sim colocando lenha na fogueira e estimulando os debates em torno do que queremos do anarquismo se o pensamos como uma ferramenta para a ruptura com o capitalismo e ainda como um projeto para uma outra forma de organização social. Explicado o sentido deste documento, nada mais nos resta senão desejar uma boa leitura e que ao final dela você possa se incorporar, não necessariamente ao nosso grupo, mas ao debate deste projeto em construção.

Parte I – Caracterização Geral

O Sistema Capitalista

“Nos letreiros dos suntuosos armazéns que a sua inteligência admira, lê o trabalhador em grandes caracteres: Tudo isto é obra tua, e não terás.”
P.J. Proudhon

Neste texto procuraremos estabelecer as bases de nossa crítica ao capitalismo enquanto sistema sócio-econômico vigente. Para isso, entendemos ser necessário estabelecer qual é sua especificidade em relação a outros sistemas existentes anteriormente, pois só assim é possível estabelecer uma estratégia clara para nossa atuação social, entendendo quais são os setores mais dinâmicos da economia, da sociedade, qual é o papel das forças políticas atuantes, dos aparatos jurídicos e repressivos do Estado, onde entram formas não capitalistas de produção na composição e reprodução da totalidade capitalista, etc. Em síntese buscamos tratar dos elementos fundamentais, sem pretender discutir todas as exceções, que formam a totalidade do sistema capitalista. Tudo isso dentro do nível de aprofundamento possível para este texto.

A primeira preocupação é estabelecer o mecanismo básico, específico e característico do capitalismo de reprodução sócio-econômica. A seguir discutimos suas contradições e as formas de tentar ameniza-las. Neste ponto não procuramos detalhar e exaurir todas as formas de manifestação das crises periódicas do capitalismo, apesar desta discussão possuir importância vital para nós no entendimento do fracasso do capitalismo em alcançar bem-estar econômico. Outra questão discutida na seqüência é o papel do Estado como agente especificamente econômico dentro deste sistema. Por fim concluindo a parte do texto que trata da estrutura econômica, discutimos a combinação de formas capitalistas com formas pré-capitalistas de produção. A seguir discutimos o papel do Estado no seu aspecto político, a repressão e a violência como peças fundamentais deste sistema e a ideologia burguesa disseminada de inúmeras formas na sociedade.

A Estrutura Econômica

Para saber qual é o funcionamento econômico básico do capitalismo não basta constatarmos todas as perversidades e conseqüências nefastas do sistema. É preciso muito mais: é preciso entendermos funcionamento. Isso é uma necessidade, não apenas para melhor combater nosso inimigo, mas também para que saibamos aquilo que não podemos repetir.

O capitalismo pressupõe lucros, mas nem todo lucro é capitalista. O capitalismo também pressupõe exploração, mas nem toda exploração é capitalista. O que caracteriza o capitalismo é uma forma específica de obter lucro, riqueza e de explorar.

Por exemplo uma pessoa compra algo que vale 20 e vende por 25. Ganha 5 nesta transação. Ela é um capitalista? E se ela comprar por 20 e vender por 100? Agora ela ganha 80 nesta transação. E agora ela é um capitalista? Não. Por um simples motivo, isso é apenas comércio, e o comércio existe há mais ou menos 4 mil anos, desde a Antigüidade. Mesmo que exista lucro ou que a pessoa enriqueça, não é esta forma de lucro e de enriquecer característica de uma sociedade capitalista, assim como roubar, receber uma herança, emprestar dinheiro e cobrar juros, ganhar na loteria e trabalhar tampouco o são. Todas estas formas de enriquecer existem no capitalismo, mas o que o caracteriza é uma outra forma predominante de faze-lo, diferente de todas estas.

No capitalismo existem classes sociais. Uma delas é a o proletariado, formada por aqueles que não sendo proprietários dos meios de produção, só possuem como propriedade sua força de trabalho, a qual vendem por um certo tempo à burguesia, em troca de salário. É verdade que dentro do proletariado existem trabalhadores que ganham mais que outros. Por exemplo: um ferramenteiro ganha mais do que seu ajudante. Mas tanto um como o outro, vivem do seu trabalho. Se pararem de trabalhar, nem um nem outro têm como sobreviver. Por isso, os dois são proletários.

Já os camponeses, os camelôs, etc., são diferentes classes sociais, que existem concretamente, mas que não são as fundamentais para a existência do capitalismo. Isto não quer dizer que não possuem o seu papel, o que queremos deixar claro é que este sistema se fundamenta em uma certa forma de se obter riqueza e que esta forma é determinada pela existência de proprietários privados dos meios de produção e de proletários. Podemos dizer que aqui trabalhamos com dois planos de análise. Um é o nível teórico geral do funcionamento do capitalismo e o outro é o histórico concreto do que existe sob ele, mas que não é essencial para sua reprodução sócio-econômica, sendo essenciais, porém, no desenvolvimento geral do próprio capitalismo, pois a existência de formas não capitalistas de produção vão potencializar o próprio sistema capitalista em conjunto. Voltaremos a essa discussão adiante.

O nome proletário já era dado na antiga Roma às pessoas que não possuíam nada, a não ser sua prole, isto é, seus próprios filhos. No início da sociedade capitalista, o proletariado se formou de antigos servos medievais que

saíam dos feudos e iam para os burgos sem nada possuir e de artesãos que não tinham mais condições de competir com as (não necessariamente com as máquinas, mas com a nova lógica produtiva industrial). Nestas condições, estes trabalhadores se tornaram "homens livres" em dois sentidos bem limitados: não estavam mais presos aos feudos, e também não tinham mais nada de seu, a não ser a sua própria força de trabalho. Neste sentido o proletário não é sinônimo de operário industrial, como muitos concebem. Esta categoria profissional está tão incluída no conceito de proletário como qualquer pessoa que dependa do trabalho e não tenha nenhum meio de produção que a possibilite sobreviver, incluem-se aí trabalhadores em serviços, comércio, professores, etc., muito embora cada um tenha um papel distinto dentro do sistema.

Na sociedade capitalista existe uma separação entre o capital e o trabalho. Quem trabalha diretamente não possui os meios de produção, e quem possui os meios de produção não trabalha diretamente. A burguesia usa a força de trabalho dos proletários para fazer funcionar seus meios de produção, e assim produzir mercadorias para obter lucros. Com este lucro, além de viver com muito conforto e luxo, os burgueses melhoram em quantidade e qualidade seus meios de produção, para produzir mais mercadorias e obter mais lucros.

Os burgueses - os proprietários dos meios de produção e reprodução da vida - contratam os proletários para trabalhar em suas empresas, por determinado salário, durante tantas horas por dia, e em certas condições previamente tratadas. Os trabalhadores concordam formalmente com este "livre" contrato de trabalho. Qual é o jeito? Eles não possuem os meios de produção, estão "livres" deles. Também não estão amarrados por obrigação a nenhum senhor ou terra, isto é, são formalmente "livres" para vender sua força de trabalho no mercado de trabalho, ou então, se não quiserem fazer isso, "livres" para morrer de fome. Esta é a liberdade do capitalismo, ideologizada pelo liberalismo burguês.

Este "livre" contrato de trabalho, se faz entre duas pessoas que ocupam posições muito diferentes dentro da sociedade. O burguês, proprietário dos meios de produção, está numa situação privilegiada: ao procurar a mercadoria força de trabalho, encontra abundância de oferta. Se um trabalhador não aceita suas condições, há vários ou muitos outros, concorrendo entre si, que certamente o aceitarão. O êxodo rural, gerado na maior parte dos casos por motivos econômicos, é um dos agravantes desta situação ao gerar o inchaço das cidades.

O proletário, proprietário apenas de sua força de trabalho, encontra-se numa posição bastante desvantajosa: fica entre a cruz e a espada, isto é, entre a exploração do patrão e a miséria do desemprego. Esta é a "liberdade" do trabalhador na sociedade capitalista. Mas, para o burguês, o livre contrato de trabalho é uma liberdade sagrada dentro de uma economia de livre empresa.

Estas duas classes, a classe burguesa e o proletariado têm interesses que são objetivamente contrários e antagônicos, quer dizer, que são inconciliáveis (embora em momentos de exceção estes interesses possam ser coincidentes dentro de setores delimitados do patrões empresários). Desde que surgiu o capitalismo muita gente percebeu que esse sistema produz grandes desigualdades e injustiças. Perceberam também que quanto mais a minoria burguesa vai enriquecendo a maioria explorada vai afundando na pobreza e na miséria. Enfim muitos perceberam e denunciaram a exploração e a opressão. Nos interessa mais do que isso, queremos ir além de constatar que há este problemas, entender como eles acontecem, entender como funciona o capitalismo.

A Mercadoria, seu Valor e a Mais-Valia

Na sociedade capitalista vivemos cercados de mercadorias. Alimentos, roupas, eletrodomésticos, arte, diversão, e até as próprias pessoas são comercializadas. Mas qual é a natureza da mercadoria? Como é que produtos tão diferentes entre si, como por exemplo arroz e sapatos, podem ser trocados uns pelos outros, em certas proporções? A mercadoria é antes de tudo um objeto que tem um duplo valor: o valor de uso e o valor.

O valor de uso se baseia na qualidade própria da mercadoria, não pode ser medido, depende da necessidade e até do gosto de cada pessoa. Toda mercadoria para ser vendida precisa ter algum valor de uso, as pessoas precisam sentir necessidade de adquiri-la, mesmo que seja criada através de mecanismos de propaganda.

O valor, pelo contrário não se baseia na qualidade própria da mercadoria, e pode ser medido. Por exemplo: um par de sapatos que é trocado por 20 quilos de arroz. O que indica esta troca? Indica que um par de sapatos tem um valor equivalente a 20 quilos de arroz. Mas o que há de comum entre estas duas coisas tão diferentes? Como podemos estabelecer uma troca - e para isso uma comparação - entre coisas de natureza diferente? Qual o denominador comum?

O que existe de comum entre sapatos e arroz ou qualquer outra mercadoria é que todas elas são produtos do trabalho humano. Só pela ação da força do homem é possível aproveitar as riquezas que a natureza oferece, transformando-as de acordo com as necessidades e conveniências.

E o que faz com que as mercadorias possam ser trocadas, com que tenham valor equivalente? É o tempo trabalho necessário que foi gasto para produzi-las. Um par de sapatos pode ser trocado por 20 quilos de arroz porque para se produzir um par de sapatos o operário gasta o mesmo tempo que o camponês para produzir 20 quilos de arroz. Portanto, o valor de troca das mercadorias se baseia na força de trabalho do homem e se mede pelo tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias.

Para facilitar as trocas, os homens passaram a usar uma mercadoria que funciona como equivalente geral para todas as outras: o dinheiro, em forma de ouro, prata, ou de papel-moeda que os representa. Mas, seja através da troca direta, seja através do dinheiro, o valor das mercadorias trocadas deve ser equivalente, quer dizer, o tempo de trabalho gasto para produzi-las é o mesmo.

Dissemos que as mercadorias que se trocam são equivalentes, têm o mesmo valor. Mas então de onde vem o lucro? Os patrões dizem que é o seu capital que produz este valor novo. Será? Vejamos quais são os elementos que participam do processo de produção de mercadorias e como se dá esse processo.

Ao entrarmos no interior de qualquer empresa produtiva (por exemplo, uma fábrica de sapatos), podemos notar os vários elementos do capital: as matérias primas, o prédio, a energia elétrica, os lubrificantes das máquinas e outros materiais auxiliares. Estes elementos são o resultado de um trabalho passado. No processo de fabricação de sapatos eles são transferidos para o produto como um valor constante, isto é, um valor que não pode mudar mais, porque é o resultado de um trabalho já realizado, "morto". Todos estes elementos se chamam capital constante: apenas transferem seu valor antigo para a nova mercadoria, sem variações.

É importante também observar que cada elemento do capital foi produzido pela força de trabalho dos proletários, mas apropriado pelos diversos capitalistas. Desmarcara-se, assim, a mentira dos patrões, que afirmam ser o seu o seu capital o criador de valor. Os patrões tentam, com esta explicação, justificar os seus lucros. Para eles a parte fundamental, dinâmica e criativa são as suas máquinas, matérias primas etc. A força de trabalho dos operários é apenas a "mão-de-obra" que ajuda o capital a produzir. Não é à toa que os patrões e sua imprensa se chamam a si mesmos de "classes produtoras".

Mas, o que produz então o valor novo que aparece na nova mercadoria? É o trabalho da hora presente, o trabalho vivo. É a força de trabalho que o operário vende ao capitalista, e que, como vimos, é a base comum de toda a mercadoria. É o que cria novos valores, o que os faz aumentar, o que possibilita sua variação . Por isso chamamos a força de trabalho de capital variável. Vimos que o burguês compra do proletário a sua força de trabalho por certo tempo, não compra o homem porque ele não é um escravo, no sentido próprio da palavra. O burguês também não compra o produto final do trabalho, os sapatos, por exemplo. O que ele compra é a capacidade de trabalho do proletário, para usá-la durante um certo tempo em troca de um salário.

O que o trabalhador produz neste tempo é do patrão. E também o jeito de trabalhar e o que vai ser produzido: tudo isso é decidido pelo patrão ou por seus representantes (gerentes, chefes, etc.), o que dá no mesmo. Só que o valor da força de trabalho do trabalhador é medido por aquilo que ele necessita para se manter vivo e para reprodução de sua família. A classe trabalhadora de uma determinada região ou país pode alcançar uma maior elevação deste patamar na medida em que integrar ao seu modo de vida certas conquistas e não permitir o rebaixamento do nível salarial para um limite que a impeça de viver daquela forma, assim como pode se dar o inverso, quando a classe trabalhadora de uma determinada região ou país, adquire por vários fatores o hábito de submissão e adaptação às dificuldades e permite um rebaixamento ainda maior do seu nível salarial.

Porém, o trabalhador sempre produz durante mais tempo do que aquele necessário para que o patrão pague pela força de trabalho comprada. Isto não acontece porque o patrão é malvado, mas é porque a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra que possui seu valor de uso; assim como compramos uma calça e a usamos durante o tempo que achamos necessário, o patrão compra uma força de trabalho e tenta usá-la durante o maior tempo possível. É claro que aí entra o papel da organização dos trabalhadores para tentar subverter e amenizar esta lógica, porém, isto não acaba com a própria lógica do capital. Por melhores que se tornem os rendimentos do trabalhador ainda nos manteremos no marcos do sistema capitalista, pois seguirá existindo a diferença entre o trabalho necessário para pagar o valor da força de trabalho do proletário e a parte da produção excedida para pagar o seu salário, a mais-valia.

A força de trabalho humana é a única capaz de produzir mercadorias com valores novos, e mais, com valores maiores do que vale a própria força de trabalho. É inconcebível pensarmos numa sociedade capitalista movimentada apenas pela produção das máquinas, porque se assim o fosse as máquinas apenas transfeririam o valor contido nelas para a nova mercadoria, não haveria a criação de valores novos e de mais-valia, haveria transferência dos valores antigos, realizados através do trabalho passado, contidos numa máquina. O próprio capitalismo estaria condenado. Afirmar que a classe trabalhadora está desaparecendo e tudo no mundo será produzido pelas máquinas é o sonho ingênuo propagado pela ideologia burguesa dos capitalistas, embora muita gente da esquerda tenha embarcado neste tipo de ideologia. Apesar de todas as mudanças ocorridas no sistema capitalista o trabalho humano continua sendo o verdadeiro gerador de riquezas.

Do que vimos até agora pudemos compreender que os elementos básicos para o funcionamento econômico específico do capitalismo são a propriedade privada dos meios de produção nas mãos da burguesia e a separação entre o produtor direto destes instrumentos criando-se o proletariado e o trabalho assalariado, um dos elementos essenciais para a produção da mais-valia, indispensável para a existência do capitalismo.

O Capital: subordinação dos homens e das crises periódicas

Dentro do processo de produção capitalista as pessoas envolvidas não passam de objetos, sendo a sua ação determinada pela necessidade inerente do capital de se reproduzir de forma ampliada. O burguês, diante das necessidades do mercado e de sua própria produção, tem sempre que estar investindo mais dinheiro em capital constante para produzir mais mercadorias em menos tempo, ou seja, mercadorias de menor valor, para ganhar a concorrência. Além disso, o mesmo não pode se dar ao luxo de conceder aumentos aos seus trabalhadores, pois se isso ocorrer e a sua fábrica ficar em desvantagem em relação as outras no que diz respeito a obtenção de altas taxas de lucros, o mesmo vai perder a concorrência e a sua fábrica não vai conseguir se manter no mercado durante muito tempo. Muitas outras formas de subordinação do burguês às vontades do capital existem, mas este não é o espaço para esmiuçar esta problemática.

O proletário também é subordinado no processo de produção capitalista. Primeiro por ser tratado como mercadoria que tem o seu valor determinado como qualquer outra. Segundo por não poder escolher no que trabalhar, no que se formar, etc., já que é o próprio mercado que acaba apontando quais são as áreas da economia que necessitam de maior mão-de-obra especializada, qual o setor mais lucrativo, onde é necessário conhecimento técnico, o que deve ser desenvolvido enquanto conhecimento no ambiente escolar para a manutenção da ordem e do sistema, entre outras formas de subordinação.

No caso dos camponeses, por exemplo, mesmo que o processo produtivo do qual fazem parte não seja completamente capitalista, já que muitas vezes possuem os meios de produção e reprodução da vida, etc., eles também tem que se submeter a lógica geral do sistema, pois neste caso a própria circulação capitalista acaba por subordinar a produção camponesa.

O camponês necessita de elementos que não produz em suas terras, algumas ferramentas, adubos, inseticidas, etc., mas para obter isso ele tem que fazer algumas trocas no meio urbano. Só que sua produção, por não possuir tecnologia avançada como das agro-industriais, acaba sendo mais cara do que a de grandes produtores. Isto o deixa em desvantagem e o faz se submeter às exigências do mercado, por exemplo, vendendo a mercadoria produzida por ele abaixo do seu valor, contabilizando apenas o custo da reprodução de sua força de trabalho e da de sua família, ou seja produzindo uma espécie de assalariamento indireto. É claro que este é um exemplo e muitos podem apontar vários casos particulares de exceção, mas aqui neste texto o que queremos mostrar com clareza é a submissão de outras formas de produção pré-capitalistas à lógica que orienta o conjunto do sistema.

As necessidades do capital acabam apontando quando fazer guerras, conquistar territórios, queimar capitais em excesso, voltar a acionar núcleos mais dinâmicos da economia, como a indústria de armas, e muitas outras coisas. O Capital possui vontades próprias, ele ganha características que já não são próprias de coisas, já que o mesmo não possui vida. Ele se humaniza e subordina os homens que não passam de coisas portadoras das vontades intrínsecas do capital.

O caso da tendência de queda na taxa de lucro é exemplar. O capitalista para se manter no mercado necessita produzir cada vez mais mercadorias em menos tempo, necessita também sempre lançar novidades no mercado, criar necessidades de consumo. Para isso ele acaba investindo uma parte cada vez maior do dinheiro recebido por ele em capital constante, nas máquinas. Como vimos o capital constante apenas transfere o seu valor para as mercadorias, ele não cria novos valores, só o trabalho humano é capaz de cria-los Ao trocar parte da mão-de-obra humana por máquinas modernas, as grandes indústrias acabam tendo grandes quedas em suas taxas de lucro e acabam diminuindo a mais-valia. Porém, se não fizer isso, o capitalista pode até se manter durante um tempo com uma grande mais-valia e uma boa taxa de lucro ao manter o trabalho humano, mas isso só vai durar até ele perder a concorrência para outra empresa que utilize tecnologias mais avançadas e produza mercadorias com menores valores, ganhando a concorrência e quebrando a fábrica que não investiu seu capital em novas máquinas. Ou seja, as coisas fogem da vontade do capitalista.

O capitalismo possui também como característica o fato de não produzir coisas úteis e duráveis. É imprescindível para o sistema que as mercadorias produzidas tenham um tempo médio de durabilidade pequeno, criando-se assim novas necessidades. Por exemplo, já existe a tecnologia para produção de uma lâmpada que não queime, mas a produção de uma que possui durabilidade pequena , mantém o mercado de produção de lâmpadas vivo.

Nesta lógica o luxo também acaba sendo valorizado. As pessoas não pensam em ter coisas necessárias e úteis para sua vida, pelo contrário, objetos que não possuem funcionalidade são comprados como coisas muito importantes: obras de arte, supercomputadores em que não são usadas sequer 10% de sua capacidade, carros com dezenas de acessórios, etc.

O capitalismo em sua lógica interna e pelo seu próprio desenvolvimento leva a existência de crises, detectadas pela impossibilidade de reprodução ampliada do capital. Isto acontece quando há superprodução e incapacidade de consumo suficiente para estas mercadorias. Também quando não há mão-de-obra especializada para certas tecnologias, não permitindo que o processo de produção capitalista avance, ou quando as indústrias de bens de produção começam a produzir muitas máquinas para as indústrias de bens de consumo e estas param, etc. O caso é que de várias formas a crise pode chegar e sempre chega.

O Estado administrando as crises do Capital

Na atenuação e na busca de superação das crises entra o Estado, atuando no sentido de gerar contra-tendências à queda na taxa de lucro e à crise do capital. O Estado age com a concessão de empréstimos em condições especiais de pagamento e incentivos para a implantação de novas estruturas produtivas. Dessa forma a iniciativa privada obtém uma redução considerável dos gastos com os meios de produção, concedendo subsídios para as mercadorias que se destinam à exportação, garantindo competitividade a seus preços. O Estado também vende produtos e serviços de empresas estatais para o capital privado a preços subsidiados (são exemplos disso o preço das chapas de aço para a indústria automobilística) e eleva os impostos a serem cobrados sobre determinados produtos de importação com a finalidade de proteger a produção nacional da concorrência de empresas estrangeiras.

Seguindo esta mesma lógica, o Estado fornece isenção de impostos para amplos setores capitalistas e socorre (muitas vezes estatizando) empresas deficitárias, cujos custos de modernização tecnológica ou recuperação financeira representariam riscos elevados para o capital privado as mesmas empresas que em seguida serão privatizadas a baixo custo Ainda dentro do vasto estoque de medidas econômicas que Estado toma temos a abertura de linhas de financiamento que elevam o consumo de bens duráveis e semi-duráveis (é o caso, dos consórcios e de outros sistemas de crédito ao consumidor); o desenvolvendo pesquisas que interessam à iniciativa privada a rolagem e perdão de dívidas dos empresários com o Estado fazendo com que se realizem no mercado financeiro (especulação financeira) os lucros que não são obtidos com a produção de e venda de mercadorias e serviços.

Além disso, o Estado forma estoques reguladores, que garantem preços mínimos e financiamento barato para a produção agrícola; constrói obras públicas de grande porte para garantir a infra-estrutura básica à produção e ao escoamento das mercadorias, para reduzir o desemprego cuja elevação poderia dar origem a convulsões sociais. Mantém atividades assistenciais para conter o descontentamento da população ao mesmo tempo em que transfere recursos públicos para o setor privado (é o caso do ticket do leite, cestas básicas e salário desemprego). Terceiriza mais alguns serviços prestados pelo Estado (cozinha de presídios); e busca á progressiva submissão e integração do movimento sindical e dos partidos de esquerda à ordem imposta pelas necessidades dominantes, etc.

Tudo isso é feito às custas do dinheiro do contribuinte. Para salvar os capitalistas o Estado gasta com todo este arsenal de medidas citadas acima, se endivida, faz crescer a dívida pública e finalmente acaba elevando os juros desta mesma dívida. Listamos várias formas em que o Estado age como agente econômico para não permitir a crise do capital. e garantir as condições básicas da própria existência do capitalismo, como no caso de garantir a propriedade privada dos meios de produção. O Estado, assim, não é apenas agente político, o que já não é pouco, é um dos elementos fundamentais para o funcionamento econômico do capitalismo, sem o qual seria inviável. Neste encontro entre Estado e capital, política e economia se mostram extremamente articulados, e a economia se mostra realmente como economia política.

O Estado como organizador dos fatores de produção

Nos referimos ao papel do Estado enquanto elemento que vai atuar nas contra-tendências das crises do capitalismo e enquanto órgão especificamente político. Há mais um papel que o Estado cumpre e que não diz respeito ao curso formal do desenvolvimento do capitalismo mas que aparece concretamente em todos os países capitalistas, seja durante o seu desenvolvimento, seja em sua própria constituição.

Idealmente o capitalismo seria uma economia de mercado onde as condições e distribuição dos fatores de produção, seriam estabelecidos de acordo com o desenvolvimento interno da economia e da relação entre seus membros no mercado. Assim seriam a oferta e a procura que estabeleceriam o preço das mercadorias, o valor da força de trabalho, seria o desenvolvimento das indústrias num ou noutro setor que estabeleceria a forma da divisão social do trabalho, que tipo de força de trabalho formar, quanto de capital seria invertido para uma ou para outra empresa, etc.

Por certo estas condições ideais não suportam a prova de uma análise histórica que possa comprovar a inexistência destas condições ideais de desenvolvimento do capitalismo em quase todos os países, se não for em todos. Na maior parte dos países o Estado cumpriu grande papel na organização dos fatores de produção em um sentido que favorecesse a acumulação capitalista e na própria formação de uma burguesia nacional. A chamada Via Prussiana para o capitalismo foi um exemplo disso. O controle alfandegário, definindo as tarifas de importação e exportação de mercadorias; a legislação trabalhista, interferindo diretamente nas relações entre os patrões e os trabalhadores são exemplos evidentes de ações políticas do Estado com incidência imediata na economia.

Não poderemos discutir neste espaço todas as experiências históricas onde o Estado teve um papel central na organização da economia, nem todas as vias para o desenvolvimento capitalista. Porém, interessa-nos, para exemplificar, explicitar alguns aspectos do desenvolvimento capitalista do Brasil para que possamos esclarecer quando o Estado acaba tendo um papel de agente econômico capitalista.

Foi especialmente depois 1930 com Getúlio Vargas no poder que o desenvolvimento capitalista se acelerou, com a intensificação da industrialização e da urbanização. É claro que antes dos anos 30 já existiam indústrias, mas neste período o centro dinâmico da economia no país era a produção e exportação cafeeira, a base da economia brasileira ainda era agrário-exportadora. A burguesia industrial além de ser uma classe economicamente débil, era politicamente frágil, não tinha condições de impor o seu projeto de sociedade para o país. Temos que ressaltar que durante um longo período a economia de base agrária dominante no país, sem dúvida, interessava aos setores mais dinâmicos do capitalismo internacional, e aqui vale uma ressalva: pensar uma economia capitalista em termos nacionais e um possível desenvolvimento local, sem levar em conta a articulação da totalidade mundial deste sistema, é querer criar ilusões e falsas oposições entre os interesses das classes dominantes locais com os da burguesia de outros países, trazendo para a análise um pretenso nacionalismo que, sem dúvida, as classes dominantes em geral não possuem.

Já nos anos 30 tem começo a formação das bases de uma economia eminentemente urbana e industrial, que só vai superar a economia rural, em termos de PIB, na década de 50, mas que antes disso já se tornara uma força política de primeira grandeza.

O Estado desempenhou um importante papel neste processo de industrialização. Criou uma legislação trabalhista para regular a força de trabalho e instaurou o salário mínimo, nivelando por baixo o valor da força de trabalho. Alguns querem enxergar distribuição de renda nos governos populistas, mas esta posição vai por água abaixo após algumas análises mais profundas sobre o valor da força de trabalho urbana, diferente do valor da força de trabalho no campo, dos dados referentes a concentração de renda do país e do aumento cada vez maior da população que recebia apenas o suficiente para sobreviver.

Este Estado também realizou a vinculação do setor rural da economia com o setor urbano que buscava se estabelecer, fazendo políticas econômicas que favoreciam a exportação do setor agrário com objetivo de obter divisas que pudessem ser invertidas para a dinamização do setor industrial, substituindo as importações de bens de consumo não duráveis e diminuindo indiretamente o próprio valor da força de trabalho. Também fixou preços de diversas mercadorias, distribui ganhos e perdas entre diferentes capitalistas, criou base para algumas atividades produtivas, além de reorganizar a própria divisão social do trabalho através de sua tecnocracia e burocracia.

Fazendo isso o Estado agiu como elemento econômico, pois foi através da sua ação que o capitalismo industrial se consolidou e se desenvolveu no país. Sem esta organização estatal dos fatores de produção a burguesia industrial brasileira não teria condições de consolidar o capitalismo a seus moldes no país, pois era uma classe fraca econômica e politicamente. O Estado acabou, assim, assumindo o papel da burguesia na consolidação de seu próprio sistema sócio-econômico.

O que queremos, é lembrar que existe um desenvolvimento do capitalismo que pode ser apreendido mais no plano teórico e existe uma complementariedade alcançada após uma análise histórica das condições concretas das várias formações sociais nacionais capitalistas, que pode enriquecer a análise inicial e colocar para nossos estudos novos problemas e complicações que devem ser resolvidas caso queiramos formular um projeto realmente válido de transformação de nossa sociedade. O fato é que não é só o mercado que define o funcionamento econômico deste sistema, o próprio Estado age como organizador econômico de grande importância, seja na consolidação do sistema, seja em determinadas fases de seu desenvolvimento.

A estrutura do capitalismo foi tal que as alavancas mais eficazes para ajustes na economia política foram os mecanismos do aparato estatal, cuja própria edificação foi, como vimos, uma das principais realizações institucionais do capitalismo histórico. Portanto, não é casual que o controle, e se necessário a conquista, do poder do Estado foi o objetivo estratégico central de todos os grandes atores na arena política, ao longo da história do capitalismo moderno. É extraordinária importância crucial do poder do Estado para os processos econômicos, mesmo que os definamos do modo mais estrito possível, desde que se observe de perto o funcionamento efetivo do sistema.

Relação entre formas capitalistas e pré-capitalistas de produção

Ao ressaltar as características gerais do capitalismo em oposição a outros modos de produção e reprodução da vida as pessoas podem acreditar que todas as formas de produção existentes atualmente sejam. O cuidado de apontar formas não capitalistas de produção foi tido, porém, isso foi pouco para explicitar a sua importância na totalidade do desenvolvimento deste sistema. Este é um sistema complexo, onde predominam o modo de produção especificamente capitalista (o que motiva a própria denominação do sistema), mas onde existem concreta e historicamente outros modos de produção articulados.

Por exemplo, o escravismo no Brasil, como forma de produção, se estabeleceu pela própria necessidade de acumulação e desenvolvimento do capitalismo. Formaram-se relações sociais de produção pré-capitalistas em alguns lugares para dinamizar as localidades onde se desenvolvia com mais vigor, isso era interessante tanto em nível de relações globais do capitalismo, com a sua divisão internacional do trabalho, quanto localmente para os grandes proprietários de terras e escravos, que exportavam seus produtos primários conseguindo muito dinheiro

para continuar a produção mesmo que boa parte de seus lucros ficassem com os comerciantes que determinavam, muitas vezes, os preços das mercadorias.

Atualmente, grande parte dos camponeses do Brasil, parte do ano trabalha em suas terras e outra parte nas terras de algum grande proprietário recebendo salário, ou seja, durante uma parte do ano estão trabalhando segundo relações camponesas - não capitalistas - e noutra parte estão submetidos diretamente, na própria esfera da produção, às relações capitalistas. Na primeira forma o camponês para suportar a concorrência entre ele e os grandes proprietários vende a sua mercadoria abaixo de seu valor, portanto, abaixo do tempo de trabalho humano socialmente necessário para produzir sua mercadoria. Ele consegue fazer isso pois ele soma o custo de sua produção, geralmente baixo pois não há utilização de máquinas ou tecnologias mais avançadas, com o da reprodução de sua força de trabalho, que, como vimos, é mais baixo do que o valor que essa própria força de trabalho produz. Assim temos uma mercadoria que pode ser vendida abaixo de seu valor,. Na segunda forma, o camponês se comporta como proletário rural durante uma parte do ano.

O mais importante para o capitalismo neste momento histórico não é a produção no campo. O fato é que existe um barateamento dos alimentos, tanto por essa espécie de assalariamento indireto do camponês, como pela produção agrícola em grande escala. Como vimos, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos elementos que garantirão a reprodução do trabalhador e de sua família, ou seja, é determinado pelo valor dos alimentos, das roupas, da moradia, etc. Ao haver uma baixa no valor dos produtos primários, há uma baixa no valor da própria força de trabalho, mas a produtividade e o valor das mercadorias industriais se mantém. O capitalista consegue, assim, aumentar a sua mais-valia, graças as formas de produção pré- capitalistas.

No caso do campo, o padrão de vida acaba ficando cada vez mais deteriorado com a queda de preços das mercadorias dos camponeses e o custo muito baixo da reprodução de sua força de trabalho em comparação com os padrões urbanos, que possuem necessidades que vão além da simples alimentação e passam pelo transporte, formas de lazer mais elaboradas diferentes das do campo. Ao comparar as diferenças entre o padrão de vida nas cidades e no campo, muitas pessoas do meio rural acabam sentindo-se seduzidas a migrar para o meio urbano, desencadeando o êxodo rural.

Este êxodo rural vai gerar um excesso de mão-de-obra nas cidades fazendo com que não exista uma pressão dos trabalhadores por aumento de salário, já que acabam se submetendo a trabalhar para ganhar o mínimo, para não perder o emprego, devido a concorrência dos trabalhadores que estão só esperando uma possibilidade para estarem empregados. Isto aumenta ainda mais sua exploração. O fato é que tanto no campo como na cidade os trabalhadores ganham o essencial para se reproduzir, só que no campo são menores os elementos de reprodução da força de trabalho do que na cidade, fazendo com que exista uma falsa impressão de ascensão social para a maioria das pessoas que migram do campo à cidade no processo de industrialização brasileira.

Até mesmo a extensa rede de pequenos comerciantes, que não entram nas relações sociais de produção capitalista, acabam colaborando com sua manutenção ao representarem uma espécie de extensão do processo global de produção e distribuição de mercadorias de uma determinada indústria, vejamos: a maioria destes pequenos comerciantes acaba ganhando apenas o suficiente para a reprodução de sua força de trabalho, juridicamente são proprietários de pequenos comércios, de bares, lojas, etc., mas na prática mal conseguem ganhar a suficiente para se manter. Por outro lado, acabam vendendo as mercadorias das grandes indústrias, satisfazendo a necessidade das mesmas de voltar a ter dinheiro para investir mais na produção e realizar a mais-valia. Aqui também há uma espécie de "assalariamento" indireto da força de trabalho do comerciante que apesar de formalmente não ser assalariado mas sim proprietário, na prática acaba sendo apenas uma extensão da própria indústria, como se fosse, a grosso modo, um vendedor empregado. Algo semelhante acontece com a vasta gama de sub-empregos encontrados atualmente, como os vendedores de farol, os camelôs, etc.

Existe também a extenso ramo de serviços onde muitos acabam colaborando para o aumento da mais-valia dos empresários. Por exemplo, os bens de consumo duráveis são produzidos para o consumo constante de uma parcela da população, a que se encontra na chamada classe média. Assim, são só essas pessoas que consomem freqüentemente geladeiras, fogões, carros, etc. A maioria dos trabalhadores consome estes produtos poucas vezes na vida e assim mesmo devido a sistemas de crédito implementados para aumentar o consumo. Quando um destes produtos quebra, por exemplo uma geladeira, tem-se que recorrer ao conserto, que é um serviço. O padrão de consumo da "classe média-alta", por exemplo, possibilita a compra de novas geladeiras, quando há um lançamento, ou quando quebram, mas para os trabalhadores isso é impossível, não está computado no valor de sua força de trabalho o dinheiro necessário para que o trabalhador compre bens de consumo duráveis com certa freqüência. Assim, o serviço de consertar geladeiras acaba mantendo as necessidades de consumo do trabalhador num patamar baixo, mantendo também o valor de sua própria força de trabalho neste nível, além de colaborar no ramo da venda de peças para as geladeiras, já que o trabalhador que conserta este tipo de equipamento compra a peça por um valor, mantém o mesmo valor no preço do conserto, só estabelecendo o valor de sua mão-de-obra.

O que vimos nestes exemplos particulares, do caso brasileiro, é que neste sistema, não encontramos apenas formas capitalistas de enriquecer. O sistema é um todo articulado que pressupõe a existência de formas não capitalistas de produção enquanto elas forem capazes de auxiliar no maior acúmulo de capital possível. Portanto, a

preservação de formas de produção não especificamente capitalistas não pode ser avaliada simplesmente como sinônimo de atraso (até porque no caso da produção camponesa é algo dominante mesmo entre os países mais desenvolvidos), de algo destinado inevitavelmente à superação, mas sim como algo que faz parte das necessidades do próprio sistema neste momento histórico.

Estado e Violência como Pilares do Capitalismo

Um dos papéis fundamentais do Estado em qualquer sociedade histórica até os dias de hoje foi o de defender as camadas privilegiadas da sociedade contra as camadas exploradas e oprimidas. Não existe sequer um exemplo de Estado na história que não tenha cumprido esta função primordial: da antigüidade ao capitalismo, passando pelos ditos "socialistas" todos eles executaram esta função de formas variadas. Um Estado fora destas características jamais existiu na realidade.

A característica fundamental de qualquer Estado foi e é a de se constituir como organismo de poder a serviço da classe dominante, garantindo a preservação da ordem social reinante contra qualquer tentativa de insubordinação por parte das classes dominadas. Para cumprir esta missão o Estado confere a si mesmo o direito de controlar e gerir a utilização da violência na sociedade, mesmo quando a autoriza ou faz vistas grossas de seu uso de forma privada. Em síntese, o que está em jogo é o direito do Estado de portar armas e constituir corpos armados organizados e, por outro lado, proibir estas mesmas possibilidades para o restante da sociedade.

Foi através da força que se devastaram povos e culturas abrindo caminho para a instalação do capitalismo na maior parte do mundo. Um sistema que floresceu na Europa precisou derramar muito sangue para fincar os pés em outras partes do mundo. O capitalismo foi imposto na maior parte do mundo pela força de Estados organizados militarmente. Ao afirmar isso, não estamos dizendo que o Estado, por ser o elemento fundador do capitalismo em inúmeras regiões do mundo seja o elemento principal do sistema capitalista, nem afirmando que apenas com a sua destruição, todo o restante desabará. Na verdade se o Estado foi o elemento fundador do capitalismo, ele o fez respondendo à própria dinâmica interna de sociedades onde o capitalismo já era vigente . Além disso, mesmo com a instalação inicial pela força, o sistema capitalista ganhou vida própria, adquiriu capacidade de produção e reprodução, introjetou seus valores ideológicos nas populações e no próprio Estado que se aperfeiçoou, passando progressivamente a utilizar instrumentos mais "leves" como a ameaça de aplicar as leis, o controle ideológico e as ilusões da política.

No entanto, e sobretudo nos países submetidos ao imperialismo esta não tem sido a exceção à regra, sempre que algum movimento questiona um pouco mais o sistema usa a força para contê-lo e colocá-lo no seu "devido lugar". Além disso, em momentos de crise institucional - quando a justiça, os políticos e a democracia estão desacreditados, quando a ideologia se torna mentira deslavada e não consegue mais convencer as pessoas -, a maior garantia de controle social do sistema capitalista reside na violência, na possibilidade de calar com balas os protestos das classes trabalhadoras.

Neste texto já tratamos dos vários tipos de intervenção do Estado no próprio campo econômico, mas cabe acrescentar algo mais para que deixemos a falsa impressão de que na Europa, nos países que foram o berço do capitalismo, este sistema tenha florescido como algo relativamente autônomo e à margem do Estado. Evidentemente existiram diferentes graus de influência estatal no seu processo de formação, como os casos de Inglaterra e Alemanha que ilustram bem estas diferenças. Devemos evitar algumas ilusões geradas pelo liberalismo, que de acordo com sua ideologia, afirma que o capitalismo envolvia a atividade de empresários privados, liberados de interferência da máquina estatal. Na prática, contudo, isso nunca ocorreu efetivamente em parte alguma. É inútil especular se o capitalismo teria florescido sem o papel ativo do Estado moderno não se pode ignorar, para ficarmos apenas num exemplo, o papel de suma importância que teve o saque de ouro e prata da América Latina para a acumulação primitiva que deu impulso ao capitalismo

A própria organização do comércio internacional há séculos leva em conta o elemento da força dos Estados para a definição dos patamares de preços, pondo em xeque a noção de que a lei do valor regula o comércio internacional. O processo de trocas desiguais é quase um processo oculto. Isso significa que os preços reais sempre pareceram ser negociados num mercado mundial, na base de forças econômicas impessoais. O enorme aparato de força potencial (esporadicamente utilizado às claras, em guerras e na colonização) não precisava ser invocado a cada transação particular, para assegurar a desigualdade da troca. O aparato de força entrava em cena apenas e preferencialmente quando havia contestações significativas a um dado nível de troca desigual. Uma vez ultrapassado o conflito político agudo, as classes empresariais mundiais podiam simular que a economia funcionava por meras questões de oferta e demanda, sem reconhecer como a economia chegara historicamente àquele momento particular de oferta e demanda, e que estruturas de força sustentavam naquele momento os diferenciais "costumeiros" nos níveis salariais e níveis de real qualidade de vida das forças de trabalho mundiais.

A violência é ao mesmo tempo elemento fundador do capitalismo e recurso último de controle social sobre a classe trabalhadora utilizado sempre que remédios mais leves deixaram de surtir efeitos. À medida que os aparelhos ideológicos se revelam incapazes de gerar o consenso legitimador da ordem (expressão de uma crise de

hegemonia), o eixo de poder se desloca em direção aos aparelhos repressivos. No entanto, para evitar situações extremas, que geram instabilidades sociais agudas, o Estado tem outras formas de dominação no receituário.

O Estado, a Política Burguesa e as Leis

O Estado burguês utiliza basicamente duas formas de dominação: convencimento e coerção, da qual tratamos acima. Prefere geralmente se manter pela legitimidade e convencimento e somente quando isto não é mais possível usa todo arsenal repressivo para assegurar sua continuidade. É o que acontece com aqueles ditos democráticos que, ao perceberem que os interesses da burguesia podem ser atingidos não hesitam em impor ditaduras militares ou regimes civis autoritários. Geralmente, aplica, simultaneamente, em sua receita de dominação, uma pitada de convencimento sorridente e uma pitada de ameaças e coerção efetiva, variando a intensidade de cada uma de acordo com a conjuntura.

A máquina do Estado está nas mãos da burguesia. Os cargos mais importantes são exercidos diretamente por empresários (industriais, comerciantes, banqueiros e fazendeiros), fiéis a eles, e que também desfrutam das vantagens do domínio burguês, como é o caso dos tecnocratas, militares, vários intelectuais, etc. Num caso como no outro, o importante é que a máquina esteja ocupada por pessoas que defendem os interesses da classe burguesa.

É verdade que uma ou outra vez o Estado também toma algumas medidas contra empresários ou algum setor empresarial, afinal, os capitalistas também lutam entre si, cada qual querendo uma fatia do bolo maior. A burguesia é uma classe que possui várias frações e freqüentemente há interesses que se chocam:. O mesmo ocorre entre os grandes e médios empresários. Outras vezes chega a haver confronto de interesses até no âmbito individual. Então, o Estado burguês tenta conciliar, harmonizar, os vários interesses dos burgueses, para manter unida a burguesia, na sua luta principal, que é contra o conjunto das classes trabalhadoras.

Na tentativa de conciliar os interesses dos diferentes setores da burguesia, alguns destes setores acabam sendo favorecidos e outros prejudicados pelo Estado. No Brasil pós-64 até 1989,a burguesia agrária freqüentemente vinha sendo prejudicada, enquanto a burguesia urbana havia sido favorecida. Quando os negócios da burguesia como um todo vão bem, as contradições entre suas várias partes não têm muita importância. Mas quando chega a crise econômica, cada fração quer salvar a sua pele. Aí começam as discordâncias e se faz necessária a ação mediadora do Estado, apesar destes rachas da burguesia se refletirem também no governo. Há, no entanto, um esforço deste para evitar, o quanto possível, as divisões dentro da burguesia, e fazer com que recaia sobre os trabalhadores o ônus das crises econômicas.

O Estado, como instituição política da classe dominante, precisa primeiramente, agir de forma inteligente para que as classes subordinadas aceitem, em boa paz, a hegemonia burguesa. Uma forma geralmente eficaz de se conseguir esta legitimidade é dar a impressão de o governo foi escolhido por todas as classes, através de eleições "livres e democráticas". Em relação a este ponto a análise clássica dos libertários é bem precisa. A democracia, sob a ilusão da participação política, esconde uma grande alienação onde a consciência existente é moldada pela ideologia burguesa, fazendo com que se crie a ilusão de que é possível mudar a realidade sem mudar a base de sustentação da mesma, como por exemplo amenizar o capitalismo, torná-lo mais humano, sem a consideração de que sua própria lógica interna o leva a ser desumanizador, seja no que diz respeito à coisificação do homem, seja na concentração de riqueza e no aumento da miséria.

O que encontramos com isso é o esvaziamento de alternativas que busquem transformar a totalidade do capitalismo com a socialização dos meios de produção, das decisões, com uma nova cultura, etc. A esquerda acaba por se contentar a participar da lógica do sistema e vê constantemente suas tentativas de mudanças irem por água abaixo porque as próprias condições concretas de existência do capitalismo fazem com que se tornem impossíveis reformas humanitárias.Trataremos especificamente do reformismo mais adiante.

As leis elaboradas dentro do aparato estatal não levam em conta a opinião das pessoas e nem tem uma ampla discussão onde todos possam se expressar e elaborar normas sociais plausíveis. O que existe na sua elaboração é um processo de alienação política, onde a vontade e a consciência que prevalecem não são próprios do povo, mas sim a dos deputados, que não fazem absolutamente o que seus eleitores querem, mas votam de acordo com os grupos de pressão que se estabelecem, logicamente determinados por aqueles que tem mais dinheiro e podem fazer valer as suas vontades políticas e interesses econômicos.

As eleições criam ilusões sobre as possibilidades de mudança, criam-se falsas expectativas na população sobre as possibilidades de se avançar dentro das regras do jogo da burguesia, geram esperanças de mudança sem necessidade de alteração das estruturas. Isso tudo conduz as classes trabalhadoras a abandonar de fato as vias de luta e a organização popular, esperando que a solução venha de cima, do governo.

O movimento social já acumulou uma larga experiência e hoje podemos dizer que a idéia de penetrar nas instituições burguesas nada mais é do que uma ilusão. A presença de "radicais" no seio das instituições burguesas, não representa perigo algum para a burguesia e pior ainda: alimenta a fantasia de que existe uma verdadeira democracia onde todos podem participar, até mesmo os "radicais", quando na verdade sabemos que o caráter do Estado mostra-se cada vez mais autoritário e repressivo. Os partidos dominantes anulam quase completamente as vozes opositoras ou então as tornam ridículas, a esquerda por não ter mais expressão do que o voto pelo não e, as

tentativas frustradas de obstrução no plenário que nada resolvem. Dizer isso no momento em que vemos a esquerda chegar ao poder executivo e aumentar as cadeiras no legislativo parece contraditório, mas se olharmos bem para a forma como consegue crescer nas eleições veremos que é sempre abandonando os programas de esquerda, chega ao poder um candidato que de esquerda que só mantém o nome do partido, mas que mudou radicalmente suas propostas, neste sentido, não é mais esquerda.

Um mito que se criou sobre a participação eleitoral é de que é possível questionar o regime "de dentro" e portanto seria interessante participar. Entretanto a abstenção eleitoral, por mais que ainda seja despolitizada, reflete em boa medida o descontentamento popular e a crise de legitimidade dos governos e de seu sistema político. A participação eleitoral trabalha no sentido contrário, pois dá ao Estado Burguês a legitimidade que ele precisa para seguir garantindo a exploração de nossa classe em prol da burguesia.

Há um grande número de militantes e lideranças do movimento social que ao se engajarem no processo eleitoral se esquecem totalmente do movimento popular. Os exemplos são inúmeros, vemos trabalhadores que não trabalham mais, que esquecem de seus antigos companheiros, que passam a pensar e agir como burgueses. Estas pessoas normalmente terminam aceitando todas as regras do jogo e fazendo desta política suja seu meio e razão de vida. O efeito final é que uma energia que antes estava sendo empregada no bairro, no sindicato ou nas escolas e universidades se dilui no jogo eleitoral. Passa-se a agir dentro do cenário de lutas da burguesia.

Como último elemento a agregar nesta crítica, é interessante notar que se propaga que nas eleições está em disputa o poder. Como se o poder real residisse no governo, que muitos confundem com Estado. Ora, para nós o poder fundamental está na posse dos meios de produção, na propriedade privada, no conjunto do Estado. Sem atacar estes elos de nada adianta mexer no governo, pois a base do poder real do capitalismo permanecerá intocada.

Outro fator de dominação sobre as classes trabalhadoras, são as leis, diretamente derivadas da política do Estado uma vez que são feitas por deputados e senadores eleitos.. É evidente que o caráter classista da lei não pode ser proclamado formalmente. Mas a observação da realidade social de hoje ou do passado nos mostra que, a afirmação da sua origem, função e aplicação, como algo comum, serve apenas para encobrir a dominação de classe e fazer dela um mito ou dogma inquestionável.

De fato, não são os trabalhadores que elaboram as leis na sociedade burguesa. Quanto a seus objetivos, as afirmações genéricas de igualdade são negadas em suas determinações concretas. E em relação à sua aplicação, sabemos que são dois pesos e duas medidas, um burguês no tribunal tenha cometido o crime que for, sempre terá um tratamento diferenciado de qualquer um que venha da classe trabalhadora.. As cadeias e os esquadrões da morte existem de fato só para os pobres. Enfim, a realidade nos mostra que, sem igualdade econômica a tão decantada igualdade jurídica só existe no papel.

Para evitar que a classe trabalhadora se liberte da exploração econômica e domínio político da burguesia, além da legislação mais geral, a que nos referimos acima, no Brasil, a burguesia elaborou também uma legislação trabalhista específica. Isto foi feito, de forma orgânica, no primeiro governo de Getúlio Vargas, onde ao lado de pequenas concessões, cercou-se a classe trabalhadora com regras, que procuram impedir, de todos os modos, a sua organização e mobilização; a autonomia da classe é tolhida pelo Estado através da lei. Isso permite ao Estado decidir e decretar se uma greve é legal ou ilegal, e intervir militarmente se for o caso.

A lei funciona como um sinal de alerta, uma ameaça, um aviso que lembra que em caso de transgressão será acionado outro mecanismo: a repressão. O medo gerado mantém a disciplina da sociedade, economiza energias repressivas, mantém a sociedade num estado de aparente calma e evita que o sistema exponha suas debilidades no que tange à tarefa de dominação, evidenciada sempre que existem conflitos abertos.

A Ideologia Burguesa

Existe todo um conjunto articulado de idéias que buscam esconder a exploração e a dominação, justificar a existência do sistema como o melhor para todos, universalizar a exploração tornando-a algo histórico como algo que sempre existiu em todas as épocas, mas que é menos mal nos dias atuais, fragmentando, assim, a consciência dos trabalhadores ao não perceberem: primeiro a especificidade histórica do mundo onde vivemos, segundo a relação entre o "mundo do trabalho", o "mundo da política", do lazer, etc., e terceiro fazendo com que o trabalhador não tenha consciência de todo o processo produtivo que saiba que seu trabalho se resume a uma operação, não tendo clareza do grau de articulação desta operação com a existência e manutenção da própria ordem social global.

A ideologia não se mostra como realmente é. Pelo contrário, as idéias características de uma sociedade de classes costumam mostrarem-se como neutras. Que não estariam favorecendo nenhuma classe social em particular, mas estariam acima de todas. Mais ainda: as idéias que constituem a visão de mundo de uma sociedade, seriam realidades que não têm nada a ver com a divisão social em classes. Até mesmo sua existência de é muitas vezes negada pela burguesia. E a negação da luta de classes é justamente um dos episódios centrais de sua existência no plano ideológico, pois como classe conservadora, que luta pela permanência de seu poder e privilégios, a burguesia procura difundir que somos todos cidadãos, com iguais direitos e deveres. Jogando uma cortina de fumaça em frente da real divisão de classes, a burguesia tenta evitar que os explorados tomem consciência de sua situação. Pois, sem consciência da exploração e dominação, os explorados não têm condições de se organizar para contestar

a hegemonia burguesa. Assim, a ideologia dominante precisa esconder como a sociedade, de fato, se organiza e funciona. Precisa esconder as verdadeiras causas da pobreza e das injustiças. E precisa esconder também a função classista da própria ideologia: isto é, precisa esconder que está escondendo.

Mas além de tentar mascarar a realidade social e a si mesma, a ideologia dominante procura justificar o mundo em que vivemos. Para a classe dominante é preciso que todos, ou pelo menos a maioria, aceitem a sociedade do jeito que ela é, sem nenhuma visão crítica. As sociedades marcadas pelo domínio da burguesia seriam essencialmente boas e justas. Mais ainda: seriam as únicas formas possíveis de os homens se organizarem para poder viver neste mundo. Na sociedade atual a burguesia afirma que somos livres e iguais. Por isso, todos podem vencer na vida. Basta trabalhar, estudar, ser esperto e ter um pouco de sorte. É importante notar que a classe dominante procura esconder e justificar a realidade não só diante dos explorados, como também diante de si mesma. Deste modo, ela busca tranqüilizar sua consciência frente a tantas desgraças sociais causadas por sua classe.

A ideologia é um instrumento das classes dominantes para assegurar a continuidade de seu domínio, pelo controle do modo de pensar do conjunto da sociedade. É portanto, um instrumento usado em proveito de um grupo particular dentro da sociedade. Mas o segredo desta ideologia está em que, sendo um conjunto de idéias de acordo com os interesses de uma classe particular, ela se apresenta como única e universal. Então, sem percebermos, existem muitas idéias que temos enfiadas na cabeça, como se fossem nossas, mas que, na realidade, são formas de pensar que foram sendo introduzidas pelas classes dominantes, através dos mecanismos que elas controlam. A ideologia tenta convencer toda a sociedade de que o único modo de se organizar a produção, de viver e de pensar é, e sempre foi, este que é seu. E tenta fazer passar os seus interesses como se fossem os interesses de todos. Desqualificam aqueles que pensam diferente como loucos, desajustados, românticos, radicais, etc.

Para conseguir este objetivo, a ideologia burguesa coopera para que a classe explorada tenha uma visão de mundo *fragmentada, parcial,* isto é, não tenham uma visão de totalidade. Esta visão fragmentada que ajuda a exploração e a dominação da burguesia, se dá em vários campos. Interessa muito à burguesia que a classe explorada permaneça restrita a sua percepção empírica, cotidiana, imediata, porque esta forma de percepção não mostra a raiz das coisas.

A burguesia possui vários meios de difundir sua ideologia. Ela impõe sua ideologia através do controle de vários instrumentos que são de sua propriedade, ou que ela financia, ou que são do Estado burguês, ou pelo menos, que são dirigidos por pessoas fiéis a ela, burguesia. Afinal de contas ela é, por um motivo estrutural, proprietária de tudo na sociedade capitalista. Entre os vários instrumentos que a classe burguesa tem para difundir sua ideologia e manipular as consciências estão: a escola (do maternal à universidade); os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais, cinema, internet, etc.); a propaganda comercial: incentivando o consumismo; a propaganda estatal, divulgando as "proezas" de governos, forças armadas, etc.; as religiões conservadoras, que levam as pessoas a pensar só no além estando dispostas a sofrer aqui na terra; os esportes, quando são usados politicamente para distrair o povo de seus problemas; os provérbios popular, muitos deles são puramente ideológicos e estimulam a ideologia dominante; os jogos, como a loteria esportiva, Sena, raspadinhas, etc. que sempre mantém no povo a esperança de 'subir na vida' sem luta. Os instrumentos que citamos difundem também, geralmente em doses homeopáticas e de forma difusa, os valores fundamentais da burguesia, chamados de princípios liberais como o individualismo, a competição, a "liberdade", a propriedade, a "igualdade", a democracia, cidadania, etc.

O capitalismo acaba gerando uma cultura social extremamente individualista e de competição, onde as pessoas vêem as outras como inimigos prontos para obterem vantagens, conseguirem nossos empregos, etc. A competição acaba voltando-se sempre a obtenção de bens, das propriedades individuais, de mais poder para que os outros possam ser subordinados, gerando um ambiente social extremamente prejudicial para nós tanto fisicamente quanto mentalmente. Formando-se pessoas infelizes, neuróticas, doentes, esgotadas, sem vontade de viver, adaptando a sua vida , o seu lazer e até o sexo ao ritmo do trabalho, ou não é isso que fazemos quando sempre exigimos uma "produtividade" cada vez maior de nosso corpo.

Por todos os problemas apontados ao longo do texto, desde a coisificação do homem até aos problemas psicológicos gerados pelo capitalismo e sua forma de organização social é que somos contra esse sistema e propomos outra forma de organização sócio-econômica para as pessoas.

O Reformismo

"(...) as reformas podem fazer-se ou não fazer-se; e uma vez feitas, podem consolidar o regime existente ou debilita-lo, ajudar a chegada da revolução ou entravá-la;
auxiliar ou prejudicar o progresso geral, conforme o que elas mesmas forem, conforme o espírito no qual são concebidas, e principalmente, conforme o espírito no qual são exigidas, reclamadas e obtidas."

Malatesta

Para compreendermos o aparecimento dos grupos que pretendem reformar a sociedade capitalista para a melhoria da situação social temos, antes, que desfazer uma falsa polêmica que pode se criar. Quando colocamos em nosso texto o reformismo no bloco de sociedades e alternativas sociais que entendemos não serem as melhores para a vida das pessoas, não queremos dizer com isso, que somos contra qualquer tipo de reforma que possa aparecer em nossa sociedade. Como analisava Malatesta, boa parte das reformas foram conseguidas como fruto de lutas onde a influência preponderante era de militantes e organizações revolucionárias, que mesmo quando não atingiam sua finalidade revolucionária, deixaram como saldo muitas das conquistas sociais, muitas das reformas que a burguesia foi forçada a fazer para evitar maiores danos. Neste sentido os revolucionários foram invariavelmente mais eficazes em reformar a sociedade do que os próprios reformistas.

Estamos tratando aqui das reformas como objetivo e não como subproduto das lutas, este é o alvo de nossa crítica, pois quando as reformas passam a ser encaradas como objetivo político deixa-se de lado a perspectiva de ruptura com a ordem de coisas que impera atualmente, cai-se no plano da retórica pseudo-revolucionária dissociada da prática que em si se torna reformista, ou quando muito a revolução fica sempre relegada a um futuro longínquo e intangível.

Sendo assim, não somos daqueles que não fazem nada, alegando que tudo o que se pode fazer nesta sociedade são reformas, personificando a figura de profetas da revolução social como a salvação da humanidade, do alto de sua sapiência messiânica. Sabemos muito bem que a alternativa de vida para as pessoas passa pela revolução social, porém, sabemos que este é um processo que leva tempo e necessita de um acúmulo prévio de forças, que passa necessariamente, por lutas de caráter reivindicativo. Não existiu nenhum processo revolucionário em que os movimentos sociais de massa tiveram como bandeira de luta adotada pela classe a revolução, o socialismo ou o fim da propriedade privada. Em todos os casos se partiu - mas não se parou neste ponto – de reivindicações parciais: sejam elas de tipo econômico (terra, trabalho, salário, moradia, etc.) ou de outro tipo (racismo, paz, liberdade, etc.).

A somatória de várias lutas reivindicativas, a evidência de que é impossível alcançar estas reivindicações parcialmente ou em conjunto dentro dos marcos do sistema capitalista é que colocou em pauta a necessidade de superar o capitalismo como sistema, a necessidade de uma revolução socialista. É neste sentido que também os revolucionários organizam e participam de lutas de caráter reivindicativo.

Já o reformismo se limita somente às lutas reivindicativas de caráter econômico ou político. Acreditam que a reivindicação é um fim e não um meio. Restringem-se a lutar por melhores salários, uma ou outra reivindicação social, chegando ao ápice de reivindicar o poder, através das eleições. Não compreendem que qualquer luta parcial pode apontar para a supressão do capitalismo se estas lutas forem colocadas em uma perspectiva revolucionária de acúmulo de forças e construção de uma força coletiva mais ou menos consciente que busque derrubar o domínio do capital.

O reformismo, ao limitar seu horizonte às reivindicações, nunca foge do legalismo político e do pacifismo. Todas as conquistas devem passar pelo parlamento e terem a fiscalização do Estado, que ganha para os reformistas, assim como para os liberais-capitalistas, o caráter de órgão que defende os interesses da sociedade como um todo e não os interesses de uma classe particular detentora do capital. Para eles, as pessoas não devem radicalizar os seus atos, não podem fugir das regras do Estado democrático de direito, mesmo que esta seja uma necessidade urgente da maioria da população. Todos devem jogar o mesmo jogo e conquistar seus pontos pacificamente, mesmo que a bola seja propriedade privada dos capitalistas e estes possam tirá-la do jogo assim que sentirem seu domínio ameaçado, como no caso chileno com Allende.

Reivindicacionismo, legalismo e pacifismo, são características fundamentais de todos os reformistas. Estes podem até não passar pelo Estado, podem acreditar que estão modificando a sociedade por fora do poder, assim como as comunidades alternativas e cooperativas, mas ao não proporem a modificação global da sociedade acabam sendo subordinados à lógica do capital, às suas relações desumanizadoras e ao próprio poder estatal, que ao sentir o mínimo de ameaça à sua estabilidade acaba com aqueles que por opção, posição de classe ou falta de coragem

optaram por não fazer a luta contra a totalidade do sistema capitalista e se limitaram a buscar alternativas mediadoras à exploração e opressão capitalistas.

A Social-Democracia

Na segunda metade do século XIX, a industrialização avançou enormemente na Europa Ocidental. Desenvolveram-se as indústrias de bens de capital, produzindo em larga escala equipamentos, máquinas, navios, produtos químicos, etc, empregando uma grande massa de trabalhadores. Os aperfeiçoamentos tecnológicos trouxeram uma concentração do capital, com o predomínio de poucas grandes empresas e bancos. O progresso econômico levou os países capitalistas a uma competição internacional, acentuando a rivalidade na luta por mercados e áreas de investimento fora da Europa. Isso deu origem, a partir de 1870, à corrida imperialista que resultou na partilha da Ásia, África e América entre as potências imperialistas.

O aumento das riquezas produzidas na Europa, o acentuado crescimento das organizações dos trabalhadores e das organizações socialistas de várias matizes e a drenagem de riquezas realizada pelo imperialismo destes países sobre suas colônias permitiram que a classe operária européia alcançasse melhores condições de vida, elevação dos salários, do consumo e obtenção de maiores direitos políticos, como a extensão do direito de voto a praticamente todos os homens.

Neste contexto, surgiu um grupo de marxistas que defendia uma posição moderada, afirmando que se poderia caminhar para o socialismo pela via parlamentar, utilizando-se das instituições democráticas para derrotar o capitalismo. Essa corrente de marxistas moderados, que se posicionou também contra as greves gerais e as revoluções violentas tornou-se conhecida como a social-democracia, ganhando apoio entre os trabalhadores e a "classe média".

Na Alemanha deu origem ao Partido Social Democrata Alemão, criado em 1875, unindo diversas correntes do movimento operário alemão. Apesar das divergências internas e da forte repressão do governo e do ministro Bismarck, o PSDA conheceu um enorme avanço no campo eleitoral, chegando a obter mais de 500 mil votos nas eleições de 1877; 1,427 milhão de votos em 1890; 1,786 milhão de votos em 1893 e passando para 4,250 milhões de votos em 1912, quando se tornou o partido mais forte do país.

Na década de 1890, ganhou corpo na Alemanha uma corrente política liderada por Eduard Bernstein (1850-1932), que propunha uma revisão minuciosa dos pontos básicos do marxismo. Ele afirmou que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes, que o sistema capitalista não iria entrar em crises sucessivas que o destruiriam abrindo caminho ao socialismo e que a democracia burguesa permitiria que os partidos operários conseguissem todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, sem necessidade de uma ditadura do proletariado e a ruptura revolucionária.

Paralelamente a isso, o contato entre os movimentos operários dos diversos países europeus amadureceu a idéia da criação da II Associação Internacional de Trabalhadores, que se concretizou no Congresso de Bruxelas, em 1891. As questões das conquistas políticas e econômicas do proletariado e de como se posicionar frente ao imperialismo marcaram o funcionamento dessa Internacional. Depois da expulsão dos anarquistas, ela viu-se dividida em três grupos, todos eles de origem marxista: à direita o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados (sociais-democratas) de Kautsky e à esquerda os marxistas liderados por Lênin e Rosa de Luxemburgo. Aparentemente dominada pela ala esquerda, na prática os moderados e revisionistas apresentavam-se cada vez mais influentes.

Enquanto isso, no início do século XX, agravaram-se as rivalidades entre os países industrializados europeus devido à competição imperialista e nacionalista, tornando-se cada vez mais real a possibilidade de uma guerra. A orientação dos dirigentes da II Internacional nos Congressos realizados a partir de 1907, era para que os trabalhadores tentassem ao máximo, junto aos governos de seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, deveriam aproveitar o momento para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, foram à luta, provocando o colapso da Associação. A única exceção ocorreu entre os partidos operários da Rússia, Sérvia e Hungria, que permaneceram contra a guerra.

Dentro deste quadro é que se desenvolveu o reformismo social democrata, acreditando que a disputa pelo poder através das eleições era o centro da luta. Isso se deu porque na Alemanha, já no último quartel do século XIX, a participação política dos alemães estava impedida sendo que o maior meio de expressão dos social-democratas era o próprio parlamento.

O que aconteceu foi que os parlamentares acabaram se transformando na direção do partido, estes eram os membros com maior reconhecimento, os trabalhadores comuns não possuíam tanta influência como os parlamentares. Criou-se na social democracia, cada vez mais, a crença de que as modificações na sociedade rumo ao socialismo poderiam ser conseguidas com a conquista do poder político através da democracia burguesa e com a conquista da maioria no parlamento. Eles conseguiriam, através do governo implementar reformas sociais que caminhassem para o socialismo gradualmente. É claro que existiam divergências em relação a este método no

interior da própria social-democracia, mas para a nossa análise interessa a própria prática deste agrupamento, marcada sem dúvida por reformas parciais obtidas através do parlamento.

Aliado à busca pela maioria no parlamento havia um movimento sindical que deveria se limitar às reivindicações econômicas. Para a social democracia o movimento sindicalista não deveria ultrapassar os limites do economicismo, não deveria aliar à luta econômica à luta política, pois a esfera da luta política era o partido e esta luta seria a própria disputa eleitoral. Assim, os líderes dos maiores sindicatos da Alemanha, participantes e também líderes da social democracia não radicalizavam as suas lutas e as limitavam à disputa por melhorias econômicas. Toda e qualquer disputa política teria que passar pelos mediadores do partido, assim como as lutas econômicas não poderiam ser fruto da ação autônoma dos trabalhadores e deveriam ser mediadas pelos dirigentes do sindicato, pois caso contrário haveria risco de perder o controle da situação.

Assim, os sindicatos foram sendo subordinados ao partido, já que o mesmo era portador das lutas dos trabalhadores em suas categorias específicas, enquanto o partido era portador da vontade política da classe como um todo. Sobre este ponto consideramos que realmente entendemos que há uma diferença entre as lutas de categorias dos sindicatos e a luta de classes promovidas por organismos políticos dos trabalhadores. Porém, sabemos que não é a submissão dos vários movimentos formalmente a um partido que vai garantir a vitória política dos trabalhadores. O movimento real dos trabalhadores é mais importante do que a cooptação política por parte de qualquer agrupamento político - seja ele de que tonalidade for – mas principalmente se este agrupamento tem como objetivo a mediação de todas as lutas para um âmbito de lutas meramente institucional. Isto faz com que os trabalhadores não saibam andar com as próprias pernas e sempre dependam de uma liderança ou um "iluminado" para conquistarem seus objetivos. Esta fragmentação das lutas enfraquece os trabalhadores como um todo fortalecendo apenas os grupos de mediadores que se estabelecem.

Estes mediadores oficiais dos trabalhadores, a burocracia, acaba se afastando cada vez mais do mundo do trabalho. Os burocratas viram políticos profissionais. Os políticos normalmente são as pessoas mais formadas da organização, que falam melhor, que possuem mais carisma, mais educadas, etc., quando são de origem proletária os mesmos vão se afastando progressivamente de seu ambiente para se transformarem em intelectuais sem prática, que já não fazem parte do mesmo ambiente que os trabalhadores, o seu ambiente de convívio já é outro, é o dos espaços da democracia burguesa e do Estado Burguês, ou seja, é o espaço político da classe inimiga dos trabalhadores. Os políticos profissionais já não necessitam trabalhar nas fábricas, empresas, etc., possuem mais tempo livre que o restante daqueles que trabalham e lutam em suas organizações. Os políticos profissionais podem usar este tempo para se formar sobre assuntos específicos ou gerais de interesses do partido, isto aumenta ainda mais o fosso de conhecimento entre os trabalhadores e os mediadores, que acabam dando a linha política e prática do partido.

Outra possibilidade é que os mediadores acabem vindo de outras classes, da pequena burguesia, dos pequenos proprietários etc., pessoas que por sua própria condição de classe tiveram mais tempo para estudo e para formação. Estas pessoas não sendo trabalhadores manuais ou, as vezes, nem sendo proletários, acabam assumindo o papel de porta vozes do proletariado em sua luta contra a burguesia. Mas estas pessoas, normalmente, estão mais preocupadas em seu êxito individual enquanto líderes do partido ou enquanto políticos, não pensam nas condições gerais das lutas dos trabalhadores, assim, sempre levam as lutas para a esfera do governo e da negociação controladas por eles, afinal os mesmos não podem perder o controle da situação, as massas não podem se radicalizar sob o risco dos mesmos perderem a sua posição de influência no aparato estatal e no próprio partido.

Com o crescimento eleitoral e numérico do partido as necessidades do mesmo se multiplicam, os trabalhos internos ficam mais complexos, começa a surgir um bom número de funcionários da organização. Estas pessoas abandonam os seus locais de trabalho para se dedicar exclusivamente ao partido social democrata, sendo remunerados para isso. Estas pessoas também possuem alguns privilégios no que diz respeito ao tempo livre para formação e auto- educação, são pessoas geralmente mais capacitadas para o trabalho organizativo e intelectual, o abismo entre o pólo dos trabalhadores manuais de um lado e os dirigentes do outro aumenta.

Estas pessoas acabam por fazer de tudo para se tornar imprescindíveis para o funcionamento da organização. Se antes elas viviam para a luta, agora começam a viver da luta. São mediadores de conflitos, que se auto-impõem entre as lutas diretas dos trabalhadores e os seus objetivos, pessoas que possuem o importante papel de não deixar que as lutas passem por cima dos negociadores oficiais do partido, tanto na luta política quanto na econômica, já que semelhante mecanismo acontece também nos sindicatos. São burocratas de menor patente e, mesmo aqueles com boas intenções acabam sucumbindo a lógica interna de uma organização que tem como princípio a verticalização das lutas e a hierarquização de seus agentes. A burocracia acaba por diminuir a participação popular e restringi-la cada vez mais à falsa participação política defendida pela democracia burguesa onde a participação se dá apenas nas eleições.

O que acontece é que os líderes da social democracia acreditavam na possibilidade de melhorar a situação dos trabalhadores dentro do próprio capitalismo e de fato em uma fase expansiva do capitalismo alemão algumas reformas foram possíveis. Mas, ressaltamos que as reformas não vieram porque há uma possibilidade de melhoria da condição dos trabalhadores dentro do próprio capitalismo, mas sim porque em fases de expansão do capital algumas migalhas acabam caindo da mesa dos poderosos e satisfazendo os miseráveis.

Ou então, a satisfação dos trabalhadores se dá por simples ilusão como no caso do Brasil. Aqui o valor da força de trabalho no campo na década de 1950, era mais baixo do que os padrões urbanos. Quando o trabalhador rural migrava para a cidade, recebia um salário maior do que no campo, porque o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades é maior do que no campo, as necessidades do trabalhador urbano são maiores. Assim, criava-se uma falsa sensação de melhoria nas condições de vida, sendo que o que ocorria na prática, era o pagamento do mínimo necessário para os trabalhadores sobreviverem nas cidades.

Ao acreditar que as mudanças se dão internamente no próprio capitalismo e que o central para isso seria a conquista do poder político através das eleições, a social democracia colocou a democracia burguesa como valor universal, que deve ser mantido para conquistar os objetivos dos trabalhadores. Ao fazer isso, os líderes da social democracia, longe de modificarem a sociedade rumo ao socialismo ou a justiça, modificaram o caráter de seu próprio partido.

Primeiro, porque o mesmo só agia de acordo com os limites impostos pelo capital, seja no que diz respeito as reformas, ou até mesmo, chegando-se ao extremo de apoiar a burguesia nacional em sua luta interimperialista durante a primeira guerra mundial, como ocorreu com a social democracia alemã. Segundo, porque ao priorizar a disputa eleitoral como centro de sua estratégia a social democracia teve que buscar o aumento de sua base eleitoral, que não é, necessariamente, trabalhadora ou proletária. Isso faz com que a social democracia busque apoio em outras classes sociais, sendo que algumas adentram o partido com papel de destaque, e o partido transforma-se de uma organização que defendia os interesses dos trabalhadores em um partido policlassista, que defende os interesses do povo alemão, que engloba desde a burguesia até os trabalhadores. Daí para o estabelecimento de uma política de colaboração entre trabalhadores e burgueses é um passo, sendo que a política de colaboração de classes é aquela na qual a burguesia pode aumentar incessantemente a sua taxa de acumulação fazendo, entre outras coisas, com que as condições de vida dos trabalhadores não melhorem. Isso se não tocarmos na continuidade da alienação, da coisificação do homem, da submissão das pessoas frente a um poder que já está por fora da sociedade submetendo-a: o Estado.

Assim, a social-democracia quando fala em socialismo acaba-o reduzindo a um radicalismo verbal sem consistência. O que adianta falar em socialismo se todas as ações que são tomadas visam a manutenção da ordem capitalista, mesmo que a retórica seja o inverso. O socialismo não é a ocupação do Estado e a criação de políticas sociais, o socialismo pressupõe a participação popular no controle dos meios de produção e reprodução da vida, a participação popular nas decisões políticas, a luta pela descoisificação do homem, a destruição da lógica inerente ao mercado, etc. Para a social democracia nenhuma destas questões são colocadas.

Para a social democracia o socialismo seria, portanto, um acúmulo de conquistas parciais, de rupturas cumulativas, buscando uma evolução rumo a uma sociedade menos injusta. Não há a pretensão de subverter a própria lógica do capitalismo buscando relações realmente humanas e não as relações que hoje são subordinadas ao capital em todas as esferas.

Foi neste sentido que a evolução histórica da social-democracia acabou apontando para a implementação das teorias econômicas de Keynes na Europa e no mundo. O keynesianismo é uma teoria que se contrapõe aos limites do liberalismo econômico, aponta para a intervenção do Estado na economia, para a regulação do mercado, da produção, etc., porém, não aponta para qualquer elemento anti-capitalista. Esta teoria foi posta em prática para colaborar no funcionamento sem problemas da economia capitalista, um funcionamento mais planejado, organizado, do que com o liberalismo.

O Estado intervém na economia, dá subsídios a empresas e à produção agrícola, contorna conflitos sociais, e fortalece a acumulação dos capitalistas privados. Com o aumento da acumulação destes capitalistas e o crescimento da economia, a social democracia acaba conseguindo arrecadar mais dinheiro de impostos através do Estado. A lógica é: buscar o crescimento da economia capitalista, com o aumento da acumulação das grandes empresas, os social-democratas mantém uma taxa tributária que fornece recursos suficientes para o Estado e o Estado movimenta a economia também, em algumas áreas como, por exemplo, a construção civil, fazendo com que o desemprego diminua etc. Além disso, faz políticas sociais como o seguro desemprego, políticas de saúde, pensões para velhos e cegos, etc. Com isso o Estado, além de contornar conflitos sociais, consegue, segundo eles, dar possibilidade para que mais pessoas possam consumir, com mais pessoas consumindo, devido ao crescimento econômico e as políticas sociais compensatórias, há maior necessidade de produção, com maior produção há maior oferta de empregos, com mais empregos há mais consumo... e o ciclo se repete. Este é o ciclo virtuoso da economia segundo eles.

Porém, ao pensar assim esquecem-se que maior demanda para consumo significa mais investimentos em capital constante para produzir mais mercadorias, que maior nível de emprego significa maior pressão para que haja aumentos de salários, e que estas duas peças juntas, um maior investimento em capital constante e um maior nível salarial, fazem com que a taxa de lucro dos capitalistas diminua, sendo que é justamente isso o que eles menos querem, pois a longo prazo a produção acaba ficando cada vez mais inviabilizada, e a reprodução ampliada do capital se torna mais difícil. Ao colocar o problema assim há uma simplificação sem dúvida, porém, é necessário

salientar as contradições inerentes do próprio capitalismo, que levam as suas periódicas crises e a busca por queima de capitais, por aumento do desemprego, etc.

Só para dar mais um exemplo, no Brasil o aumento de acúmulo do capital nas mãos da burguesia se deu, na maior parte de nosso capitalismo, com o consumo de setores da classe média que tinham acesso a bens de consumo duráveis. As indústrias de bens de consumo não duráveis serviam mais para baratear o valor da força de trabalho do que para ter grande rentabilidade, o consumo da ampla maioria de nossa população não era condição indispensável da evolução econômica do Brasil, tanto que algumas das épocas de maior crescimento econômico do país foi quando mais aumentaram a concentração de renda e a pauperização da maioria da população.

Mas, ao pensar neste ciclo virtuoso afirma-se que a intervenção do Estado na economia está aliada à concessão de benefícios sociais para a população. Estes benefícios em épocas de expansão do capital acabam surgindo realmente, mas é só até que venha outra crise, engendrada pela própria forma desta acumulação, e o sonho social-democrata de uma sociedade mais justa acaba sendo jogado por água abaixo. Isto tem a responsabilidade, também, de desviar a maioria da população de uma luta que busque suprimir o capitalismo e faz com que as pessoas se acostumem a jogar as suas esperanças sempre em concessões que o Estado pode fazer para a melhoria da situação de todos, o que, de fato, só acontece em épocas em que o capital permite.

A Esquerda que Busca o Desenvolvimento Nacional

Nós, que vivemos em um país periférico do capitalismo, temos que nos deparar com outras tentativas de mudanças sociais e suavização dos problemas causados pelo modo capitalista de reprodução social da vida. A análise geral do nacional-desenvolvimentismo poderia ser sintetizada da seguinte forma: "Aqui, em nossa América Latina, os problemas são causados, pois somos subdesenvolvidos e dependemos de outros países, se não fosse esta inserção particular desses países na divisão internacional do trabalho, se a burguesia nacional buscasse um desenvolvimento autônomo, com distribuição da renda, se internamente, nesses países, houvesse uma preocupação de homegeinização dos setores dinâmicos da economia com os setores mais atrasados visando um desenvolvimento mais sólido do capitalismo nestes locais, se um montão de fatores levasse a transformação destes países em países capitalistas desenvolvidos, seria possível pensar na diminuição das disparidades sociais, concentração de renda, etc."

Assim, os reformistas buscam a possibilidade de criar condições para o desenvolvimento autônomo, de um capitalismo nacional nos países chamados de dependentes. Um dos passos para isso é utilizar o Estado para intervir e planificar setores da economia de modo a existir as condições necessárias para um desenvolvimento nacional. Em caso de falta de capitais nas mãos da burguesia nacional ou a não disponibilização destes por parte da mesma, o Estado contribuiria para a criação das condições para a burguesia produzir dentro dos setores mais avançados e lucrativos da economia. Com isso, cria-se uma massa de burocratas no próprio Estado que terão a função de pensar e tentar aplicar os elementos que gerem as maiores possibilidades para um desenvolvimento capitalista nacional.

Outro elemento desta vertente é a tentativa recorrente de unir trabalhadores e empresários na busca deste desenvolvimento, compondo-se alianças de classe em busca do bem da nação. Enquanto o governo busca e consegue com isso o fim dos conflitos e antagonismos de classe em benefício da acumulação burguesa - fazendo com que os trabalhadores se desmobilizem e aceitem condições, na maioria das vezes, piores de trabalho -, a esquerda busca que o capitalismo e a democracia se desenvolvam no país para que a etapa capitalista possa ser superada abrindo-se a possibilidade para a luta e a vitória do que eles chamam de socialismo.

Porém, ao buscar a chamada revolução burguesa no país, como se pudéssemos comparar o desenvolvimento da burguesia local com qualquer outro processo revolucionário burguês, a esquerda acaba por não se dar conta de que há no mundo uma totalidade capitalista que, assim como em outras épocas históricas, necessita para o seu desenvolvimento da manutenção de setores mais avançados da economia, assim como de setores menos avançados, tudo combinado para a reprodução da totalidade do sistema. Tratam o desenvolvimento do capitalismo no plano mundial de forma compartimentada, como se cada país corresse por uma raia e a evolução e o atraso de uns e outros tivesse pouca ou nenhuma relação, superestimando utopicamente as possibilidades de desenvolvimento do Brasil, por exemplo.

Além disso, os argumentos que esta esquerda levantam são duvidosos. Para eles, há que se desenvolver as forças produtivas capitalistas ao máximo para que entrem em contradição com as relações sociais de produção e daí se crie o colapso do capitalismo, abrindo a possibilidade para a modificação das relações sociais. Neste esquema, o papel da luta de classes é secundarizado, tendo os trabalhadores a função apenas de lutar pelo desenvolvimento das próprias forças produtivas capitalistas. Assim, o que temos é a colaboração de classes que acaba por ser benéfica, na prática, só para a burguesia.

Ao buscar o desenvolvimento econômico capitalista nacional nos países periféricos, os reformistas buscam aplicar a teoria do círculo virtuoso nestes países para poder aumentar a distribuição da renda, a participação no mercado consumidor, etc. Nós já vimos onde isso vai dar, na crise do próprio sistema, ou seja, na impossibilidade de aplicação desta teoria de fato por um tempo duradouro.

Outra coisa que temos que ressaltar é que o desenvolvimento dos países latino americanos nos setores mais dinâmicos da economia, como o da produção de bens de consumo duráveis, seria pouco provável se fosse feito autonomamente. Os países capitalistas do centro do sistema já possuíam uma tecnologia que foi exportada transferindo seu capital constante aos países periféricos, modernizando-os de forma integrada às economias capitalistas de ponta. Esta foi a base do nacional-desenvolvimentismo aplicado por Juscelino Kubitschek.

Hoje em dia, parte da esquerda resolveu atualizar a proposta de desenvolvimento do capitalismo nacional. É claro não será modificada nenhuma lacuna apontada acima, porém tenta colori-las com um tom mais transformador e inovador. Como durante os anos que se passaram a esquerda viu que a proposta de aliança com a burguesia nacional para se fazer a revolução burguesa não daria certo, esta concluiu que o problema estava na burguesia que não desejaria desenvolver um capitalismo nacional autônomo, pois seus interesses estavam sendo satisfeitos sem esta necessidade.

Não conseguiram compreender que para o desenvolvimento da totalidade capitalista não é necessária esta etapa de desenvolvimento nacional nos países periféricos e que nas transformações revolucionárias a luta de classes joga um importante papel, e que, as transformações não são feitas apenas devido o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Sendo assim, a modificação na linha geral de atuação girou em torno do sujeito da concretização desta estratégia, este não seria mais a burguesia nacional aliada com a classe trabalhadora, mas tão somente, a classe trabalhadora, que iria construir uma nação forte e desenvolvida e unida. Belos objetivos que não rompem em nada com as bandeiras de luta mais velhas dos burgueses e não podem ser concretizadas nos marcos do capitalismo.

A Via Chilena para o Socialismo

A tentativa de implementação da chamada "via chilena para o socialismo" deu-se no início da década de 1970. Esta tentativa fez parte da estratégia da Unidade Popular, coalizão de esquerda que contava com a participação dos anti-capitalistas Partido Socialista e Partido Comunista, e que acabou derrotada com a queda e morte do Presidente eleito Salvador Allende em 1973.

Não nos interessa, aqui, esmiuçar cada motivo do fracasso da via chilena. Este é um trabalho já realizado por vários autores e que não pode ser reduzido a este curto espaço. Porém, entendemos ser interessante a colocação de problemas novos em uma prática reformista latino-americana que, paradoxalmente, pregava em seus discursos um objetivo revolucionário. O objetivo era um mas a prática, no entanto, levava a outros caminhos que afastavam a Unidade Popular cada vez mais da sociedade socialista.

Para conseguir a conquista do socialismo o povo chileno deveria acabar com o domínio imperialista, com os monopólios e com as oligarquias latifundiárias. Isso conduzia a necessidade de nacionalizações - confundidas pelos reformistas chilenos com socializações - a realização de uma reforma agrária e a intervenção do Estado em setores da economia, criando-se uma área de controle estatal que além de ajudar ao estímulo ao mercado interno facilitando o crédito para a classe média, redistribuiu a renda para as massas populares. Isso faria com que a burguesia, principalmente a internacional, ficasse isolada e a Unidade Popular conseguisse o apoio necessário para fazer as modificações sociais pendentes, também com o aumento da participação popular nas decisões políticas.

Todas as alternativas para se conseguir a realização dos objetivos estratégicos propostos passavam pelo controle de uma parte do Estado, o poder executivo. Assim, definiram como principal meio para se conseguir o poder governamental a participação nas eleições. A Unidade Popular conseguiu crescer nas eleições e eleger seu candidato graças ao forte apoio popular, não precisando fazer muitas concessões ideológicas e programáticas. A base dos movimentos populares que o apoiavam era forte e se organizavam cada vez mais, o que gerava em muitos casos uma duplicidade de poderes entre o próprio governo e os movimentos populares organizados, muitos deles sendo de caráter anti-capitalista.

Só que para os membros da Unidade Popular esta duplicidade de poderes era perniciosa, era necessário manter a unidade sob a tutela do Estado. Diziam que o poder seria repassado para o povo com a aprovação de uma nova constituição e que não havia sentido na construção de novas formas de poder quando o próprio Estado deixava de ser um defensor de uma classe, no caso a burguesia, para se transformar em um Estado Popular.O que estava se gestando no Chile era uma revolução dentro da ordem, onde o Estado não perderia o controle da situação. O governo barrou a construção de um poder paralelo ao do Estado, de cunho popular e anti-burguês, para poder manter o controle da situação.

Com as nacionalizações, a pregação do socialismo como objetivo, etc., o capital estrangeiro deixou de entrar no país que acabou por sofrer um boicote econômico internacional. Sem as inversões externas o governo chileno deixou de ter possibilidade de fazer sua economia crescer, começou a existir déficit fiscal e impossibilidade para implementação de políticas sociais mais abrangentes. A solução encontrada foi tentar acalmar os empresários combatendo a esquerda mais radical, prometendo estabilidade e progresso econômico. Com isso, a Unidade Popular desmantelou parte da esquerda e não conseguiu aproximar empresários que não se afinavam com o programa defendido pelo governo.

Além disso, a UP já havia feito uma opção política policlassista para garantir a possibilidade de implementar o seu programa de governo ao aproximar-se com setores mais conservadores da sociedade chilena. Ao não permitir a construção dos chamados organismos de poder popular que garantissem a hegemonia do povo num espaço de luta próprio para a sua participação, a UP teve que fazer concessões a forças que não eram populares, que tinham muito menos representação nas ruas, mas que para o jogo político possuíam importância. Ou seja, nenhuma solução foi encontrada e a UP se afastava cada vez mais de seus objetivos.

Outro erro foi feito, os reformistas acreditavam que estavam ocupando o poder de Estado transformando-o em um Estado Popular, ao ocupar apenas uma parte dele: o governo. Porém, a parte mais importante do Estado para os capitalistas - as forças armadas - continuava como antes; não houve um armamento do povo e o governo, pelo contrário, utilizava o exército para reprimir os movimentos populares que estavam construindo o duplo poder. Isso fortaleceu a hierarquia militar, ao mesmo tempo em que o governo minava este duplo poder dentro do aparato militar, impedindo a formação de comitês de soldados e membros de baixa patente do exército, algo que já se esboçava. O que aconteceu foi que estas forças armadas com o apoio dos capitalistas e do imperialismo derrubou o governo e implementou uma ditadura militar, uma das mais sangrentas da América Latina. Este foi o preço pago pela adoção de medidas reformistas, mesmo sob a bandeira da revolução.

O erro dos reformistas chilenos foi não ter apontado para uma ruptura revolucionária, acreditando que as mudanças viriam gradualmente desde que a conquista do governo estivesse assegurada. Era o velho mito da maioria oriundo da democracia burguesa se repetindo outra vez. Não se preocuparam em construir uma alternativa de poder que socializasse - e não nacionalizasse os meios de produção - e que destruísse o Estado enquanto instrumento de dominação da burguesia. Aprenderam da pior forma possível que o Estado não é neutro, que não é possível utilizar o próprio poder burguês para acabar com a dominação burguesa, que o poder baseado no socialismo deveria ser o poder popular, amplamente socializado com os movimentos sociais. Aprenderam finalmente que poder, mais do que a possibilidade formal de tomar decisões é, sobretudo, a capacidade de implementá-las, de ter os meios para concretizá-las, inclusive as armas se necessário.

Cooperativismo, Comunidades Alternativas, Círculos de Convivência, etc.

Nos pontos anteriores discutimos as concepções reformistas que possuem sua origem entre os burgueses com a consciência pesada ou entre os marxistas que para assumir o Estado como instrumento de transformação social acabaram por enveredar por tais vias de transformação social, não apontando para uma ruptura que afetasse a raiz de nossos problemas, mas apenas os seus aspectos superficiais.

Agora, entendemos ser necessário escrever sobre algo que afeta os grupos de esquerda em geral, mas afeta particularmente os anarquistas, libertários e marxistas mais heterodoxos. Nestes casos, assim como no caso da via chilena, o reformismo não é uma questão de definição consciente por parte destes agrupamentos, mas um fenômeno que acontece, independentemente do tom revolucionário dos rótulos que cada qual ponha em si mesmo. Normalmente estas agrupações ao negarem o poder Estatal acabam acreditando que é possível transformar a realidade aos poucos, a partir de pequenos pólos de “auto-organização” ou “auto-gestão” dentro da sociedade atual.

Estes pólos podem assumir várias formas: fábricas e empresas auto-gestionárias, comunidades alternativas, grupos e círculos de convivência que pretendem desenvolver sementes de novas relações sociais. Diante do reformismo clássico, adepto da democracia burguesa e da conquista do Estado via eleições existe um rechaço radical. Porém, ao tentar acabar com as relações sociais capitalistas não buscando mudar sua totalidade, não buscando construir o caminho para uma ruptura revolucionária que mude as relações sociais mais gerais desta sociedade, estes reformistas acabam sendo submetidos a lógica mais geral de dominação capitalista e reprodução do capital.

Uma das tentativas diz respeito a formação de cooperativas de trabalhadores, as chamadas empresas auto-gestionárias. Quando falamos neste exemplo estamos considerando que são pessoas que enxergam o cooperativismo como forma de superação do capitalismo, como um elemento estratégico de combate, nossa crítica não se dirige aqui àqueles que reconhecem todas as limitações do cooperativismo e o utilizam apenas como tática. Normalmente quem compõe este tipo de empresa “auto-gestionária” são trabalhadores de um ramo da produção industrial que foram demitidos de uma empresa, ou que montam um pequeno negócio de produção, insignificante em termos de tamanho e que se mantém, quando consegue, com muito esforço. Os idealizadores deste tipo de empresa, dizem que estão mudando as relações sociais, que não há a separação entre trabalhadores e meios de produção, que os meios de produção são de propriedade coletiva e quem determina a disciplina interna na cooperativa são os próprios trabalhadores, que não existe divisão entre quem planeja e quem executa na empresa. É claro que estamos falando aqui das tentativas que são sinceras dentro do cooperativismo e não das cooperativas de fachada, que são as predominantes no país e que nem sequer pensam em mudanças.

Estes trabalhadores, normalmente, pegam máquinas de outras empresas para iniciarem o seu negócio, já que não possuem o montante de capital suficiente para investirem em maquinário novo. Aqui já começa uma das primeiras contradições do cooperativismo. Ao comprarem máquinas velhas, os trabalhadores acabam assumindo o papel de colaborar para os empresários privados a diminuírem os seus gastos na hora da reposição ou da troca de

máquinas em suas empresas, já que assim, as máquinas novas cumprirão o papel de aumentar a produtividade da empresa e abaixar o valor das mercadorias produzidas. Outra possibilidade é que os trabalhadores peguem máquinas de empresas que já faliram, sendo um dos motivos desta falência a falta de rentabilidade para se manter no ramo da produção de bens, ligada diretamente à baixa produtividade da empresa. Tanto num quanto noutro caso o que temos são os trabalhadores assumindo um negócio que já se mostrou deficitário ou impraticável.

Com piores condições de produção a dificuldade para se produzir em menos tempo é grande, isso sem falar na qualidade. A regra geral é que as mercadorias produzidas por estas cooperativas tenham um valor e portanto, um preço de mercado mais alto do que as mesmas mercadorias fabricadas numa empresa capitalista. A solução que os trabalhadores buscam para competir com mercadorias de menos valor e preços menores, que tendem a ganhar a concorrência sempre, é aumentar a disciplina na cooperativa, a jornada de trabalho, a divisão social do trabalho, potencializar a administração com a utilização de especialistas, etc., ou seja, um conjunto de "soluções" que reproduzem por outro flanco a lógica inerente ao modo capitalista de produção. Mesmo adotando estas medidas estes trabalhadores ficam quase sempre em situação desfavorável.

Outra possibilidade é que a cooperativa faça um acordo com empresas maiores para terceirização de uma parte da produção, o que colabora para que o capitalista se alivie de série de encargos sociais e consiga comprar mercadorias de baixo valor; afinal a lógica que acaba regendo o funcionamento destas cooperativas é a de vender as mercadorias não de acordo com o seu valor, ou seja, de acordo com o tempo de trabalho humano socialmente necessário para a sua produção, mas sim para a reprodução da força de trabalho dos funcionários da cooperativa. Assim vende-se a mercadoria abaixo do valor, gerando uma espécie de assalariamento que ultrapassa os muros da fábrica que terceiriza o serviço.

Este assalariamento indireto colabora, dependendo do que se produza nestas cooperativas, para a diminuição do custo da força de trabalho dos demais trabalhadores empregados nas outras empresas. Vamos supor que a cooperativa produza tijolos, ao vender o tijolo abaixo do seu valor, tirando apenas o valor necessário para a reprodução da força de trabalho dos cooperativados, há um rebaixamento no valor das construções que vão se fazer com este tijolo, por exemplo, moradias populares. Ao haver um rebaixamento do valor das moradias populares, o valor da força de trabalho dos demais trabalhadores também cai, já que este se mede pelo necessário para a reprodução do trabalhador e sua família, por exemplo, comida, moradia e roupas, aumentando a mais-valia para o conjunto dos capitalistas.

Ou seja, a lógica do mercado acaba por subordinar o utopismo cooperativista à colaboração com a própria manutenção do capitalismo, além disso, o cooperativismo também colabora para a diminuição de tensões sociais que poderiam se formar com o aumento dos trabalhadores desempregados, dando a ilusão de uma forma de trabalho diferente dentro do sistema e que na maioria dos casos acaba sendo levada a fracassar.

Na prática o percentual de falências de empresas cooperativados tem sido extremamente alto, em que pesem todas as formas de propaganda e fomento à formação de cooperativas que existem atualmente. Na verdade isso tem servido apenas como cabide de emprego para a classe média e como alimento ideológico para o próprio sistema. Os únicos casos em que temos visto cooperativas prosperarem são estas em que tem ramos específicos de produção, onde não existe nenhuma empresa capitalista instalada sendo possível alcançar níveis de preço elevados devido ao monopólio ou hegemonia de um mercado ainda não desbravado pelo capitalismo. São os casos típicos de produtos raros, artesanais, etc. Mas isso dura somente até a chegada de alguma empresa capitalista, que ao se inserir neste ramo produz com maior margem de lucro, produtividade, qualidade e sobretudo preço mais baixo.

O curioso é que a busca de cooperativas auto-gestionárias como forma de superação do capitalismo não é uma novidade. Há mais de um século, Bakunin criticava esta proposta ao falar da cooperativa de Rochdale, que ironicamente ainda hoje é invocada como exemplo a ser seguido por várias incubadoras de cooperativas. Vejamos o que dizia o anarquista russo:

> "Enquanto os socialistas revolucionários, convencidos de que o proletariado não pode libertar-se dentro do marco do atual sistema econômico, desejam a liquidação social, os socialistas pacíficos desejam, ao contrário, preservar todas as bases principais, essenciais, da ordem econômica existente. E afirmam que ainda nestas condições e, dentro desta ordem social, necessárias uma e outra para o êxito da civilização burguesa, os operários podem libertar-se e melhorar substancialmente sua situação material graças tão somente ao poder milagroso das associações livres (cooperativas).
>
> (...) Vinte anos de experiências na Inglaterra, França e Alemanha terminaram por provar que o sistema cooperativo não pode libertar aos operários, nem ainda melhorar de moda sensível sua situação dentro das condições atuais. A famosa associação de operários de Rochdale na Inglaterra, que tanto barulho fez e que tanta emulação e tantos ensaios suscitou em outros países, terminou por criar uma nova burguesia coletiva, que não vê nenhum inconveniente em explorar a massa dos operários não pertencentes à cooperativa.

> Os economistas provaram, que as cooperativas de produção somente são possíveis naqueles ramos da indústria que ainda não foram explorados pelo grande capital, posto que nenhuma associação operária pode competir com este na produção de bens de consumo em grande escala. E como o grande capital trata de controlar, em virtude de uma necessidade que lhe é inerente, todos os ramos da indústria, o destino último das cooperativas de produção será o mesmo que sofreram a pequena e média burguesia: miséria geral e inevitável, submissão ao capital da oligarquia burguesa e absorção de todo o tipo de pequenas e médias empresas pelas grandes empresas pertencentes a umas poucas centenas de pessoas endinheiradas da Europa."

Resumindo, as alternativas de "empresas auto-gestionárias" não corroem o capitalismo por dentro, pelo contrário acabam por reforça-lo. É claro que o que colocamos aqui foi apenas algumas coisas que podem acontecer com uma cooperativa, sendo que os problemas e fracassos das mesmas são invariavelmente maiores, portanto, entendemos que esta simplificação já dá conta de mostrar a inviabilidade desta alternativa.

Outro tipo de vertente é a adaptação da idéia de "auto-gestão" para a convivência das pessoas. São hipóteses lançadas de uma convivência mais libertária, sem hierarquias entre as pessoas, com ética nas relações pessoais, etc. Estas relações se ampliariam chegando em algum momento a influenciar boa parte da sociedade. Este tipo de pensamento levou alguns a tentar formar comunidades anarquistas no interior do país ou a formação círculos sociais libertários nas cidades, como se fosse possível estabelecer formas absolutamente diferentes de sociabilidade rodeados por uma sociedade baseada na coisificação dos homens e na mercantilização das relações pessoais. Mas, estas idéias são tão fora da realidade que nunca conseguiram influenciar as pessoas para qualquer tipo de transformação. Novamente a totalidade capitalista se impõe sobre as tentativas de transformações das relações que não buscam acabar com o sistema por inteiro.

Além disso, o grau de incorporação e mercantilização de novidades que, de início, pode ter um corte anticapitalista é muito grande, veja os hippies, e outras culturas de gueto por exemplo. Mas se estas idéias hipoteticamente chegassem a ter um grau de penetração um pouco maior na sociedade elas seriam esmagadas pela repressão capitalista/estatal antes que pudessem ter alguma esperança.

Em todo o caso o que devemos ressaltar é que existe uma dependência intrínseca de qualquer comunidade que se diz alternativa com o mercado capitalista, afinal de onde vem os alimentos consumidos por eles, ou então as ferramentas usadas para a produção, ou então as roupas, ou qualquer outro objeto que não seja possível uma auto-produção sem uma maior divisão social do trabalho. Estes objetos vêm todos do mercado capitalista e para que exista troca de mercadorias estas comunidades devem se submeter às leis específicas do mercado. Ao menos que se busque um primitivismo tacanho e renegue-se séculos de história da humanidade, o que não pretendemos nem discutir aqui devido a inutilidade e futilidade deste tipo de discussão.

Alguns se conformam, abandonando a pretensão de fazer disso um instrumento de transformação e se contentam em alterar, mesmo que limitadamente, as relações sociais dentro do grupo do qual participam. Nestes casos o coletivo serve ao indivíduo, é um grupo voltado para si mesmo, que não raro entra em crise devido a conflitos que passam a ser cada vez mais de ordem pessoal. Mas neste caso já não estamos mais tratando nem mesmo de reformistas.

O que há no caso destas tentativas reformistas de auto-organização são tentativas de mudanças também sem rupturas, só que sem utilizar o instrumento do Estado e das eleições, mas utilizando todo um arsenal de ações reformistas que são subordinadas ao mercado e a sociabilidade capitalista. Em nome da negação correta de uma estratégia de luta, a tomada do poder de Estado, caminha-se para formas de ação que demonstram uma impossibilidade intrínseca de transformar a sociedade na qual vivemos.

O Papel das ONG'S

Dentro de uma variada gama de iniciativas tomadas para a atenuação das mazelas geradas pelo capitalismo que vão do reformismo de matiz marxista ao keynesianismo, despontou no horizonte, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80, a instituição das ONG'S, as ditas Organizações Não-Governamentais. Para alguns pode ser discutível situá-las dentro do reformismo, por uma série de razões, mas para este documento faremos isso, afinal, muita gente bem intencionada, e com sincera indignação e preocupação social tem sido absorvidas ou tem aderido ao discurso das ONG'S no intuito de "melhorar" a sociedade.

Primeiro, é preciso situar as ONG'S historicamente, afinal de contas, em que contexto elas surgem? Se fizermos um esforço de memória lembraremos que o termo ONG começa a se notabilizar concomitantemente à expansão das políticas neoliberais, partindo dos Estados Unidos e da Europa e chegando até a América Latina. Essa concomitância não é mera coincidência, uma vez que dentro daquilo que foi chamado de Consenso de Washington já se projetava que a redução das verbas para as políticas sociais produziria um agravamento da situação social, em particular nos países periféricos dentro do sistema capitalista global. Diante de tal situação caberia à "sociedade

civil organizada” a promoção de iniciativas que minimizassem os problemas sociais e, como isso, atenuassem possíveis conflitos de classe. É aí que entram as ONG’S, pois são elas as organizadoras de tais iniciativas.

As ONG’S têm atuado em setores diversos, existem tanto as de corte ambiental como as que desenvolvem projetos sociais, não vale a pena destrinchar essa diversidade, mas interessa ressaltar o papel desempenhado principalmente por aquelas que atuam no âmbito social. Estas ONG’S acabam desenvolvendo projetos de “ajuda” em setores abandonados pelo Estado como a assistência aos desempregados ou fomento de iniciativas que “gerem renda” para as comunidades mais pobres.

Estes projetos aparentemente bem intencionados são, em geral patrocinados por fundações privadas ligadas a grandes corporações ou mesmo pelo dinheiro público, sendo que no segundo caso esse dinheiro passa para mãos privadas sob o argumento de que o Estado não tem condições de atender as demandas sociais, pois deve enxugar os gastos públicos.

O papel das ONG’S e seus afeitos abrange diferentes campos, elas atuam na economia, não só sugando dinheiro público, mas também beneficiando os financiadores privados; desempenham funções que podemos considerar ideológicas, uma vez que reforçam a idéia de que não é possível lutar diretamente contra o sistema, mas que é “possível” melhorar o mundo com pequenas iniciativas, com cada um fazendo a sua parte; e contribuem para a contenção de conflitos, pois, como já dissemos, buscam atenuar as mazelas do capitalismo e, com seus projetos evitam o afloramento de lutas que permitam o desenvolvimento de movimentos sociais combativos, cooptando pessoas e despolitizando as demandas sociais.

Como vemos, as ONG’S que buscam apresentar-se como uma oposição à política de cortes nos investimentos sociais característica do neoliberalismo, na verdade funcionam como parte integrada da dessas políticas, dando cobertura para as mesmas em setores nos quais podem desenvolver-se focos de tensão. Evidentemente, muitas ONG’S podem realmente estar atuando honestamente, enquanto outra porção delas não é o mais que um “bom negócio” para as mais variadas espécies de pilantras; mas o fato que nos interessa é que as ONG’S não vão mudar qualitativamente a vida dos trabalhadores, elas serão sempre ou vãs tentativas para amenizar problemas sociais ou um balcão de negócios.

O Sistema Estatal

ou aquilo que chamaram de "socialismo" ...

> *Eles dizem que essa ditadura (jugo estatista) é um meio transitório para chegar à emancipação integral do povo: anarquia ou liberdade – eis o objetivo; Estado ou ditadura – eis o meio. Portanto, para emancipar as massas trabalhadoras é necessário em primeiro lugar acorrenta-las... Eles afirmam que só a ditadura – a deles, evidentemente – pode criar a vontade do povo; nós respondemos-lhes: nenhuma ditadura pode ter outro objetivo senão perpetuar-se, nenhuma ditadura conseguiria engendrar e desenvolver no povo que a suporta outra coisa senão a escravatura; a liberdade só pode ser conseguida pela liberdade.*
>
> M. Bakunin

Buscamos analisar neste espaço a experiência dita "socialista" cujo centro foi a ex-URSS, mas também foi vigente nos países do leste europeu e em outras partes do mundo. Aqui vamos nos ater ao caso da Rússia por ser o paradigma principal desta concepção e pela absoluta inviabilidade de se analisar mesmo que sinteticamente, as várias sociedades onde este tipo de "socialismo", que chamamos de sistema estatal, foi levado adiante. Sociedades estas construídas graças às revoluções que ocorreram com ampla participação popular e que realizaram uma ruptura revolucionária com a sociedade anterior, embora como analisaremos mais adiante tenham reproduzido e mantido uma série de traços do sistema capitalista. Apesar da queda da URSS e dos regimes do Leste Europeu, muitas das concepções nas quais se basearam estas sociedades permanecem vigentes e orientam uma parcela não desprezível da esquerda de intenção revolucionária nos dias de hoje.

Entendemos que este é um modelo de transformação social diferente dos projetos reformistas. Existe aqui a intenção de alterar de forma revolucionária a sociedade. Todavia, discordamos da forma como esta vertente do socialismo organizou suas lutas, conduziu o processo revolucionário e, sobretudo, criticamos radicalmente as conseqüências destas revoluções e as próprias sociedades que se formaram depois das rupturas.

Faremos primeiro um relato do processo russo de revolução e formação de uma sociedade que não eliminou, em sua maioria, os problemas da humanidade. Depois analisaremos os principais tópicos falhos do projeto revolucionário do qual não concordamos.

A Revolução Russa e a Ditadura sobre o Proletariado

No ano de 1917 o antigo Império Czarista Russo foi posto abaixo por uma revolução: operários, marinheiros, camponeses e soldados foram às ruas, tomaram as fábricas e as ferramentas, expulsaram os patrões, acabaram com os resquícios do sistema feudal e revoltaram-se contra seus oficiais. Para se reunir, discutir seus problemas, se organizar e coordenar suas lutas criaram conselhos, os chamados *soviets*. Naquela ocasião, dada a ilegalidade dos sindicatos, o *soviets* foram a forma de organização criada pelos operários, eram portanto, um legítimo instrumento de auto-organização dos trabalhadores. Estes *soviets* já haviam aparecido em 1905, quando o Império Russo viveu sua primeira crise revolucionária, depois retrocederam, mas no início de 1917 ressurgiram com força, ampliando em muito sua influência, desta vez englobando soldados e mesmo os camponeses em algumas regiões.

Desde princípios de 1917, mais acentuadamente desde fevereiro deste ano, quando caiu o Czar e se instaurou um governo provisório, os *soviets* se tornaram de fato, e cada vez mais, um poder dos trabalhadores, gerando uma situação real de duplo poder na Rússia. Muitas fábricas já eram geridas por trabalhadores, que mantinham sua produção, se organizavam de novas formas e discutiam coletivamente suas tarefas. Este processo ascendente culminou na revolução de outubro. Dentro dos *soviets* estavam representados todos os trabalhadores, soldados e camponeses, independentemente de quais fossem suas concepções políticas. Anarquistas de vários matizes, socialistas revolucionários, mencheviques, bolcheviques, maximalistas, etc., todos tinham voz e voto nos *soviets* e todos respeitavam suas decisões. Esta unidade que os *soviets* conseguiram dar ao movimento foi fundamental para a vitória da revolução num primeiro momento. É válido lembrar que até abril de 1917 os bolcheviques não davam importância aos *soviets*, somente com a volta de Lênin e as Cartas de Abril é que eles mudam de orientação, percebendo que o movimento real da classe trabalhadora se dava de fato nos *soviets*, passaram a atuar ali com prioridade.

A partir de outubro de 1917 as coisas foram mudando. Apesar dos bolcheviques terem defendido "todo poder aos soviets" e "as fábricas aos operários" (palavras de ordem sem dúvida revolucionárias, defendidas bem antes pelos anarquistas, por exemplo) eles começaram a adotar medidas que de fato iam no sentido oposto daquelas

divisas. O “todo poder aos soviets” apregoado por eles era uma orientação tática, uma guinada temporária para quebrar o poder do Estado provisório. Entretanto, a orientação estratégica de tomar o Estado e instalar uma ditadura do proletariado permaneceu intocada, aguardando o melhor momento para se efetivar. Na realidade começaram a aplicar aquilo que realmente sempre tinham defendido: uma ditadura. E isto fazia parte de seu programa, uma vez sendo comunistas estatistas, concebiam o Estado como uma ferramenta de classe, um resultado da estrutura econômica da sociedade e assim, também poderia ser utilizado pela vanguarda, que o tomaria e exerceria o poder através de uma ditadura chamada por eles de proletária.

Com o poder estatal nas mãos, a vanguarda auto-proclamada do proletariado faria as transformações necessárias na estrutura econômica, criando as condições para o surgimento de uma sociedade comunista, enfraquecendo o Estado, que como sonhavam Marx e Engels, iria definhando. Na teoria tudo certo, na prática a coisa se deu de modo muito diferente.

No plano político, o “poder dos soviets” foi sendo absorvido pelo Estado, a palavra “soviético” usada para designar o regime russo, perderia totalmente o sentido em poucos meses. Já em 1918 os *soviets* eram apenas uma miragem do poder real que exerciam até 1917. Totalmente subordinados ao Estado foram sendo transformados em correias de transmissão, meros órgãos executores de tarefas decididas pelo Estado, sem qualquer participação popular. Conforme Lênin e Trotski admitem sem meias palavras, o ditadura não era do proletariado no sentido de que eles a exercessem, era sim exercida em nome do proletariado, sobre o proletariado se fosse necessário – e isso foi feito em muitos momentos – e sequer era a ditadura do partido bolchevique, era a ditadura do comitê central do partido, e no final das contas a ditadura do secretário geral do partido, sobre o comitê central, sobre o partido, sobre o Estado, sobre os sovietes e sobre a sociedade como um todo. Este poder centralizador e sua conservação passaram a orientar a ação dos bolcheviques. Manter-se no poder significava acumular cada vez mais poder, aumentando o tamanho do Estado, gerando uma busca agora não pela mais-valia, mas pelo mais-poder.

O Estado passou também a ser um agente econômico, era dono das fábricas e das ferramentas, do comércio e regulava toda a atividade econômica na antiga URSS também era o maior empregador, em especial na burocracia, uma vez que, para se fazer presente como agente econômico precisou criar um amplo aparato administrativo. Este aparato foi aumentando sua influência e poder na sociedade, desenvolvendo interesses próprios e formando novos quadros dirigentes, já identificados com os interesses do Estado e distantes dos operários e de povo.

No plano da gestão as fábricas saíram das mãos dos operários e foram para as mãos do Estado; a autogestão deu lugar aos métodos capitalistas do taylorismo e a militarização do trabalho; a burocracia cresceu junto com um corpo de técnicos privilegiados no âmbito da produção; os operários já não eram mais ouvidos; os *soviets* foram sendo esvaziados em seu real poder de decisão, dando lugar ao partido único e sua ditadura, que se dizia, do proletariado. Evidentemente tais medidas não foram aceitas passivamente, houve críticas cada vez mais duras ao rumo que o recém batizado Partido Comunista (até a Revolução denominado Partido Operário Social Democrata Russo) imprimia à Revolução, estas críticas não eram bem recebidas pelo partido e a partir de então a onda repressiva não se dirigiu apenas aos czaristas, mas voltou-se também contra os revolucionários não pertencentes ao partido e que ousavam questioná-lo. Entre estes estavam os anarquistas, correntes como a dos maximalistas, socialistas revolucionários de esquerda e mesmo os bolcheviques que, de dentro do partido se opunham as decisões tomadas pelo comitê central.

Dois momentos da revolução ilustram este período, no qual a ditadura bolchevique procurou se livrar de qualquer oposição à esquerda. Um é o combate à *Makhnovstchina*, um movimento de camponeses e operários da Ucrânia que tinha combatido a contra-revolução branca e a burguesia ucraniana, reconhecia e defendia os *sovietes*, mas que não aceitava a ditadura do partido único. O outro momento crucial foi a Revolta da Kronstadt, na qual os marinheiros e trabalhadores daquela base naval se insurgiram reivindicando, entre outras coisas, a volta do poder aos *soviets.* Estes mesmos operários, que dissolveram na marra a Assembléia Nacional Constituinte, considerados o orgulho e a “vanguarda da revolução” foram chamados no momento seguinte de traidores. Vinte mil mortes e um rio de sangue deram o colorido final da resistência revolucionária à ditadura bolchevique.

Daí em diante o que temos é a consolidação de um Estado policial, que longe de definhar crescendo cada vez mais e se tornando mais poderoso. A eliminação das críticas e oposições chegou ao interior do próprio Partido Comunista (bolchevique), atingindo a Oposição Operária de Alexandra Kolontai que havia se oposto ao massacre de Kronstadt e alguns anos depois a Oposição de Esquerda, facção do próprio Trotski. Ele que fora um dos mais destacados defensores da ditadura, da militarização dos sindicatos, artífice da perseguição às várias tendências revolucionárias; acabou sendo ele mesmo vítima do monstro que com tanto afinco trabalhou para criar. Cada vez mais os expurgos e os processos fraudulentos estavam estabelecidos como uma pratica interna na disputa pelo poder, que mesclava o Estado e o partido numa mesma estrutura.

Pode-se argumentar que isso foi feito no período do comunismo de guerra, uma época de guerra civil e de dificuldades econômicas que poderia ter acabado com a revolução. No entanto, não se explica e nem justifica a repressão dentro do próprio âmbito revolucionário, a concepção de ditadura com partido único e principalmente a alienação da classe trabalhadora do processo revolucionário e das decisões políticas em benefício dos dirigentes partidários, unicamente pela existência da guerra civil. Se assumimos a guerra civil como panacéia que tudo

justifica, qualquer revolução seria obrigada a tomar tais medidas? Este conjunto de medidas configurou a nosso ver uma contra-revolução. O estalinismo é em nossa análise muito mais um resultado deste processo do que a expressão dos desvios de um único homem perverso, sagaz o suficiente para enganar todo um partido "cheio de virtudes".

Nos anos 30, com Stálin no comando, a URSS era um gigante burocrático maior do que fora o próprio Estado czarista. Os elementos destacados do partido, militares de alta patente, chefes de polícia e tecnocratas compunham aquilo que já era uma nova classe dominante. Os sindicatos existentes funcionavam mais como um agente coercitivo do Estado do que como um instrumento a serviço dos trabalhadores, pois não tinham independência alguma, portanto não serviam aos trabalhadores. Nas fábricas havia prêmios, concursos do tipo "operário padrão", os trabalhadores totalmente alienados das discussões sobre a produção e de seu planejamento e qualquer organização fora do estado era perseguida.

A economia a esta altura já estava totalmente estatizada, seja no planejamento centralizado, seja na posse dos meios de produção. Na política vigorou o partido único confundido com o próprio Estado, situação que se manteve com leves alterações até a queda da URSS. Na vida cultural, durante o período estalinista houve um grande empobrecimento com a imposição do realismo socialista como estética oficial, sendo qualquer outra proposta artística condenada como "anti-soviética" ou "incompreensível para as massas". Artistas e intelectuais comprometidos com a revolução como Maiakovski, Marc Chagall e Mikhail Bakthin, entre outros foram duramente perseguidos.

Nas décadas seguintes a URSS passou pela Segunda Guerra Mundial e teve um acréscimo em sua área de influência no pós-guerra com a formação do chamado "Bloco Socialista" no leste europeu, organizado com base no modelo da URSS. Neste momento a URSS já era considerada por todos os partidos comunistas do mundo como a "pátria do socialismo", o modelo a ser seguido. Evidentemente que não eram todos os países ditos socialistas que seguiam com exatidão o modelo russo, havia pequenas variações, mas o essencial do sistema estatal era mantido: governo ditatorial de partido único; economia estatizada, ausência de organizações geridas pelos próprios trabalhadores, sistema de salários desiguais; uma rede de proteção social, privilégios para a burocracia dirigente, forte aparato policial, patrulhamento político-ideológico, alienação dos trabalhadores do processo de gestão da sociedade e das decisões políticas.

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991, o modelo russo deixou de ser o referencial central do que pode ser uma sociedade socialista para muita gente, abrindo caminho para a crítica mais ampla, embora sejamos obrigados a relembrar que esta crítica já era feita desde os princípios da revolução russa pelos anarquistas e outras correntes socialistas minoritárias. É impressionante perceber o quanto o termo socialismo ficou vinculado ao que se passou na ex-URSS. É grande o número de antigos comunistas em todos os lugares do mundo, que foram absolutamente incapazes de conceber outra alternativa socialista distinta daquela da russa, muitos deles se tornaram os neo-liberais e social-democratas de plantão hoje em dia. Na antiga URSS, o regime que sucedeu o sistema estatal foi o capitalismo, ironicamente gerido pelos antigos burocratas do partido e ex-agentes da KGB, que agora são mafiosos e empresários capitalistas.

O fracasso da revolução russa repercutiu sobre toda esquerda e não apenas sobre as correntes afinadas com as concepções bolchevique-estalinistas. A idéia de socialismo, e a idéia de revolução foram desacreditas pelos resultados nefastos da experiência russa. A ideologia burguesa, manipulando habilmente os fatos, afirma até os dias de hoje que socialismo foi aquilo que se passou na URSS e no Leste Europeu, faz isso com a clara intenção de criar uma rejeição à priori sobre qualquer proposta socialista. Neste ponto da história o perigo para os capitalistas já não se situa nos regimes derrubados e jogados para a lata de lixo da história, o perigo que eles querem matar na raiz é a reabilitação do conceito de socialismo, impedindo a retomada e atualização de qualquer projeto realmente socialista. Neste sentido o sistema estatal, dito "socialista", foi uma dádiva para os capitalistas pois permite que eles desacreditem, embasados em fatos históricos, o próprio socialismo.

A Economia de Estado e a Burocracia

"Esta revolução consistirá na expropriação quer progressiva, quer violenta, dos proprietários e dos capitalistas atuais, e na apropriação de todas as terras e de todo o capital pelo Estado, que, para poder desempenhar a sua grande missão econômica tão bem como a política, deverá ser necessariamente muito forte e muitíssimo concentrado. O Estado administrará e dirigirá a cultura da terra por meio dos seus engenheiros, escolhidos, e comandado um exército de trabalhadores rurais, organizados e disciplinados para esta cultura. Ao mesmo tempo, sobre a ruína de todos os

bancos existentes, ele estabelecerá uma banca única, comandatária de todo o trabalho e de todo o comércio nacional (...) Na realidade, isso seria um regime de caserna para o proletariado, em que a massa uniformizada dos trabalhadores e das trabalhadoras despertaria, adormeceria, trabalharia e viveria a toque de caixa."

M. Bakunin

A Revolução Social de orientação socialista como que existiu na Rússia (e nos outros países que vieram a formar o bloco socialista) acabou se transformando em um sistema onde os trabalhadores foram duramente massacrados por um poder policial, onde a alienação do homem e sua coisificação não deixaram de existir. Porque isso aconteceu? Quais eram as concepções daqueles que ocuparam postos chaves na determinação do futuro da revolução? Finalmente, quais são os problemas que nós enxergamos neste tipo de sociedade e porque a renegamos? Parte destas questões já se encontra respondida nas entrelinhas do texto acima, mas procuraremos respondê-las com mais clareza a seguir.

O Capitalismo, como vimos, possui contradições internas muito fortes. É um sistema no qual a tecnologia avança cada vez mais, onde as possibilidades de produção já garantem que exista abundância de alimentos para a humanidade, onde as tecnologias de comunicação facilitam uma integração global da humanidade. Todas essas coisas poderiam facilitar a formação de novas formas de sociabilidade onde a disputa, a competição e a guerra não fossem os elementos centrais das relações humanas; nas quais os homens e mulheres não fossem subordinados ao mercado e ao Estado, mas pudessem planejar coletivamente todos os aspectos da vida humana. Porém, o que encontramos é a miséria em meio a abundância, é a queima de capitais para que a taxa de lucro se mantenha alta, é a utilização das tecnologias para a dominação e a manutenção da miséria da humanidade, é a mercadoria ganhando características sobre-naturais acabando por subordinar o homem que se transforma em coisa no processo de reprodução ampliada do capital. Tudo isso formando um emaranhado de contradições acionado por uma economia sem controle social junto a perversa formas de participação políticas, de interação cultural e de controle militar.

Para alguns socialistas e comunistas é necessário que a economia capitalista não tenha mais a liberdade de estabelecer as suas relações "naturais", é necessário que exista a intervenção do homem para que as contradições inerentes ao modo de produção capitalista cessem de existir gerando as condições para a formação de uma sociedade comunista plena, onde às relações humanas não sejam subordinadas as relações entre coisas, onde tenhamos o tempo necessário para desenvolvermos as nossas capacidades físicas, intelectuais e culturais sem a pressão de formas de exploração e opressão do homem.

Esta intervenção do homem, para os socialistas e comunistas estatistas, seria realizada pelo instrumento que é identificado enquanto o homem coletivo, aquele que possui em seu interior a representação da vontade geral desde que seja utilizado não enquanto instrumento de dominação da burguesia, mas sim como instrumento de opressão aos burgueses e libertação do proletariado: o Estado. Para eles o Estado planificaria a economia evitando as crises periódicas do capitalismo, organizaria os fatores de produção da nova sociedade, tiraria o poder econômico e político das mãos da burguesia, enfim, acabaria com o capitalismo gerando condições para a construção de uma nova sociedade. O Estado seria então um instrumento neutro, passível de ser utilizado por outra classe a seu favor.

A revolução seguindo esta lógica não deveria ser política. Para acabar com o capitalismo não bastava tirar a burguesia do poder político, seria necessário modificar a própria base econômica da sociedade. Uma revolução social de massas que tomasse o poder da burguesia e usasse o Estado para massacrá-la enquanto classe seria o caminho. Esta revolução foi feita. Criaram-se organismos de poder onde o povo decidia sem a intromissão da burguesia, os *soviets*, ao mesmo tempo em que houve a conquista do Estado pelo que eles concebiam como "o partido revolucionário do proletariado", o Partido Bolchevique. E apesar de tratarmos do exemplo russo, podemos generalizar estas considerações para vários outros países onde esta orientação foi levada adiante; o que há de comum em todos é que os revolucionários assumiram o poder político com a participação das massas em seus movimentos, qualquer que seja a forma militar de desenlace que a revolução conquistou.

Na fase pré-revolucionária, na ruptura e imediatamente após existiu uma dualidade de poderes: o poder dos *soviets*, do qual já falamos e o poder do Estado, a essa altura tomado por aqueles que se consideravam como a "vanguarda do proletariado", o Partido Bolchevique. Mas na visão dos bolcheviques, para a planificação da economia e construção de uma nova sociedade esta dualidade de poderes era perniciosa; seria necessária a unificação do poder nas mãos do "legítimos representantes do proletariado", o Partido Bolchevique, realizada através da instituição que representa o homem abstrato, o representante da vontade dos homens em geral: Estado, despido de sua capa burguesa e preenchido com os "elementos mais revolucionários do proletariado". Com isso, a revolução social ganhou forma política, e o Estado foi o principal elemento para modificar a estrutura econômico-social do sistema capitalista.

Com o controle do Estado dito proletário sobre a economia foi possível "racionalizar" a produção. A partir de então seria possível estabelecer em que produzir, como dividir a força de trabalho nos diferentes setores da economia, a quantidade da produção, a lógica da circulação, etc., não seria mais um mercado sem controle e irracional, nem ao menos o mercado orientado pela intervenção estatal visando a minimização dos problemas causados pela lógica interna do próprio capitalismo. Quem iria organizar a colocação dos fatores de produção em seu devido lugar seria o próprio poder político "nas mãos do proletariado". Ao menos esta era idéia.

Na prática trata-se de um mito construído ideologicamente pelos bolcheviques considerar que a produção do país estava totalmente paralisada e desorganizada. Desde meados de 1917, como já dissemos, os *soviets* controlavam boa parte das fábricas. Uma parte expressiva destas fábricas produzia, estava auto-gerida e realizava trocas; e na maioria dos casos as empresas auto-geridas alcançavam níveis de produtividade maiores do que os da gestão capitalista anterior. Este processo se expandiu mais ainda na medida em que os meses passavam; e foi em grande parte a partir deste proletariado organizado, que já realizava na prática o poder dos *soviets* e auto-geria as fábricas que se conseguiu apoio a revolução de outubro. Neste momento a guerra civil estava apenas no início e não tinha efeitos devastadores sobre a produção ainda. Logicamente não era uma economia planificada e havia muitos ajustes a fazer, vivia-se o fervor revolucionário.

O que fez o Estado bolchevique diante desta situação? Ordenou, atropelando resoluções dos *soviets*, a paralisação da produção até que a planificação da economia a partir do Estado reorganizasse a produção. E isso não foi feito de forma pacífica. No plano econômico imediato isso causou a paralisia da produção e promoveu o caos. No plano político gerou uma enorme tensão entre os trabalhadores e o Estado bolchevique, e não se tratava de qualquer parcela de trabalhadores, mas dos mais ativos na revolução.

Seria perfeitamente possível que o Estado planificasse a economia sem precisar paralisá-la, fazendo uma reorientação planificada dos setores econômicos, uma lógica puramente econômica indicaria que este seria o caminho mais lúcido. Mas estes exemplos ilustram o que estava em jogo realmente: o poder do Estado X o poder dos soviets. Era necessário centralizar o poder, acabar com a dualidade, e isso tinha prioridade inclusive sobre os resultados econômicos de tais ações. Para completar podemos deduzir os efeitos políticos de atitudes como esta sobre o conjunto da classe trabalhadora, o afastamento do proletariado, a percepção nítida de que não detinham mais o poder e de que a ditadura era realmente sobre o proletariado.

Todavia a planificação do Estado demorou para surtir o efeito esperado. Por um lado se exigiu uma completa submissão da autogestão operária à planificação centralizada do Estado, nada deveria escapar aos centros de decisão, foram rigorosos a este respeito. Por outro lado, ao perceber que a economia não conseguia se levantar e avançar em 1921 se lançou a Nova Política Econômica, a NEP, concedendo liberdades para a burguesia atuar com o objetivo de dinamizar a economia. Ou seja, a atitude da ditadura proletária com os burgueses não foi tão rigorosa quanto fora com os proletários.

Alguns anos depois o Estado tomou o controle total dos meios de produção e estabeleceu a divisão social do trabalho de forma planejada, a concorrência entre diferentes capitalistas privados foi substituída pela estatização. Em tudo isso não se vê nada a respeito da socialização dos meios de produção, das decisões políticas, etc. Aqui, uma vez mais, tentou-se fazer passar estatização por socialização, como se os interesses da sociedade fossem coincidentes com os do Estado.

Para os bolcheviques a transição para o comunismo estaria indo no caminho mais correto, pois com uma economia planejada requereria menos tempo de trabalho humano socialmente necessário para produzir tudo o que é preciso para a sobrevivência e bem estar dos homens. Isso geraria um aumento do tempo livre de cada pessoa, o que por sua vez possibilitaria o desenvolvimento de suas faculdades físicas, intelectuais e culturais. Com mais tempo livre a sociedade estaria caminhando para formas mais evoluídas de sociabilidade que iriam prescindindo progressivamente do próprio Estado. Em síntese, graças a intervenção do Estado na base econômica da sociedade, alterando sua estrutura, o Estado iria definhando. Na prática pretendiam utilizar algo que segundo o próprio marxismo era uma superestrutura determinada pela estrutura, para derrubar esta mesma estrutura, algo como subir nos galhos de uma árvore para cortar o tronco. A história mostrará que o medo de despencar preservou e fortaleceu mais ainda este tronco...

Para que o Estado pudesse fazer as modificações necessárias na base econômica ele deveria possuir um corpo de técnicos capazes de planejar e administrar a economia, a política e a cultura da sociedade. Estes administradores caminhariam cada vez mais para a administração das coisas e não dos homens. Esta substituição do objeto de administração seria o ideal buscado por estes comunistas fazendo com que existisse um mundo onde a administração perfeita das coisas fosse se formando, trazendo bem estar e o fim dos conflitos de classe, já que aqueles que administram as coisas agiam de acordo com o interesse geral dos homens.

Surge então uma camada de burocratas que tem como função mediar os interesses particulares da sociedade com o interesse geral representado pelo Estado. Esta burocracia vai fazer com que exista a separação entre quem planeja, quem administra, e aquele que executa, mantendo a divisão intelectual do trabalho, o que colabora para manter classes distintas no interior da sociedade e uma não homogeneização do esforço nos diferentes tipos de

trabalho, mantendo o trabalho mais cansativo que as pessoas só fazem quando são obrigadas por outros e não por interesse coletivo, já que não os planejam.

Outro fato que merece destaque é a disputa interna que se instaurou dentro da burocracia estatal, representada pelas diferentes frações da burocracia, e mesmo indivíduos, que lutavam para assumir os postos de maior importância. Para minimizar estas disputas foi necessária a intervenção do partido, representante de uma espécie de fusão entre a sociedade e o poder político do Estado. O partido devia ser único para que o mesmo realizasse o controle burocrático de seus próprios membros presentes no Estado e evitasse disputas que causassem uma cisão interna no poder estatal.

Esta dinâmica partiu da ditadura do proletariado desde o início da revolução e foi acentuando seu grau de autoritarismo até chegar no ponto de converter-se num regime totalitário, cujo expoente máximo foi Joseph Stálin. Contraditoriamente os comunistas estatistas, ao pretender utilizar uma instituição abstrata da sociedade e que supostamente representava o interesse coletivo, reforçaram mitos personalistas na URSS e Leste Europeu. Já na época de Lênin o culto ao indivíduo que estava no poder foi uma constante, desta forma estes comunistas acabaram revigorando a herança paternalista do Czar deposto, acentuando mais ainda o personalismo dos líderes.

Interessante avaliarmos como o bolchevismo valorizou o papel do desenvolvimento das forças produtivas para a construção do socialismo e do comunismo como meta. As relações sociais de produção e na sociedade foram totalmente subordinadas a uma única meta: o desenvolvimento das forças produtivas. No exemplo que citamos sobre as fábricas auto-geridas isso fica evidente, pouco importavam as relações sociais de produção que se estabeleceriam. Ao instalar o taylorismo, os métodos de trabalho capitalistas, o “stakanovismo” (uma política e ideologia de recompensa para os que se exaurissem no trabalho), ao restaurarem antigos chefes burgueses como gerentes, os bolcheviques deram prova cabal de suas prioridades e sobre como entendiam a evolução rumo ao comunismo. Num país de frágil burguesia seriam eles, os comunistas bolcheviques, os responsáveis por organizar a partir do Estado o desenvolvimento das forças produtivas, mesmo que para isso fosse necessário utilizar relações de produção e métodos típicos do capitalismo.

O tempo se encarregou de provar que mesmo depois de décadas de desenvolvimento econômico, com forças produtivas amplamente desenvolvidas e possibilidades concretas de redução nas jornadas de trabalho o comunismo não veio. A esperança de que a redução do tempo de trabalho criaria condições objetivas para a participação ampla dos trabalhadores tornando desnecessário o Estado se frustrou. Trotski por exemplo manteve sempre a expectativa de que no momento em que a economia se desenvolvesse tanto que reduzisse o tempo de trabalho, estaria aberto o espaço para uma revolução política que derrubasse a ditadura da burocracia, uma vez que no entender dele a revolução social era uma tarefa já realizada. A realidade mostrou que o Estado, guiado já pela lógica do poder, preferia não utilizar as tecnologias que reduziriam o tempo de trabalho para não correr nenhum tipo de risco de insubordinação ao seu poder. A lógica do desenvolvimento econômico como único fator determinante para as mudanças na sociedade da URSS foi por terra.

Vamos encontrar na sociedade formada por estes comunistas o controle da economia e do poder político por uma camada de mediadores controlados pelo partido. Esta é a síntese do que é chamamos de sistema estatal, ou seja, a burocracia detém coletivamente os meios de produção e o poder político. Entendemos que o mais importante está na diferenciação que deve existir na forma de analisar o capitalismo e o sistema estatal. No capitalismo a base econômica da sociedade é erigida sobre o próprio capital, a sua produção e o seu movimento. É ele, com o auxílio do Estado, quem organiza os diversos fatores de produção, incluindo-se aí a própria força de trabalho. Mesmo com toda a importância que reconhecemos no Estado capitalista, o capital é o determinante de primeira grandeza neste sistema. Já no sistema estatal, o Estado é quem decide tudo sobre a economia. O Estado é um agente econômico de primeira importância, ele é quem vai decidir onde, quando e como vão se estabelecer os diferentes fatores de produção.

Na lógica do capitalismo, o sistema para buscar a sua manutenção e viabilidade procura sempre reproduzir o capital de forma ampliada, com a apropriação privada, e a geração de mais-valia, sendo esta o grande motor do capitalismo. Já o Estado mesmo após se transformar em agente econômico, possui um conteúdo fundamentalmente político, e na URSS, por exemplo, já não buscava a mais-valia como objetivo a ser alcançado para a sua manutenção e reprodução. A lógica do Estado busca sempre, fazendo uma analogia, o mais-poder, já que isso faz parte de sua própria essência e condiciona a sua própria existência. O acesso a qualquer tipo de privilégio depende fundamentalmente das relações de poder, depende das decisões políticas que se tomam no partido único e no Estado.

Assim como os homens são coisas diante do processo de produção capitalista, não possuindo controle sobre o mesmo, este processo se repete de outra forma no sistema estatal. O Estado de origem humana, que foi criado pelos homens, se transforma em algo que ganha características que vão além da natureza humana, é fetichizado e acaba por subordinar os próprios homens com a sua própria lógica interna de aumento incessante de poder e os homens são novamente coisificados. Todo Estado possui estas características, mas quando o Estado concentra as energias de toda a sociedade como se passou na URSS e no Leste Europeu, esta lógica é intensificada numa proporção gigantesca, totalitária.

Entendemos que os elementos presentes neste texto já são suficientes, para apontar os motivos da nossa rejeição a esse tipo de sociedade, uma sociedade que não eliminou a exploração do homem pelo homem, não acabou com a alienação, não socializou os meios de produção, não acabou com a sociedade de classes e seus privilégios para uma minoria. Em suma, não emancipou a classe trabalhadora e consequentemente não acabou com a própria existência de classes sociais. Para nós é um exemplo de como não se deve construir o socialismo, para nós aquilo esteve longe de ser socialismo.

A Experiência Histórica Socialista Libertária

“A revolução é uma atividade que exige uma organização indispensável. Não implica senão uma parte mínima de espontaneísmo. Para o sucesso, são necessários noventa por cento de organização e nós estamos longe de possuir cinqüenta por cento.”

Francisco Ascaso

Quando criticamos a experiência do que chamamos de sistema estatal e as propostas do reformismo de ontem e de hoje, muitas pessoas nos questionam a respeito do que fizeram os anarquistas na história. E a impressão que se tem é de que os anarquistas pouco ou nada fizeram de concreto, de que se limitaram a falar e criticar ao invés de ter uma ação revolucionária efetiva e propositiva.

Esse tipo de consideração é totalmente infundada. Em primeiro lugar porque quer fugir das críticas ao invés de discuti-las, como se não pudessem existir críticas sem a proposição de outra alternativa. Nós entendemos que a crítica aos erros é uma necessidade e um dever dos revolucionários sinceros, mesmo que não exista alternativa alguma a ser colocada no lugar na experiência histórica criticada. No entanto, o problema maior é que os libertários historicamente não se limitaram à crítica, levaram suas concepções à prática em diversos momentos históricos, tiveram participação importante e decisiva em inúmeros acontecimentos e episódios revolucionários ainda no século XIX, ao longo do século XX e mesmo hoje em dia. A omissão e a distorção desta história faz parte do combate ideológico que outras correntes socialistas, o Estado e a burguesia fazem contra o anarquismo.

É provável que o vazio histórico do anarquismo no Brasil e o distanciamento em relação aos movimentos populares, iniciado em meados da década 1930 e que se seguiu até o início dos anos 90 contribua para o esquecimento da importância histórica dos anarquistas e das várias lutas operárias e populares em que o anarquismo esteve engajado. Além disso, uma parcela significativa dos que se entitulam anarquistas nos dias de hoje não possuem qualquer perspectiva revolucionária, social e classista. Devemos admitir, nos distinguindo, que existe uma boa parcela dos libertários de hoje entregue ao individualismo, ao espontaneísmo e até mesmo ao niilismo, enfim, totalmente alheios aos problemas reais das classes trabalhadoras. Todos estes fatores somados e mesclados resultam no desconhecimento histórico sobre as concepções e intervenções históricas do anarquismo.

Este texto não é o espaço adequado para tratarmos das várias experiências históricas libertárias, mas gostaríamos de relembrar alguns episódios que dão uma noção da multiplicidade das ações do anarquismo. Na Comuna de Paris em 1871 e em diversas revoltas e insurreições acontecidas naquele tempo, ainda na época de Bakunin, da Aliança da Democracia Socialista e da Associação Internacional dos Trabalhadores, a AIT, como insurreições na Itália, Espanha, os anarquistas atuaram. Lembrando que naquele tempo as propostas bakuninistas foram predominantes na 1ª Internacional sobre as propostas de Marx e Engels.

Já no século XX, na Revolução Mexicana a atuação anarquista foi de importância vital. Através de militantes como Ricardo Flores Magón, Enrique Flores Magón, Praxedes Guerrero, etc. os anarquistas mexicanos organizaram sindicatos, camponeses, publicaram *Regeneración* que se converteu no jornal mais combativo do México àquela época e tiveram uma grande ligação com os revolucionários zapatistas da época. No Brasil, Argentina, Uruguai e em praticamente toda a América Latina a formação dos primeiros sindicatos de resistências, e em alguns países dos primeiros sindicatos existentes, se deu sob influência dos libertários.

Na Europa, o grande movimento de ocupação de fábricas na Itália ocorridos por volta de 1920 contou com ativa presença dos anarquistas e de sua militância operária. Praticamente no mesmo período transcorria a revolução russa. Os anarquistas nunca chegaram a exercer papel hegemônico nesta revolução, mas foram de fundamental importância em vários episódios e regiões, como na criação dos primeiros soviets (conselhos) ainda na Revolução de 1905. Quando a Assembléia Nacional Constituinte foi convocada pelos bolcheviques e ameaçava disputar o poder de decisão com os soviets de operários, camponeses e soldados, foram os anarquistas de Kronstadt que dissolveram à força este organismo burguês, restando aos bolcheviques a tarefa de apenas formalizar este fato depois de acontecido.

Quando em 1918 Lênin assinou com os alemães o Tratado de Brest-Litovsk, entregando a região da Ucrânia, foram os anarquistas ucranianos com Makhno à frente que resistiram e venceram as “invencíveis” tropas austro-alemãs expulsando-as. Para aqueles que tentam minimizar a importância da Ucrânia, afirmando que se tratava de um pequeno pedaço do antigo Império Russo, vão aqui alguns dados sobre a produção da Ucrânia: três quartos da produção total de carvão, dois terços dos minérios de ferro, três quartos do manganês, dois terços do sal, quatro quintos do açúcar e nove décimos dos cereais exportados pela Rússia. Depois de vencerem os alemães, o exército makhnovista combateu e derrotou os generais contra-revolucionários brancos Denikin e Wrangrel. Além disso, foi o exército makhnovista quem impediu o avanço dos exércitos brancos pelo sul até Moscou quando a derrota do Exército Vermelho era um fato consumado.

A região sob influência makhnovista foi praticamente a única da Rússia que iniciou o envio de alimentos para as cidades de forma espontânea e sem qualquer contrapartida. Depois destes episódios os bolcheviques decidiram atacar os makhnovistas e por três vezes fracassaram, afinal, os soldados russos, percebendo que não se tratava de contra-revolucionários como o estado bolchevique propagandeava, se negaram a combate-los, fazendo inclusive que uma boa parte deles acabassem por se juntar aos makhnovistas . Foi preciso trazer um exército de 200 mil homens da região asiática da Rússia, que não conseguissem entender o idioma falado pelos ucranianos, para o exército makhnovista fosse derrotado em 1921.

Finalmente, neste mesmo ano de 1921, aconteceu a Revolta de Kronstadt, lutando pela 3ª revolução, pela restauração do poder legítimo dos *soviets* contra o monopólio do poder pelo Estado bolchevique. Nesta ocasião 20 mil marinheiros insurretos foram mortos pelo exército bolcheviques, que ironicamente trajava uniforme branco, chefiado por Trotski. A esta altura a palavra de ordem "todo poder aos soviets" já não tinha sentido algum, vivia-se a ditadura do partido sobre o proletariado e a derrota de Kronstadt assinalou sua consolidação definitiva. O que veio depois todos nós sabemos.

Mais recentemente, a partir da década de 1950, temos na América Latina a atuação da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), na área sindical, nos bairros e movimento estudantil e também na luta armada. Uma história bastante desconhecida entre os próprios anarquistas de hoje e que vem sendo trazida à tona nos últimos anos e que, além disso, tem prosseguimento, pois a FAU continua ativa. Atualmente podemos citar entre os exemplos de movimentos de inspiração libertária nas várias manifestações anti-globalização pelo mundo afora, a maioria delas organizada e protagonizada por amplos setores libertários. Teríamos muitas outras referências importantes a citar, mas que não cabem neste tipo de texto. Cada uma das referências citadas acima merece maior espaço e análise pela importância que tiveram.

O Anarquismo e a Revolução Espanhola

Estaremos, neste texto, abordando o tema da Revolução Espanhola, um episódio acontecido entre os anos de 1936 e 1939. Esta revolução marcou e marca o movimento libertário como um todo. Seus erros e acertos são a até os dias de hoje a pedra de toque para uma série de análises sobre as idéias libertárias e sua aplicação na realidade. Por se tratar menos de princípios e teorias de uma corrente ou pensador decidimos dedicar uma atenção especial para a Revolução Espanhola.

A Espanha pouco antes da revolução contava com a maior central sindical existente no mundo de então, a Confederação Nacional do Trabalho, a CNT. Pelas proporções do país e pelo alto índice de filiação sindical no país a CNT talvez tenha sido, numa comparação relativa, a maior organização revolucionária de massas que existiu na história do movimento operário mundial. À época da revolução, em meados de julho 36, contava com aproximadamente dois milhões de filiados, isso num país com cerca 24 milhões de habitantes. Ou seja, um em cada doze espanhóis era filiado à CNT. Se contarmos ainda com o grande número de filiados a outra central sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), de influência socialista, que possuía algo em torno de 1,2 milhões de filiados, temos um índice de filiação sindical excepcional.

Entretanto, apesar destes dados nos darem a dimensão do movimento sindical espanhol, mais importante do que a quantidade é o fator qualitativo. No caso da CNT não estamos falando de uma simples central sindical, mas de uma organização que tinha um projeto revolucionário publicamente declarado. Isso significava que o trabalhador que a ela aderisse, aceitava no ato de sua filiação as resoluções de congresso, onde constava que o objetivo da CNT era *"a implantação do comunismo libertário, pela via da insurreição armada"*. Por mais que saibamos que nem todo filiado tinha clareza sobre o real alcance político destes objetivos, não é possível negar que possuíam afinidade prática com a CNT e se sentiam parte dela. Outro fator de importância a se considerar é que a CNT exercia sua maior influência e tinha maior expressão justamente na Catalunha, onde se concentrava a principal zona industrial do país e, por conseguinte, grande parte do proletariado.

A CNT e o Anarco-Sindicalismo

As definições expressas nos objetivos da CNT eram francamente libertárias. Sendo um nítido retrato de uma organização sindical que adotava os princípios teóricos do anarquismo, e isto é o que configura e define o anarco-sindicalismo. Neste ponto gostaríamos de voltar um pouco no tempo e entender a formação deste anarco-sindicalismo porque isso teve importantes desdobramentos depois, no período revolucionário.

Ainda no século XIX, na época da 1ª Internacional e da Aliança da Democracia Socialista (organização bakuninista clandestina) Bakunin enviou um militante italiano à Espanha para criar uma seção da Internacional. Todavia, quando Giuseppe Fanelli partiu, não o fez apenas para abrir mais uma seção da Internacional. Sendo membro da Aliança e amigo próximo de Bakunin, o objetivo de sua viagem era duplo: criar a Internacional e ao mesmo tempo criar no interior desta uma seção da Aliança que trabalhasse com a orientação revolucionária bakuninista. Entretanto as coisas não saíram desta forma. O que Fanelli fez na realidade foi criar uma seção da Internacional com os fundamentos básicos da Aliança, o que houve foi uma confusão por parte de Fanelli. Este erro

- ao menos essa era avaliação de Bakunin - teve conseqüências políticas profundas, tanto nos conflitos na 1ª Internacional, quanto no desenrolar posterior no movimento libertário espanhol, que se fizeram perceber na CNT. Ao contrário do que pensava Bakunin o que surgiu na Espanha estava bem distante de uma organização secreta e tomou um caráter de massa. Evidentemente entre os anos 70 do século XIX e a fundação da CNT em 1910 existe um grande espaço de tempo e não podemos dizer que a razão do surgimento do anarco-sindicalismo possa se resumir a esta confusão de Fanelli. O movimento dos trabalhadores espanhóis teve avanços e recuos entre estes anos, não houve uma linha de continuidade.

Quando a CNT foi fundada em 1910, ainda não tinha caráter ideológico abertamente anarquista que terá nos anos que estavam por vir. No seu processo de formação os anarquistas espanhóis basearam-se inicialmente nos moldes do sindicalismo revolucionário da CGT francesa. Posteriormente - no Congresso de 1919 - a CNT definiu-se explicitamente como anarquista, traçando como seu objetivo alcançar o comunismo libertário por meio da insurreição armada das massas, ou seja, cristaliza-se o que se chamou de *anarco-sindicalismo*, uma organização sindical de massas dotada de um programa anarquista.

Certamente muitas causas concorreram para que a CNT se cristalizasse como anarco-sindicalista. Um dos fatores de maior peso era a existência da UGT, servindo como correia de transmissão ao PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), o que dificultava as possibilidades de unificação numa central única de trabalhadores espanhóis. Além disso, muitos entre os próprios anarquistas não buscavam com muita ênfase esta unificação, o que contribuiu para sancionar a divisão dos trabalhadores entre uma central anarquista e uma central socialista.

A forte presença de uma organização de massa de caráter libertário atraiu para dentro de si a maioria da militância anarquista espanhola, que, assim, não procurou estabelecer uma organização especificamente anarquista; pelo menos até 1927 quando surgiu a FAI, embora não tivesse precisamente o caráter da Aliança bakuninista. Este fato parece-nos explicar em muito a ausência de estratégia revolucionária precisa e a fragilidade da linha política da CNT no curso da Revolução, o que foi fatal para a derrota do anarquismo. Sem uma organização política específica, os anarquistas não puderam formular um programa de ação que desse conta da conjuntura social e revolucionária da Espanha, consequentemente foram sendo levados pelos acontecimentos, tinham que dar respostas rápidas para as quais não estavam preparados e quando formaram a FAI foi mais por uma exigência de auto-defesa, como veremos, do que por consciência da necessidade de uma organização política revolucionária dos anarquistas que pensasse um programa de atuação.

Podemos dizer que isso era justamente o que Bakunin queria evitar. Na Internacional: a divisão do proletariado, que seria, segundo ele, fatal no momento revolucionário e a ausência de uma organização específica anarquista (tenha o nome de partido, organização ou federação) o que teria uma importância fundamental na compreensão da derrota da revolução. Essa crítica, portanto, se situa dentro da própria experiência da corrente libertária.

A Federação Anarquista Ibérica (FAI)

Se a necessidade de se constituir uma organização especificamente anarquista foi deixada de lado durante muito tempo, ela foi se demonstrando mais nítida com o correr dos acontecimentos. Não é por acaso que a FAI surge no auge da ditadura de Primo Rivera. Os acontecimentos do período demonstravam dia-a-dia que a formação de uma organização anarquista, de caráter semi-clandestino, era um imperativo. Não apenas para atuar dentro da CNT, mas, principalmente, para a própria sobrevivência dos principais militantes libertários.

A FAI surge em 1927 inicialmente por um motivo urgente: organizar a autodefesa. Evidentemente que ela não se restringiu a este objetivo e buscou outros mais amplos do que a simples ação armada, no entanto, guardou durante toda sua trajetória este caráter. Isso ocorreu em parte por força das próprias circunstâncias, em parte porque amplos setores da FAI entenderem que caberia a CNT a condução da estratégia política. A FAI seria então uma organização auxiliar da CNT. Existe assim uma certa aproximação com os conceitos de organização de Bakunin:

> "A FAI constituía, por assim dizer, o núcleo dos sindicatos anarquistas, além de oferecer verdadeira garantia contra os golpes oportunistas e o perigo de desvios em direção ao reformismo. Nessa estrutura, vem de novo à luz o modelo de Bakunin: a organização de um movimento de massas espontâneo dirigido por um grupo sólido de revolucionários profissionais atuando na clandestinidade". (ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O Curto Verão da Anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 42.)

Essa aproximação não pode ser exagerada. O que se percebe pela prática é que a FAI nunca chegou a ser uma verdadeira organização política, com uma estratégia definida. Entre os anarquistas militantes da época se dizia que a FAI "não era o cérebro da CNT, mas os culhões". O que podemos constatar é que o fato da FAI ter surgido

bem depois da CNT tem uma importância fundamental. É, portanto, uma organização que nasce dentro de um contexto já marcado pela presença do anarquismo enquanto movimento de massas.

Vale lembrar que desde a chegada de Fanelli à Espanha, passando pelo surgimento da CNT em 1910 e caminhando até o nascimento da FAI em 1927; está estabelecida uma fortíssima tradição anarquista na Espanha. Os métodos de luta que daí derivaram tornaram-se a partir de então, a grande referência anarquista na Espanha, e exerceram influência nos libertários em grande parte do mundo. O que nos interessa trazer à luz é que esta tradição não é exatamente a mesma do bakuninismo, há uma série de diferenças entre o anarco-sindicalismo espanhol e o anarquismo bakuninista.

Ora, na história da CNT e da FAI, e principalmente nos momentos mais candentes, já diante dos acontecimentos revolucionários, afloraram sérias divergências entre os anarquistas. Isto ocorreu dentro das duas organizações. Estas divergências iam ficando mais agudas a medida em que as condições da luta recrudesciam e, acabaram por colocar em os anarquistas campos quase opostos.

Muitas das questões centrais neste debate envolviam a questão do poder e das formas organização. Notavam-se várias posições, sendo que as formas de se qualificar uma delas pode dar noção das divergências existentes. Os Solidários (Nosotros), grupo de Buenaventura Durruti, considerado por muitos a figura mais importante do anarquismo espanhol, era minoritário na FAI e, pelo conteúdo de suas posições, foi qualificado por vários autores e até mesmo por muitos anarquistas de "anarco-bolchevique". Deixando evidente a intenção dos opositores de Durruti, Ascaso, Jover e Garcia Oliver de desqualifica-los como anarquistas.

A dificuldade que a FAI encontrou para chegar a uma elaboração política deve-se a alguns motivos. Primeiramente, não só a FAI, mas a própria CNT, não contava com elaboradores teóricos e intelectuais em grande número. Esta sempre foi uma carência do anarquismo espanhol, que se explica pelo seu próprio caráter classista, que resultou numa diminuta presença de elementos da classe média, que em geral pendiam mais para o republicanismo ou para os partidos marxistas (PSOE e PCE). Também as condições históricas, como a ditadura de Primo Rivera e a repressão constante dificultaram um trabalho de elaboração teórica, para o qual se necessitava de tempo e alguma tranqüilidade. Outro fator é o pouco tempo de vida que a FAI teve para se firmar enquanto organização, ela teve menos de 10 anos de vida até o momento da revolução. Outro fator, talvez mais explicativo e que já foi abordado refere-se ao próprio processo de formação da FAI, tendo a autodefesa como preocupação emergencial.

Esta pluralidade, interna ao próprio anarquismo, dificultou o consenso em torno de alguns pontos que se revelaram fundamentais no decorrer da revolução. Muitas divergências, embora já aparentes, foram deixadas de lado. Na verdade faltou uma articulação entre a organização de massas, a CNT e a parte responsável pela ação direta clandestina, a FAI. Não houve uma instância política que harmonizasse os dois, a FAI nunca chegou a desempenhar este papel e isso foi fatal para o anarquismo espanhol.

Julho de 1936: a Revolução como contra-golpe ao fascismo

Em 1936 o anarquismo era a corrente política mais influente na Espanha e a CNT a principal organização de trabalhadores no país. Há tempos corriam os rumores de que um golpe de estado estaria sendo articulado pelos generais fascistas. Os republicanos no poder ignoraram os vários sinais que indicavam movimentação nos quartéis e foram pegos de surpresa pelo golpe, mas os anarquistas através da FAI e da CNT estavam mais atentos e organizaram a resposta militar da classe trabalhadora contra o golpe fascista. Assim começou a Revolução Espanhola. Nas regiões onde CNT e a FAI predominavam, a resistência ao golpe foi extremamente eficaz, na maior parte da Espanha o fascismo foi derrotado. Neste momento a reação foi planejada e organizada por militantes das duas organizações anarquistas, que foram deixados praticamente a sós pelos republicanos, socialistas e comunistas. Em fins de julho o quadro era bastante favorável ao campo antifascista. A área controlada pelos fascistas era 170.000 Km quadrados com uma população de seis milhões de habitantes, contra os 350.000 Km que estavam sob controle dos anti-fascistas, contando com uma população de 18 milhões habitantes. Do ponto de vista de equipamento e efetivo militar as forças se equilibravam, porém havia um contrapeso de 60.000 milicianos organizados na resistência e um forte clima de pessimismo do lado fascista.

A partir de então deu-se inicio a ofensiva, nas regiões do país onde libertários eram hegemônicos, rapidamente se organizaram comitês de bairro e conselhos de fábrica. A iniciativa de organização dos anarquistas não é uma questão sobre a qual caiba qualquer interpretação, trata-se de um fato amplamente comprovado, até mesmo por opositores do anarquismo e causa estranheza que alguns autores simplesmente se omitam a respeito.

Para os anarquistas a revolução não surgia no momento escolhido pela análise que faziam sobre a evolução dos acontecimentos. Na verdade a revolução acabou sendo precipitada pela tentativa de golpe fascista e os militantes decidiram responder dentro das condições de organização que possuíam àquela altura, mesmo que não fossem as ideais param se desatar a revolução. Francisco4 Ascaso, um dos principais militantes da FAI e da CNT, declarou poucos meses antes do golpe fascista de julho de 1936 que:

> "A revolução é uma atividade que exige uma organização indispensável. Não implica senão uma parte mínima de espontaneísmo. Para o sucesso, são necessários noventa por cento de organização e nós estamos longe de possuir cinqüenta por cento". (PAZ, Abel. *O Povo em Armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol*. v. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974. p. 101)

O fato é que com o contra-golpe iniciou-se a revolução: fábricas e terras ocupadas e coletivizadas, conselhos de fábrica e comitês de bairro funcionando, os sindicatos se convertendo na espinha dorsal da nova organização social que se esboçava numa vasta região da Espanha. O governo republicano temeu mais a revolução do que o fascismo. Tinha plenas condições de fornecer armas suficientes para derrota-lo, mas não o fez, temendo fortalecer a CNT, a FAI e o processo revolucionário em marcha. Ao ficar indecisa a República permitiu aos rebeldes fascistas sob o comando do General Franco recomporem suas forças, além de dar tempo para que a ajuda dos governos da Itália e Alemanha a pesasse na balança. Mais adiante voltaremos a questão militar da revolução.

No entanto, não podemos ficar jogando a responsabilidade da derrota da Revolução Espanhola apenas sobre os ombros dos republicanos já que se agíssemos desta forma estaríamos apenas provando a inviabilidade da alternativa libertária. O que aconteceu foi que os próprios anarquistas não estavam bem preparados para pensarem todas as questões que envolviam a luta revolucionária na Espanha e ainda não possuíam os meios para concretizar alguns dos planos que foram traçados anteriormente e, ainda faltavam algumas peças nas projeções feitas pelas organizações anarquistas antes do golpe.

O Federalismo aplicado: a planificação da economia

O processo revolucionário espanhol foi uma oportunidade para que o anarquismo se colocasse à prova. Em muitos aspectos revelou-se falho, em muitos outros se superou e demonstrou sua capacidade. Uma das características históricas do anarquismo enquanto corrente política, foi a existência de uma contradição permanentemente presente no seu interior relativa ao princípio do federalismo. O anarco-sindicalismo espanhol não constituiu exceção. O federalismo foi entendido de diversas maneiras de acordo com o contexto, porém sempre houve uma tendência que chamaremos de autonomismo e, outra que dava mais ênfase na necessidade de coordenação global.

Esta contradição resolveu-se no sentido do federalismo que superou o autonomismo e estabeleceu uma coordenação global em meio à revolução. No campo econômico isso resultou nos projetos de autogestão, que foram amplamente debatidos nos congressos da CNT, e que procuraram pensar a economia em termos nacionais, levantando dados, estatísticas e prevendo formas de funcionamento para esta economia, a ser gerida basicamente com base na estrutura sindical da CNT.

Mas o principal fato a ser destacado não foi o de existir este debate na CNT, nem mesmo o de já haver uma planificação; mas, sobretudo o de que a economia se manteve funcionando em plena revolução, em meio às necessidades de guerra, com todas as dificuldades de obtenção de matérias-primas e transporte numa situação de exceção, empresas foram convertidas em fábricas de armas em questão de semanas e até mesmo a produtividade das fábricas se elevou. O exemplo espanhol contrasta com a situação caótica da economia russa durante a Guerra Civil, por exemplo. Isso tem uma importância capital na medida em que demonstrou a viabilidade econômica da autogestão:

> "A autogestão e auto-decisão não só foram um acerto nas regiões rurais, com sua estrutura simples, mas também em Barcelona com suas empresas enormes e muito complexas: grandes fábricas modernas, todo o transporte público, todo o serviço de saúde da Catalunha com seus 40 mil empregados e outras grandes organizações de utilidade pública, além da criação da novas plantas indústrias de armamento para alimentar as frentes de combate. O ponto fraco do movimento anarquista, a saber: a coordenação entre empresas e entre localidades e cidades, foi superada nesta revolução." (DE JONG, Rudolf. "El Anarquismo en España". In: *El Movimiento Libertario Español. Pasado, presente y futuro*. Paris: Ruedo Ibérico, 1974. p. 14.)

Logicamente também existiram problemas. A situação era de guerra, havia dependência de certos produtos importados e de realizar comércio exterior, o país todo não caiu sob domínio dos trabalhadores e havia grandes áreas onde não se realizou a expropriação e a coletivização de fábricas e terras. Mesmo com todos estes fatores a Revolução Espanhola mostrou durante três intensos anos a capacidade dos trabalhadores em auto-gerir fábricas, antigos serviços públicos e terras de forma organizada e sem necessidade do Estado para isso. Em resumo o anarquismo espanhol demonstrou a viabilidade de sua proposta de planificação e autogestão econômica em grande escala e em meio a uma guerra civil.

A Questão Militar: milícias e exército

A República, ao que tudo indica, fez uma aposta. Com o maior tesouro em ouro do mundo na época, negava-se a comprar armas para as milícias populares, formadas no momento do contra-golpe aos fascistas. Isso servia a seus propósitos, pois debilitando as milícias e provocando indiretamente consecutivas derrotas por falta de armamento, podia-se evitar que através de suas vitórias a revolução também vencesse e pusesse por terra não apenas os fascistas, mas inclusive a própria República.

Era um estratagema ardiloso, que pretendia primeiro dissolver o campo revolucionário dentro da política antifascista de defesa da república, através da chantagem do fornecimento de armas, para depois sim combater efetivamente o fascismo. Era a famosa tese de fazer '*primeiro a guerra, depois a revolução*'. Já para os anarquistas Revolução e Guerra eram duas faces da mesma moeda, coisas inseparáveis naquele momento, não se venceria a guerra sem fazer a revolução e não se faria a revolução sem vencer a guerra. Era das regiões em franco processo revolucionário, com expropriação, criação de novos organismos de poder e autogestão se generalizando que saíam os combatentes contra o fascismo, que saíam os suprimentos para as frentes de batalha e que se produziam as armas e munições necessárias para os combates era, sobretudo destas regiões que emanava o moral e a retaguarda necessários aos combatentes.

A forma militar adotada imediatamente depois da ruptura revolucionária foi a das milícias. E elas se mostraram eficazes nos primeiros meses de combate ao vencerem as tropas de Franco e contendo o golpe. Também nesta questão a compreensão da necessidade coordenação mais ampla foi importante para a eficácia. Mas essa eficácia foi contestada por muito tempo e mesmo depois do aparecimento de vários trabalhos esclarecedores sobre o assunto a questão ainda causa muita polêmica. O certo é que se as milícias contassem nos primeiros momentos da revolução com armamentos e munições o fascismo teria sido liquidado numa guerra rápida de poucos meses, afinal a correlação de forças era extremamente favorável ao lado anti-fascista. Dentro daquela situação a modalidade militar de milícias foi funcional e cumpriu seu papel.

Com a demora do governo republicano em armar os combatentes, os fascistas começaram a se reestruturar e progressivamente, a conquistar terreno, contando já com auxílio dos governos de Hitler e Mussolini, que realizaram na Espanha um verdadeiro "laboratório bélico".

Entre os milicianos era consenso de que a guerra teria que ser ganha rapidamente, caso contrário a situação se complicaria. À medida que o tempo passava o campo oposto se reestruturava ao passo que do lado das milícias as condições pioravam, começava a faltar o principal: armamento e munição. Este certamente não era o único problema existente, mas sem dúvida foi o determinante. Como conseqüência começam a acontecer reveses no campo de batalha. Isso contribui para se gerar um clima de instabilidade, que beneficiaria o discurso falacioso de que as milícias não serviam para o combate. O passar do tempo era um inimigo para o qual os anarquistas e o próprio campo anti-fascista em geral, na verdade, não estavam preparados. Durruti, que se constituiria no principal líder miliciano anarquista, expressava também outro temor, relacionado aos efeitos sociais de uma guerra prolongada:

> "Se esta guerra se prolonga, a revolução está arruinada, porque o homem que sair da guerra terá maior parentesco com o animal do que com o humano...Devemos apressar-nos, para acabarmos com isto o mais rapidamente possível." (PAZ, Abel. *Op. Cit.*, p. 52)

Muito se fala na oposição entre milícias e exército regular. Repete-se a versão falaciosa de que toda a esquerda revolucionária seria defensora das milícias e que o governo republicano e os comunistas seriam defensores do exército regular. Junto com esta afirmação, as milícias são caracterizadas como algo sem disciplina, de organização amorfa e o exército regular como o supra-sumo da profissionalização militar e da disciplina. Na verdade os anarquistas já lidavam com a questão militar há tempos, motivados pelos conflitos urbanos com a polícias e pistoleiros a mando dos patrões, já haviam participado de várias insurreições, resgates de presos, expropriações, assaltos. Também haviam mudado a orientação anti-militarista de boicote ao serviço militar; convertendo a orientação quase ao avesso, passaram a estimular a entrada no exército e nos corpos armados de elite, formando núcleos anarquistas dentro dos quartéis. Este fato teve importância crucial para organizar militarmente o contra-golpe ao fascismo, que mesmo sendo comandado pela FAI, contou com apoio de várias unidades da *Guardia de Asalto*, corpo de elite do exército espanhol. Mesmo dentro da CNT se discutia a questão militar a vários anos e uma parte dos anarquistas já havia defendido a criação de um exército regular revolucionário em caso de necessidade, entre estes anarquistas estavam Durruti, Ascaso, Garcia Oliver e outros. Além disso, a decisão de se incorporar ao exército regular durante a guerra foi tomada pela CNT sem maiores contestações naquela época.

Esta é uma discussão impossível de ser tratada separadamente da própria posição política da República. Desacreditar as milícias, também era uma forma de desacreditar, e até mesmo ridicularizar, o anarquismo e a opção

revolucionária. Na medida em que os anarquistas eram mostrados pelos republicanos e comunistas como pessoas hostis a qualquer forma de organização e disciplina, suas milícias reproduziriam este caráter e, portanto, estariam fadadas ao fracasso. A questão entre exército e milícias residiu muito mais no controle e comando sobre o corpo armado do que sobre a forma militar. Com o exército regular o governo republicano dava aos comunistas a possibilidade de controle militar da situação. Nos parece claro que a recusa em se incorporar ao exército regular por parte vários setores da esquerda revolucionária teve esta motivação e não uma rejeição ao exército em si. Durruti é o exemplo mais claro desta postura, as unidades militares dirigidas por ele foram as mais combativas e eficazes que existiram durante a guerra civil e isso é confirmado por testemunhas e historiadores das mais variadas correntes. Organização e disciplina fizeram parte do método e do vocabulário dos anarquistas espanhóis.

Todavia, como lamentavelmente se sabe, mesmo com a formação do exército regular não se garantiu a vitória sobre o fascismo, e mesmo com as milícias dissolvidas e com os anarquistas da CNT entrando no governo republicano, sob o manto político da defesa as República, o fascismo venceu. Podemos extrair algumas conclusões desse processo. A primeira é que a estratégia utilizada pela república foi derrotada. É impossível prever o que aconteceria se as milícias tivessem obtido armamentos para que continuassem a combater, mas o certo é que mesmo com as milícias dissolvidas e com a formação do exército regular houve a derrota. Uma segunda conclusão é que as milícias funcionaram bastante bem enquanto tiveram armamento e munição, e em muitas situações, mesmo em desvantagem de forças e meios, venceram batalhas consideradas impossíveis e perdidas de antemão, ao contrário do que se diz, as milícias não ignoravam a necessidade de coordenação de ações e os anarquistas não foram contrários à formação de um exército regular.

O Anarquismo e o Poder

A característica mais conhecida do anarquismo, comum a todas as correntes libertárias, é a negação do Estado. Em termos políticos o anarquismo transforma este princípio num objetivo revolucionário bem claro, isto é, a destruição do Estado; seja ele qual for. Todavia, de maneira até irônica, os anarquistas espanhóis não levaram à diante justamente este que era um dos princípios mais fundamentais do movimento libertário. Não é o caso de se discutir a justeza ou não deste princípio, mas de constatar num primeiro momento que os anarquistas assim procederam; e compreender a seguir os motivos pelos quais isso se deu.

Como já observamos a FAI, por vários motivos, não chegou a se constituir enquanto uma organização política dotada de um programa estratégico. Ela encontrava-se no interior da CNT como uma espécie de guardiã dos princípios anarco-sindicalistas, buscando sempre evitar o avanço do reformismo; tarefa na qual deve-se admitir teve relativo êxito.

A CNT por sua vez, tinha seus objetivos - derivados dos princípios anarquistas - claramente estabelecidos. Também chegou a constituir, o que talvez seja um dos seus maiores méritos, um programa econômico que foi posto em prática com sucesso. Entretanto, não possuía um programa estratégico mais amplo, ou seja, político. Sua fórmula resumia o problema político à questão econômica. A gestão social de toda a sociedade se pautaria nos sindicatos, comitês, conselhos e comunas federados, quanto que o Estado, teria que ser destruído. Do ponto de vista libertário isso está correto enquanto objetivo, no entanto; a prática demonstrou que isso apenas não basta. Porque o anarco-sindicalismo não avançou a ponto de traçar estratégia e táticas? Um bom começo para se responder esta pergunta talvez esteja na negação total da política e do poder. A partir do momento em que se negam a simplesmente analisar estas questões a conseqüência é a ausência de uma concepção de política e de poder alternativos.

Poder e política eram vistos pela maioria dos anarquistas como uma esfera da burguesia e, portanto, não se forjava concepções alternativas. É interessante notar que com os conceitos de organização e disciplina o mesmo não se deu, pois o anarquismo elaborou suas próprias interpretações o que constituiu um grande avanço. O fato é que a realidade revelou que não existe vazio de poder, o que pode acontecer são variações sobre a forma de seu estabelecimento.

No momento em que estourou a revolução na Catalunha a CNT se deparou com este dilema. O que fazer diante da questão do poder? A abstenção, ou seja, a negação total do poder, mostrou-se uma fantasia. Era preciso tomar uma posição e que alternativa tinha a CNT? A rigor não possuía nenhuma, uma vez que sequer aceitava refletir sobre este assunto. O dilema passou a ser então escolher entre formas de poder concebidas por outras forças políticas e apresentavam-se duas alternativas: colaborar no governo republicano ou estabelecer uma ditadura anarquista. Ou seja, um modelo caracterizado como democracia burguesa e outro como ditadura do proletariado leninista. A opção decidida, como é sabido, foi pela primeira alternativa.

Em algumas regiões como a Catalunha, por exemplo, a CNT teve totais condições de dissolver o Estado, no caso da *Generalitat* (governo Catalão), e instaurar uma nova forma de poder. Na Catalunha, o Comitê de Milícias Antifascistas, que existiu de fato como poder popular e hegemônico durante um período, teve a possibilidade de acabar com duplo poder, fazendo valer o princípio anti-estatal histórico do anarquismo. Mas mesmo lá não fez isso.

É interessante notar que os anarquistas caracterizados como os mais "puristas", que defendiam princípios supostamente puros do anarquismo como o apoliticismo, acabaram por ser os defensores mais enérgicos da tese

colaboracionista, vide o exemplo de Diego Abad Santillán. Houve vacilação por parte da FAI/CNT na hora mais importante. Querer explicar esta indecisão com base na conjuntura de então e nas necessidades imediatas seria usar o mesmo procedimento que o bolchevismo historicamente adotou em relação aos questionamentos e críticas dos anarquistas, o que de fato não responde satisfatoriamente às questões levantadas. A verdade é que não se sabia o que fazer evidentemente por falta de estratégia, que se revelou capital no momento decisivo.

Essa decisão, pelo colaboracionismo, apesar de muito controversa e polêmica, poderia até se justificar num primeiro momento devido à urgência do momento. No plenário da CNT que decidiu pela colaboração:

> "Diversas opiniões se entrechocaram: a de Garcia Oliver, defensor intransigente da Revolução, cujas ópticas Durruti, aliás, partilhava. Mas, contrariamente a Garcia Oliver, que se submeteu à resolução adoptada, Durruti persistiu na sua proposição "de não consentir nos acordos senão provisoriamente, quer dizer, até a libertação de Zaragoza, porque esta, ao abrir a estrada do Norte, asseguraria o triunfo da Revolução." (PAZ, Abel. *Op. Cit*., p. 24)

Ficava claro o caráter provisório que deveria ter para Durruti a decisão do colaboracionismo. Mas o anarquismo cometia um duplo erro: além de entrar no governo, constituiu, na Catalunha, o Comitê de Milícias Antifascistas, que até então representava o verdadeiro poder popular, com critérios exclusivamente políticos, dentro do Comitê os partidos políticos passam a contar com o mesmo número de representantes por unidade. No entanto, esta medida não estava de acordo com a realidade já que na Catalunha a CNT era a maior organização e deveria ter uma representação maior do que as outras forças como a UGT, que era pequena nessa região, a Esquerra Republicana e a Unión Republicana, da pequena burguesia liberal, que os próprios anarquistas estavam a expropriar, a minúscula seção do PSOE, etc.

Ao invés de se compor o comitê com base em critérios reais, ou seja, uma representação baseada no movimento popular, de acordo com a composição dos sindicatos, comitês de bairro e milícias; escolheu-se a forma política. Partidos que mal tinham presença nos meios sindicais e nos bairros passavam a ter a mesma participação no Conselho que a FAI e a CNT, que eram enormemente majoritárias. Como este objetivo se realizou é difícil de avaliar, alguns dizem que se a representação fosse proporcional à força social das organizações, se constituiria uma "ditadura anarquista" uma vez que a FAI e a CNT teriam a maioria absoluta dos delegados. Outros acreditavam que assim deveria ser porque nos lugares onde a CNT era minoritária os critérios destes organismos de representação seriam os mesmos, detalhe: a maioria dos locais onde a CNT e a FAI eram minoritárias caíram nas mãos dos fascistas e a maioria dos locais que estavam do lado dos revolucionários e republicanos só se mantiveram assim porque a CNT era majoritária. Em detrimento disso optou-se por uma democracia formal ao invés da democracia real e direta.

O certo é que a CNT saiu, de um momento para outro, do extremo da negação total da política e do poder para o extremo da 'politicagem' e dos acordos partidários; ao invés de recorrer ao movimento popular, como pregou durante toda sua existência. Naquele momento a permanência da *Generalitat* era menosprezada pelos anarquistas, uma vez que o poder real estava com o Comitê de Milícias. Mas era óbvia a intenção de reconstituir a *Generalitat* enquanto poder assim que possível. O argumento de que "Companys (presidente da *Generalitat*) agora não manda em nada" não explica porque ele não foi destituído.

Apesar disso, durante algum tempo a CNT não teve uma postura definitiva. Mesmo com a existência da *Generalitat*; a constituição do Comitê das Milícias Antifascistas, que logo após o contragolpe revolucionário era quem detinha o poder real, garantia que o poder de fato ainda se mantivesse revolucionário. No entanto a permanência de um duplo poder necessariamente o encaminharia para um lado ou para outro. Diante disso:

> "Os membros do grupo ''Nosotros' tinham chegado a definir uma posição clara: era preciso ultrapassar o estádio da aliança entre partidos políticos e criar um organismo revolucionário, apoiando-se para tal os interessados numa assembléia regional em que estivessem presentes operários, milicianos, comitês de defesa, etc." (*Idem, Ibidem*, p. 31)

Ao mesmo tempo em que a CNT e a FAI adotaram majoritariamente a opção colaboracionista, estava em gestação no seio do próprio anarquismo, durante o curso do processo revolucionário, aquilo que seria o embrião de uma alternativa concreta de poder libertário, ou seja, um contra-poder. Começava a se esboçar rapidamente uma concepção que a CNT não tinha desenvolvido em mais de duas décadas. Agosto de 1936 seria um mês decisivo, pois haveria um plenário em que a CNT decidiria se continuaria com a colaboração ou se romperia definitivamente e adotaria a postura radicalmente revolucionária. A posição de Santillán permaneceria inalterada, o que certamente garantia uma disputa de posições entre as duas frações no seio da CNT. Ocorreu que neste ínterim Garcia Oliver,

membro da FAI e do grupo *Nosotros*, companheiro de Durruti desde os tempos de clandestinidade, mudou de idéia e rompeu com o acordado inicialmente pelo grupo. Passou a sustentar uma tese intermediária entre a de Durruti e a de Santillán. Para ele, a preservação da *Generalitat* deveria ser levada a cabo com o argumento de que evitaria uma intervenção estrangeira contra a revolução. Ela funcionaria então como uma espécie de "fachada legal" para que a revolução pudesse prosseguir.

Para Durruti isso estava fora de cogitação, ele permanecia firme em sua posição inicial e não aceitou os argumentos de Garcia Oliver, sua avaliação era que:

> "Tudo isso não vai enganar ninguém. Quando os trabalhadores expropriam os burgueses, quando se atenta contra a propriedade estrangeira, quando a ordem pública está nas mãos dos trabalhadores, quando as milícias são controladas pelos sindicatos, quando, de facto, se está a fazer uma revolução pela base, como é possível dar a isso tudo uma sanção legal? A legalidade dará força ao governo da Generalitat, ao mesmo tempo que enfraquecerá o contra-poder do Comitê das Milícias, ao integrar a economia, regida pelos trabalhadores no aparelho de Estado. Isto significará que, de facto, a C.N.T. não só reforçará o poder do Estado, como terá entre as suas mãos o controlo da economia, caminhando para uma espécie de socialismo econômico de Estado." (PAZ, Abel. *Op. Cit*., p. 63)

Este "racha" dentro daquele que era considerado o grupo mais sólido da FAI nos dá a medida exata das divergências reinantes entre os próprios anarquistas. O resultado do plenário é conhecido. A CNT confirmou a tese da colaboração, defendida por Santillán e rejeitou a de Durruti, derivaria daí a impossibilidade da CNT dar seguimento à revolução. O que seria apenas tático, apoiar o governo sob a bandeira da unidade no anti-fascismo, revelou-se um obstáculo estratégico para a revolução. Havia então quatro opções possíveis para a CNT: continuar no governo republicano, tal como já estava sendo feito; simplesmente se abster; tomar o poder do Estado instaurando uma ditadura do proletariado, como reclamavam os trotskistas e os poumistas.

Constituir um contra-poder de caráter libertário. Essa tendência se agrupava em torno das teses que haviam sido levantadas por Durruti na CNT e na FAI e que haviam sido derrotadas. Esta nova forma de poder, que busca pulverizá-lo ao máximo, nada tem a ver com um poder Estatal, pois não funcionava de cima para baixo e não se fixava enquanto autoridade. Esta era uma alternativa de poder que tinha ganhado vida no Conselho de Aragão, e se fortalecia inclusive contra a vontade das direções da CNT e da FAI, que já estavam amarradas aos compromissos com o governo da República.

O fato é que o anarquismo já se encontrava num beco sem saída a esta altura dos acontecimentos. Em torno das posições de Durruti agrupam-se a J.J.L.L. (as juventudes libertárias); o recém formado grupo Os Amigos de Durruti, também Pierre Besnard, secretário da AIT à época, considerava que "A única maneira de sairmos deste ciclo infernal é a prova de força. Mas eu pergunto a mim mesmo se os homens que estão à cabeça da C.N.T. são os mesmos que aí estavam no 19 de Julho". Os acontecimentos posteriores comprovaram que as dúvidas de Besnard não eram infundadas. Os anarquistas começam a participar do governo da Generalitat; aceitam a dissolução do Conselho de Aragón, bem como do Comitê de Milícias. Virtualmente, este tinha desaparecido e o Conselho da Generalitat recuperava a sua antiga força como governo da Catalunha, apesar da presença de quatro conselheiros da C.N.T.

Também aceitaram o afastamento do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista) da Generalitat, que foi uma clara manobra do PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha) e, finalmente a CNT e a FAI adotam a decisão que foi o golpe de misericórdia no anarquismo durante a guerra civil, ou seja, ficam contra a sua própria base nos acontecimentos de 3 de maio de 1937, quando o governo de Madri persegue anarquistas e militantes do POUM com o apoio de dirigentes da CNT e da FAI . Com a anulação da influência dos anarquistas e do POUM, o campo estava aberto para o desmantelamento das conquistas revolucionárias e a reconstituição do Estado Republicano. Os juízes togados são restabelecidos; os padres católicos são libertados; são formados tribunais de exceção como os 'tribunais de espionagem e alta traição'; a censura é instaurada; é criado oficialmente o serviço de instrução militar, diretamente controlado por oficiais do PC russo; o culto católico é liberado; os decretos de coletivização das terras são anulados e os proprietários não declarados fascistas reassumem suas terras e fábricas. A repressão demonstra na prática contra quem se voltava, as prisões da Catalunha estavam repletas e das seis galerias da prisão de Barcelona, nada menos que cinco delas eram ocupadas por anarquistas e alguns poumistas.

A Revolução Espanhola mostrou uma série de méritos e realizações dos libertários, mas também expôs uma série de lacunas de concepção e erros políticos cometidos. A principal delas, a nosso ver, foi a ausência de uma organização anarquista capaz de elaborar uma estratégia global e desenvolver uma concepção de poder não estatal. Esta breve análise que fizemos aqui, e que certamente merece aprofundamento e debate, tem apenas uma intenção: evitar a repetição de erros do passado e atualizar a concepção e estratégia anarquista para os dias de hoje.

Parte II - Esboço de um Projeto Socialista Libertário

"Que este trabalho vá encontrar dificuldades, quem pode duvidar disso? Mas quem pensa que a revolução é um jogo de crianças e que se pode faze-la sem vencer inúmeras dificuldades?"

M. Bakunin

Já tratamos aqui do capitalismo, de suas características fundamentais, de todas as mazelas que este sistema impõe para a imensa maioria da humanidade. Analisamos as tentativas de dar uma resposta ao capitalismo, o que conceituamos como sistema estatal e as propostas de reformar o capitalismo vigente até os dias de hoje. Fizemos a crítica a tudo isso. Negamos o capitalismo e rejeitamos as soluções propostas tanto pelo sistema estatal, quanto pelo reformismo ainda vigente. Também analisamos aquela que consideramos como a principal experiência revolucionária libertária nos seus méritos e insuficiências.

Neste ponto a maioria das pessoas nos questiona: E o que querem vocês? Que soluções apresentam? Têm algum projeto? É uma exigência que se justifica. E devemos reconhecer que existe uma carência histórica de proposta positiva por parte dos anarquistas. Esta brecha alimenta as concepções capitalistas, reformistas e autoritárias, afinal, muitos concordam com nossas críticas, mas optam, na prática por outras soluções na falta de uma proposta que lhes pareça coerente e realizável. É comum toparmos com gente que afirma, - *Tudo bem sei que este sistema é ruim, mas existe outra possibilidade?* Ou então, - *O reformismo tem limites, não resolve tudo é certo, mas pelo menos consegue avanços em algumas áreas*.

Por isso, sentimos a necessidade de expor, mesmo que em caráter de esboço, o que concebemos como projeto socialista libertário. Dentro desta perspectiva é que buscamos discutir o processo revolucionário entendido como algo de longo prazo, e que para nós passa pela construção que se dá desde hoje, deve atingir uma ruptura revolucionária com a ordem vigente, caminha para uma etapa de transição que chamamos de socialismo libertário e tem como meta o comunismo-anarquista. Este projeto em conjunto é o que chamamos de Projeto Socialista Libertário. Ao longo do texto fundamentaremos os motivos que nos levam a conceituar socialismo libertário e comunismo anarquista como etapas distintas qualitativamente e que, portanto, merecem nomenclaturas também distintas de nossa parte.

Ao longo dos debates internos que realizamos para a construção deste documento nos questionamos sobre a necessidade e possibilidade de se definir, mesmo que em linhas gerais a meta do projeto socialista libertário: a sociedade comunista anarquista. Que sistema seria este? Como funcionaria? Quais suas características fundamentais?

É óbvio que não trata de ser vidente, prever o futuro ou querer determinar em detalhe como será uma sociedade comunista anarquista. Seria talvez uma bela projeção para saciar o desejo de segurança de alguns em antever o ponto de chegada, mas seria também algo sem base real, calcado mais nos desejos do que em análises da realidade. Por outro lado, é preciso afirmar qual é o nosso objetivo, por qual tipo de sociedade lutamos. Renunciar a uma definição do comunismo-anarquista argumentando que é algo muito distante, impossível de antever, que é algo por demais complexo é apenas justificar para si mesmo a imaturidade e a falta de norte de um projeto político.

A maior parte da esquerda anti-capitalista e revolucionária não possui projeto afirmativo de socialismo (dentro de várias modalidades em que este é concebido), ou quando o tem é incipiente. Isso não é um ataque a esta parcela da esquerda, até porque nos incluímos entre aqueles que tem um projeto ainda incipiente. Porém, trabalhar na sua elaboração é uma tarefa que devemos iniciar desde já, mesmo com todas as nossas limitações, pois tal projeto não é algo que surgirá espontaneamente, como fruto da experiência militante empírica. É uma necessidade que no nosso entendimento ajuda muito a dar sentido para as lutas de hoje na medida em que demarcamos um horizonte, mesmo que distante, de longo prazo. Até porque o nosso caminho deve ser orientado por um objetivo, o ponto de chegada que projetamos e não ao contrário, definir o horizonte à medida que se caminha, afinal neste caso o que determina o nosso rumo? Para onde estamos caminhando?

Não concebemos o socialismo, seja ele de que modalidade for, como um destino histórico da humanidade, como uma etapa inevitável do desenvolvimento humano ou como simples resultado da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção no capitalismo. O capitalismo poderá até mesmo sucumbir e dar lugar a outro sistema social que mantenha a exploração e a dominação da imensa maioria, assim como se passou com outros sistemas sociais como o feudalismo e o escravismo. O projeto socialista libertário, o comunismo-anarquista, é para nós um projeto das classes trabalhadoras, que depende de uma série de condições para se efetivar. O que buscamos aqui é traçar alguns aspectos básicos do comunismo-anarquista que concebemos.

Pressupostos de uma sociedade Comunista-Anarquista

> *"Na sociedade, haverá naturalmente menos luxo, mas incontestavelmente mais riqueza; além disso, haverá um luxo ignorado por todos, o luxo da humanidade, a felicidade do pleno desenvolvimento e liberdade de cada um na igualdade de todos."*
>
> Malatesta

Chamaríamos de simplesmente de comunista uma sociedade onde cada um trabalhe de acordo com sua capacidade e consuma de acordo com suas necessidades, onde não exista a alienação do trabalho, a alienação política, a alienação cultural, a coisificação do homem, etc. Porém, como o termo comunismo está associado a um determinado projeto político, do qual discordamos, é necessário reforçar um aspecto fundamental para nós: a extinção do Estado e de outras formas de poder sobre o homem, por isso utilizamos como conceito para definir a sociedade que queremos alcançar: o comunismo-anarquista.

Autogestão Sócio-Econômica

Numa sociedade comunista-anarquista, a autogestão sócio-econômica estaria plenamente estabelecida. Uma sociedade onde a realização do trabalho, os produtos do trabalho, as decisões sobre as formas, ritmos e tempos de trabalho, as decisões fundamentais da sociedade sejam socializadas efetivamente pelos seus membros, enfim, seria uma forma social na qual ninguém realizaria um trabalho de maneira alienada.

Isso quer dizer uma sociedade onde todas as pessoas em condições de trabalhar o façam. Onde não existam os que não trabalham, aqueles que trabalham e exploram os demais, aqueles que trabalham e são explorados, aqueles que não encontram trabalho. Trabalho para todos, respeitando a condição de cada um. Que ninguém possa explorar o trabalho de outro de nenhuma forma, que os frutos do trabalho de todos sejam repartidos conforme as necessidades de cada um dos indivíduos.

Para que a autogestão seja possível é preciso também que não exista mais propriedade privada dos meios de produção e da terra, que seja toda ela socializada, posta em comum, para benefício de todos e que ninguém possa utilizar a propriedade privada como forma de coerção para que outros trabalhem para ele ou se obtenha vantagens com isso. Para que a autogestão realmente se realize é preciso se abolir mercadoria, a produção feita com objetivo de troca e não de uso. E para isso, é preciso abolir o mercado e o dinheiro como forma de troca na sociedade.

A atual forma de divisão social do trabalho também deve ser radicalmente alterada. Um dos pressupostos para a existência de uma sociedade comunista-anarquista é que tal divisão do trabalho perca sua força, deixe de existir. No capitalismo o próprio mercado é quem determina a divisão social do trabalho, os homens não tem o controle a respeito de onde e porque trabalhar. Todos têm um papel produtivo na sociedade e esta é uma condição de existência e manutenção da mesma, porém os trabalhos existentes ainda são muito diferentes no que diz respeito ao conteúdo e a forma em que são realizados. Um mineiro, por exemplo, realiza um tipo de trabalho distinto do que um técnico em computação.

Na atual sociedade é o próprio mercado que impõe às pessoas onde e em que trabalhar, ou trabalham em determinados ofícios ou morrem de fome. Se a maioria das pessoas tivesse opções não realizariam trabalhos penosos, extenuantes e perigosos para a sobrevivência. Como as opções de trabalho são muito limitadas, ou simplesmente não existem, e como a grande maioria necessita trabalhar para sobreviver acabam aceitando trabalhos aviltantes.

Em uma sociedade comunista-anarquista este tipo de imposição não pode ocorrer. Na autogestão plena deve-se acabar com a separação entre trabalhadores manuais e intelectuais, as várias graduações de função que reproduzem hierarquias dentro de um mesmo setor produtivo. Não queremos dizer com isso que todos os tipos de trabalho serão iguais, isso seria algo inconcebível, cada pessoa evidentemente terá sua habilitação ou inclinação para determinado tipo de função, mas desde que isso não reproduza uma divisão do trabalho que acabe formando um novo tipo de classe social.

Uma das formas de se acabar com esta divisão é através do avanço tecnológico em todas as áreas, que tenderia a diminuir os esforços para a realização de todas as tarefas e, transformar o trabalho em algo menos árduo para todos, sendo que não haveria muitos problemas em se dedicar em alguns ofícios que hoje são considerados difíceis. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia é um dos pressupostos para uma sociedade comunista-anarquista.

A humanidade, há mais de cem anos tem condições de produzir com fartura para todos, com todos tendo emprego, com jornadas reduzidas a mais da metade das atuais oito horas e com acesso farto aos produtos do trabalho. Isso não é um projeto para daqui a 50 ou 100 anos, é uma possibilidade real hoje. O desenvolvimento tecnológico alcançado atualmente permite a produção de excedente suficiente para muito mais do que as necessidades básicas de todos. O acesso ao trabalho generalizado permitiria o aumento desta produção. Não há

nenhum impedimento econômico e técnico ao socialismo no sentido de não existir recursos para serem socializados. O que existe é um sistema que se baseia na lógica do lucro para uma minoria, sustentada pela exploração e pelo acúmulo de capital. O que propomos é um sistema que se baseia nas necessidades humanas. Nada temos contra a tecnologia, as máquinas e os avanços da ciência, são estes avanços que permitirão, numa sociedade socialista libertaria cada vez mais a humanização do trabalho.

Do ponto de vista do indivíduo que trabalha, uma sociedade comunista anarquista, com autogestão implementada, seria radicalmente diferente. Jornadas de trabalho reduzidas para mais da metade das atuais (e com perspectivas de reduções maiores conforme avancem as tecnologias), decisão sobre os tipos, ritmos e forma de trabalho que a pessoa realiza, conhecimento sobre a importância social deste trabalho, acesso aos seus frutos, uso do tempo livre para cultura, educação, lazer, descanso, etc. Talvez fuja de nossa percepção o que seja trabalhar mais descansado, desalienado, satisfeito nas várias necessidades e por um período de tempo bem mais reduzido.

Talvez você esteja pensando que é muito difícil chegar até aí e nós concordamos que realmente é um objetivo audacioso, por isso mesmo revolucionário. Mas como chegar até lá é uma outra questão, o que queremos frisar aqui é que a humanidade possui hoje, neste momento, condições de suprir suas necessidades básicas e ir muito além disso, propiciando satisfação ampla para todos. Esta capacidade é algo presente tecnicamente, não é um objetivo distante. Outra questão é como chegar lá, mas que ninguém afirme que o projeto socialista libertário é inviável porque o bolo é pequeno para dividir entre todos!

O Federalismo Político

Um dos principais pilares do projeto socialista libertário é a socialização plena das decisões políticas. Não buscamos apenas a socialização no seu aspecto sócio-econômico. Não se trata apenas de socializar o trabalho e os produtos. Trata-se de buscar mais que isso. As decisões sobre a organização, não apenas da produção, mas da sociedade como um todo - nos aspectos da cultura, da educação, da vida social, do meio ambiente, etc.- devem ser socializadas entre todos. Ninguém deve estar alienado, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político e cultural.

Estamos falando aqui de uma sociedade onde as jornadas de trabalho foram reduzidas, onde existe tempo para discussão das questões relevantes entre todos. Projetamos um cenário onde as pessoas rotineiramente dediquem um certo tempo para debater e decidir sobre os variados problemas e soluções, sejam eles locais, da cidade, da região, do país. Uma situação onde as pessoas não estão condicionadas pela ideologia, enfim estamos falando de uma sociedade onde existam decisões coletivas em larga escala, o federalismo sendo uma possibilidade real e não apenas um objetivo.

Assim como a autogestão responde pelo aspecto sócio-econômico do comunismo-anarquista o federalismo responde pelo aspecto político. Entendemos que mesmo numa sociedade comunista anarquista seguirá sendo necessário algum mecanismo de tomada de decisões e organização da vida social. Não acreditamos que alcançado o comunismo-anarquista tudo se resolverá espontaneamente. Também não imaginamos uma sociedade, seja ela qual for, sem conflitos e contradições, e isso certamente se expressará em vários planos, inclusive no plano político. Certamente serão contradições e conflitos de outra ordem e seria especulação de nossa parte pretender antever.

No comunismo-anarquista o mecanismo político pressupõe: a participação de todos, decisões coletivas, revogabilidade de funções; igualdade no acesso as informações e poder de decisão, etc. Mas para nós existe uma grande mudança: a incorporação da sociedade em seu conjunto nos processos de discussão e tomada de decisão. A questão não é apenas quantitativa, não se trata apenas de mais gente do que antes participando. Avaliamos que existe também uma mudança qualitativa com este aumento de participação, uma vez que este incremento resulta de mudanças sociais mais profundas.

Muitos podem nos questionar: - *Como será possível a todos decidir sobre tudo numa sociedade? Como funcionaria este federalismo?* O federalismo tem dois mecanismos básicos para a tomada de decisões, para deliberar: a democracia direta e a delegação. A democracia direta é exercida rotineiramente nos locais de trabalho e moradia pelo conjunto das pessoas. Torna-se inviável em larga escala, afinal é impossível reunir uma cidade, um estado ou país para discutir e decidir sobre uma questão, nesta escala o máximo que se faz é uma votação, não existe a possibilidade de debate, que se preserva em escala limitada. A democracia direta por si só resolve os problemas em pequena escala. Não é necessário que todos decidam sobre tudo. Uma boa parte das questões resolvem-se no âmbito do bairro ou do local de trabalho.

Mas existem muitos problemas que somente se resolvem no âmbito da cidade, do estado ou do país e são questões que afetam a todos. Nestes casos a democracia direta é insuficiente, por isso o federalismo é mais amplo do que a democracia direta, complementa-se com o mecanismo da delegação. Conselhos de delegados com as decisões de base (bairro, por exemplo) reúnem-se para decidir uma questão no âmbito da cidade, por exemplo. Ou um conselho de delegados das cidades para decidir uma questão estadual, e assim por diante. O que deve ser garantido é que as decisões que vão afetar a vida de uma coletividade sejam discutidas por ela. Caso seja uma questão que se limita ao bairro, que as pessoas do bairro discutam e decidam. Se for uma questão que afeta a área de um país, que todos que ali vivem tenham a possibilidade de discutir e decidir.

Quanto à delegação, ela funciona com mandato imperativo, ou seja, o delegado faz o que seu conselho decidiu e não o que sua cabeça individualmente decide. Neste sentido a delegação é o exato oposto dos representantes na democracia burguesa, que recebem um mandato e não precisam prestar contas ou seguir a orientação dos que o escolheram. Além disso, os delegados não precisam ser fixos e são revogáveis a qualquer tempo, em suma eles não constituem como os políticos atuais uma categoria que vive eternamente da função de representar, esta é uma tarefa que todos na sociedade poderiam realizar.

Outro questionamento que sempre se levanta é sobre as decisões: - *E quando houver divergência? E quando não se chegar a consenso? Como proceder?* O fundamental é que todos tenham a possibilidade de discutir e decidir, mas sabemos que não vai haver sempre consenso. Seria absurdo imaginar uma sociedade inteira funcionando sempre por consenso. Apesar da busca pelo consenso, ele muitas vezes não será alcançado e quando for necessário decidir a melhor forma ao nosso ver é a posição da maioria.

Quando afirmamos que as decisões serão tomadas desta forma, é natural que alguns se mostrem preocupados com a opressão das minorias, que esta possa ser lesada por sua proposta não ter passado quando levada a voto. É certo que com mais tempo para discussões há maiores possibilidades de se chegar ao consenso. Mas em certas ocasiões a necessidade pode exigir que se tomem decisões rápidas devido a algum fator e neste caso não vemos outra alternativa a não ser recorrer ao voto, mesmo fazendo a ressalva do respeito que deve existir pela posição da minoria.

Fazemos questão de abordar estes aspectos, que podem até ser polêmicos para alguns, porque não concebemos o comunismo-anarquista como uma sociedade perfeita, totalmente harmônica, sem conflitos, contradições, desacordos e onde sempre seria possível se chegar a unanimidade. Este tipo de pensamento é fantasioso na nossa forma encarar as coisas, pois na verdade concebe uma espécie de paraíso na terra, trata-se de uma visão idealista, mítica e quase religiosa do projeto socialista. Um tipo de visão que, em se tratando do comunismo como meta final do projeto socialista, esteve presente nos socialistas do século XIX chamados utópicos, nos libertários e mesmo nos marxistas que a despeito dos ares de cientificidade foram extremamente românticos ao tratar do comunismo.

Por outro lado a pretensão de unanimidade, que quase sempre parte do receio de opressão às minorias que seriam "uniformizadas" pelo voto de maioria, na verdade sonha com a possibilidade de que esta unanimidade seja uma realidade em algum momento, que a uniformidade possa ser alcançada numa sociedade comunista anarquista. É como se a diversidade de opiniões fosse fruto dos elementos do sistema capitalista ainda presentes em todos na sociedade atual, e que uma vez superados, as idéias pudesse ser únicas. Implicitamente, é bom que se ressalte isso, colocam a diversidade, não como um elemento humano, mas algo gerado artificialmente pelo sistema.

Projetando o funcionamento do federalismo político em larga escala propomos que se tenha uma dupla estrutura, uma parte fundamentalmente deliberativa e outra executiva.

A parte deliberativa funciona com base local, através de conselhos de delgados, discute a orientação geral para todos os campos da vida social. Assim podemos ter conselhos de quadra, bairro, cidades, regiões, países. Em cada localidade se escolhem delegados para o conselho, e em cada conselho se escolhe outro delegado para levar as posições ao conselho mais amplo e assim sucessivamente. Por exemplo, o bairro X discute a questão dos transportes, que no caso se resolve no âmbito da cidade, tira uma posição e escolhe um delegado para levá-la ao conselho da cidade, onde a questão será decidida juntamente com delegados de outros bairros.

A parte executiva do federalismo é necessária porque as decisões precisam ser implementadas. Seguindo o exemplo dos transportes, uma vez decidida a orientação geral para a questão ela seria encaminhada para a federação do ramo de transportes, que teria como tarefa implementar a política decidida no conselho da cidade. A federação por ramos de atividade tem como fundamento não a base territorial, mas o ramo de atividade pelo qual é responsável. No nosso exemplo haveriam membros da federação delegados por cada bairro também, cuja incumbência é fazer acontecer o que foi deliberado, ou seja, executar a tarefa.

Quando falamos em uma parte executiva do federalismo queremos dizer que, a função fundamental desta é a de executar a tarefa, mas isso não quer dizer que a federação de ramo não tenha nenhum poder deliberativo. Obviamente que toda tarefa executiva envolve a tomada de decisões que, no entanto, estão subordinadas à orientação geral deliberada pelo conjunto das sociedades através dos conselhos. Seria absurdo querer retirar todo o poder deliberativo das federações de ramo, porque neste caso tudo teria que ser deliberado por todos na sociedade em todos os seus detalhes. Se isso de fato fosse levado á prática teríamos dois problemas graves acontecendo.

O primeiro deles seria a própria inviabilidade dos conselhos, imaginemos a dificuldade em discutir e decidir sobre cada detalhe de cada área social, lembrando que não existem apenas os transportes na pauta, mas a indústria, a saúde, a educação, a cultura e muitos outros setores da vida social. Em segundo lugar, existem determinadas questões que para serem decididas necessitam de conhecimento técnico ou específico. Ainda seguindo o exemplo dado, no caso dos transportes, existem pessoas que por ofício têm condições de pensar e executar as deliberações gerais sobre este setor e outras não. Todos se encontram nesta situação em relação às áreas de atividade com as quais não têm constato cotidiano. Para a tomada de decisões mais gerais todos estão aptos, todos utilizam

transporte, conhecem suas necessidades e as necessidades da sociedade como um todo, mas quando se trata dos detalhes de execução a questão se torna objeto das federações de ramo.

O Socialismo Libertário como período de Transição

O período de transição, como o tempo que vai da ruptura revolucionária até a concretização de uma sociedade comunista-anarquista é um tema polêmico, que anarquistas e socialistas das mais variadas correntes normalmente negligenciam ou então possuem proposições extremamente genéricas e abstratas.

Entre os anarquistas poucos o discutem ou discutiram historicamente. Atualmente, feitas algumas ressalvas, o que na verdade se configura no meio libertário é uma atitude de rejeição em discutir o tema, motivada por duas razões. A primeira delas é que muitos discordam, declaradamente ou não, da existência de um período de transição. Neste caso a maioria trata este período como meta estabelecida programaticamente e não como uma etapa historicamente inevitável de um processo revolucionário, lidam com a questão como se fosse a transição fosse uma proposta política e não uma situação para a qual deve-se preparar.

A segunda razão para que se rejeite a discussão do tema é o fato da revolução parecer para a grande maioria algo tão distante, quando não impossível, que desanima qualquer intento sério de discutir um período colocado para depois de uma ruptura revolucionária. É como se avaliassem que algo tão distante não merece atenção neste momento, que depois, no momento em que estivermos mais próximos de uma ruptura o tema poderá ser debatido. O problema desta atitude no nosso modo de ver é que a forma como concebemos nossos objetivos e nosso projeto influencia e orienta nossas ações nos dias de hoje.

Historicamente as discussões entre os anarquistas se restringem normalmente a questões mais gerais sobre o comportamento das pessoas na futura sociedade ou às questões organizacionais imediatas do período pós-ruptura: de como se organizariam as federações de produção e consumo, quais seriam os órgãos de participação popular, etc. Alguns chegaram mais longe e admitiram a existência de um período de transição, porém, o fato de admitirem isso não faz com que analisem os pressupostos básicos de uma sociedade comunista-anarquista, o que faz com que dificilmente ultrapassem a constatação de que as pessoas não vão mudar séculos de uma cultura opressiva introjetada logo após a ruptura revolucionária, ou seja, não trabalharam com os elementos complicadores do processo de construção de uma nova sociedade.

A análise que fazemos é que depois dos acontecimentos da Revolução Espanhola é absurdo que os anarquistas se neguem a fazer discussão da transição. Este erro foi cometido pela CNT e FAI. Embora no plano econômico tenha se planejado a forma da autogestão que seria implementada, no plano militar houve carências e, sobretudo no plano político, na forma de organização do poder, não havia proposta alguma, como já tratamos neste documento. A negativa em se pensar soluções para este período fez com os anarquistas adotassem medidas totalmente contraditórias com a finalidade revolucionária que perseguiam, caindo em armadilhas da burguesia, da pequena-burguesia representada pelo Partido Comunista, e de outros setores reacionários.

Uma concepção espontaneísta sobre os desígnios da revolução animou, e ainda hoje anima, uma boa parte dos anarquistas. O raciocínio para indicar que removidos o Estado e o Capital a sociedade caminharia espontaneamente para o comunismo-anarquista sem necessidade de formulação de nenhum tipo de proposta para isso. Uma certa crença implícita nas potencialidades inatas do ser humano estava por detrás deste tipo de pensamento. Os revolucionários deveriam tratar apenas de derrubar este sistema, a construção era algo que de daria espontaneamente com as energias do ser humano, doravante liberadas das cadeias do sistema capitalista. Isso tudo estava por trás na negação em se pensar a transição. O resultado desta atitude na revolução foi trágico, pagou-se com a derrota e morte de centenas de milhares de pessoas. Seria imperdoável para nós anarquistas tropeçar na mesma pedra duas vezes, negar-se a extrair lições da história.

Há um outro fato que também bloqueia as iniciativas de se pensar a transição. A proposta de um período anterior ao comunismo mais disseminada historicamente dentro do socialismo foi a ditadura do proletariado elaborada de forma algo vaga por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e levada à prática na Revolução Russa. Um dos vários efeitos desastrosos para o socialismo deste processo foi a colagem da idéia de transição à idéia de ditadura do proletariado. Entendemos transição obviamente de outra forma, que nada tem a ver com ditadura do proletariado ou qualquer forma estatal e pensamos que a noção de transição não pode ficar refém das práticas levadas a cabo pelos bolcheviques e por outros comunistas.

Na esquerda socialista em geral o que encontramos à primeira impressão, é de que esta discussão é mais avançada do que nos meios libertários devido à formulação da “ditadura do proletariado” por Marx e Engels ainda no *Manifesto Comunista*. Mas mesmo dentro do campo marxista existe muita polêmica até os dias de hoje quanto ao real conteúdo da “ditadura do proletariado” proposta por Marx e Engels, uma polêmica que é apoiada na gama de interpretações que o caráter vago das referências de ambos ao tema permite.

Hoje em dia a discussão da transição nos meios marxistas está muito relacionada aos regimes que caracterizamos como pertencentes ao sistema estatal. É uma discussão que não contempla a nossa perspectiva socialista libertária, pois, na maioria das vezes, são apenas buscas ideológicas de justificação do fracasso da

experiência soviética, e tentativas de minimizar a responsabilidade das idéias marxistas sobre o desenvolvimento e o destino do sistema implantado após a Revolução Russa.

Também devemos ressaltar que a carência desta discussão nos autores clássicos do anarquismo e do marxismo não parece ser imotivada. Percebemos que quando eles tratavam de algo relacionado à transição, o prazo e as dificuldades que imaginavam neste processo eram menores do que aquilo que de fato ocorreu. As diversas revoluções que aconteceram mostraram que os revolucionários não vão simplesmente tomar a sociedade capitalista tal como ela existe e reorganizá-la de outra forma. Os processos revolucionários demandaram uma luta de vida e morte contra a burguesia, em meio a qual o país ou região que era cenário da luta ficava gravemente destruído. As sociedades saídas de processos de ruptura revolucionária necessitaram ser praticamente reconstruídas. Neste quadro a perspectiva dos socialistas e anarquistas do século de XIX de alcançar jornadas de trabalho reduzidas, tempo livre e abundância de produtos suficientes para as necessidades de todos foi bastante adiada.

Os problemas da transição foram efetivamente colocados para os revolucionários a partir do momento em que as revoluções de orientação socialista, incluídas aí todas elas, aconteceram de fato e isso se deu, sobretudo a partir do princípio do século XX. Esta é a base histórica que vai nos permitir pensar o período de transição nos dias de hoje. Por mais brilhantes que fossem os autores clássicos do século XIX a transição é uma questão que não estava colocada para eles da maneira como está hoje para nós. Pensar este período é uma tarefa dos revolucionários de hoje.

Ressalvas feitas, entendemos que temos possibilidades de formular algumas proposições para o período de transição, pois sabemos que a realidade atual de desenvolvimento da sociedade capitalista, com suas forças produtivas, instrumentos de comunicação, formas de organização social e as experiências históricas de revoluções passadas já nos fornecem certas condições de fazer projeções e avaliar alguns caminhos que podemos seguir.

Ao mesmo tempo, sabemos que a teorização sobre o período de transição ou até mesmo a construção de uma teoria geral sobre este espaço de tempo é algo muito amplo que transcende, e muito, os limites dos apontamentos gerais que pretendemos fazer, neste sentido não nos colocamos como formuladores de uma teoria nova, coisa que poucos fazem e quando fazem acabam mais repetindo as orientações gerais e apontando algumas deficiências de teorias sobre o período de transição do que efetivamente contribuindo com questões novas e relevantes.

Neste sentido sabemos de nossos próprios limites, pode ser que acabemos por repetir o erro daqueles que tem a pretensão de formular novas teorias e acabam repetindo as antigas. Porém, como a nossa pretensão é bem mais modesta, é apenas fazer apontamentos para um esboço de um projeto político libertário e revolucionário, entendemos que não podemos deixar de tocar neste tema tão pertinente para o desenvolvimento de uma alternativa de transformação revolucionária da sociedade.

Quando tratamos do socialismo libertário como etapa de transição adentramos o terreno do histórico e do concreto muito mais do que a tratar dos pressupostos gerais para o comunismo anarquista. Isso ocorre não apenas pela maior proximidade em termos de tempo, mas também porque existiram vários exemplos de revoluções que caminharam para a construção do socialismo e iniciaram tentativas de transitar para o comunismo ou comunismo-anarquista, nos fornecendo por isso mesmo vasto material histórico para análise.

A Defesa da Revolução e a necessidade de Internacionalização

As rupturas revolucionárias que pretendiam abrir caminho para o socialismo, em qualquer de suas variantes, nunca aconteceram simultaneamente e em todas as partes do mundo. E nada parece nos indicar que isso possa acontecer atualmente. Ao constatar este fato mais do que óbvio nos colocamos a questão dos limites geográficos de uma revolução e do internacionalismo. Evidentemente que nós gostaríamos de ver a revolução acontecendo ao mesmo tempo em todas as partes, mas a realidade não se preocupa nem um pouco com nossos desejos. O grau de internacionalização alcançado pelo capital nos dá motivos para crer que os efeitos de uma revolução acontecida numa determinada região produzam reflexos diretos e indiretos sobre boa parte do mundo, seja pela interdependência econômica do capitalismo contemporâneo, seja pela velocidade das comunicações e pela força de propagação ideológica do fato. Por outro lado, esta mesma interdependência econômica existente a nível mundial é fruto de uma divisão internacional do trabalho que reduziu muito a margem de autonomia de um vasto conjunto de países. Uma grande parte dos produtos agrícolas e industrializados necessários em cada país são produzidos no exterior, e a questão é mais grave ainda quando se trata de pesquisa científica e tecnologia, o que nos permite concluir que uma revolução localizada territorialmente numa dada região terá problemas econômicos em maior ou menor grau.

Além disso, mesmo que uma região realize a ruptura revolucionária e estabeleça relativamente bem uma sociedade socialista internamente, permanecerá um conflito com o mundo capitalista ao redor. E o capitalismo é um sistema que exige sempre expansão para sua manutenção, uma expansão das massas de lucro, e que exige reprodução ampliada de capital, novos mercados, força de trabalho disponível para ser empregada ou desempregada conforme a conjuntura, exploração dos recursos naturais do território, etc. Podemos agregar a estes fatores a contestação ideológica automática ao capitalismo que representa a existência de qualquer pedaço de terra que possua uma organização social diferente, basta observarmos o incômodo representado por Cuba, mesmo com

todas as limitações e deformações daquele regime. Neste sentido a existência de uma região socialista é algo que coloca a mesma em aberto conflito com o conjunto do sistema capitalista, seja em termos ideológicos, políticos, econômicos ou militares.

A defesa militar é uma das principais questões numa etapa de transição. A contra-revolução interna e a agressão externa, ambas apoiadas e, até mesmo organizadas de fora pela burguesia internacional são elementos a levar em conta. É desnecessário neste momento discutir as formas militares que este conflito pode tomar, mas não foram raras as revoluções em que isso se transformou em guerra civil ao longo de anos.

Seja com a existência de uma guerra civil ou conflito dentro dos próprios limites geográficos da região onde o socialismo libertário está se instalando, seja sustentado um conflito nas fronteiras desta região, a defesa militar é uma tarefa que necessariamente mobiliza uma grande energia da sociedade. A necessidade de ter armas é um primeiro problema. Implica em produzi-las, o que por sua vez exige a construção, ampliação ou conversão de fábricas para este fim. Também pode implicar na necessidade de estabelecer comércio internacional, com algum Estado ou com contrabandistas, para obter armamentos. Tudo isso tem sérias conseqüências econômicas que discutiremos mais adiante.

E quem irá portar estas armas? Milícias, guerrilhas, exército, pouco importa a forma militar concreta, isso exige pessoas para lutar. E as guerras têm efeitos sociais em nada desprezíveis sobre uma região. As pessoas tendem a se brutalizar, famílias perdem filhos e a tensão social gera o medo de um revés, que faz com seja difícil o estabelecimento de relações harmônicas entre os seres humanos, além do clima de instabilidade que reina numa sociedade que pode ganhar ou perder uma guerra. Nesta situação uma parte dessa sociedade está mobilizada diretamente pela guerra enquanto todo o restante está indiretamente mobilizado. Por todos estes motivos uma região com conflito interno ou enfrentando um inimigo “às portas de casa” não tem condições de estabelecer o comunismo-anarquista. Uma sociedade em guerra dificilmente será comunista-anarquista.

A Economia Socialista Libertária: caminhando para a Autogestão

A economia sob o socialismo libertário pode realizar importantes rupturas com o capitalismo, mas ao mesmo tempo e lamentavelmente, herda uma série de problemas deste sistema. Entre as rupturas fundamentais operadas pela revolução estão fim da propriedade privada dos meios de produção e o fim da exploração do homem pelo homem, sendo proibido qualquer tipo de relação de assalariamento ou forma de retribuição em que um ser humano trabalhe para outro. São duas mudanças de fundamental importância e que marcam uma ruptura clara com o sistema capitalista.

No entanto, a revolução nunca toma da burguesia a sociedade tal como estava anteriormente, tratamos disso um pouco atrás. O próprio processo de luta destrói parte desta sociedade. Uma parte do que a burguesia possuía realmente merece ser destruída, trata-se de setores econômicos absolutamente inúteis do ponto de vista socialista libertário. Não se trata de simplesmente tomar as forças produtivas existentes no capitalismo e colocá-las a serviço da sociedade. Em primeiro lugar porque a experiência histórica tem mostrado que nenhum processo revolucionário simplesmente tomou as coisas das mãos da burguesia. A resistência encarniçada que a classe burguesa ofereceu nos momentos revolucionários, em todos os casos históricos, gerou conflitos violentos que no seu curso destruíram uma considerável parcela das forças produtivas. Portanto, no momento da ruptura e após mais do que tomar, parte-se para reconstruir, e este é um dos motivos pelos quais não se passa a uma sociedade comunista anarquista num salto, existe objetivamente uma etapa de transição, o socialismo libertário.

Em segundo lugar, o tipo de aparato produtivo e tecnológico construído no capitalismo não foi projetado para atender as necessidades humanas, foi pensado e construído dentro da lógica capitalista, do lucro, do acúmulo, da produção de supérfluos, da produção de mercadorias descartáveis, sendo que uma boa parcela da economia e da produção está orientada para finalidades que a têm a ver com as necessidades humanas concebidas pelo socialismo. Também podemos considerar a existência de setores na economia fundamentalmente parasitários, de trabalhos absolutamente inúteis do ponto de vista social e que somente se explicam articulados ao capitalismo como um todo, trabalhos que sugam indiretamente os valores criados nas esferas produtivas do sistema, bancos, agências de publicidade, consultorias, comércio, etc. são exemplos de setores a serem eliminados. Dessa forma a questão econômica, além de não se resumir a simplesmente tomar o aparato produtivo, terá que tratar de reconstruir em novas bases, alterar radicalmente as prioridades e formas de produção em que a economia atual se baseia. Em síntese a economia do socialismo libertário é uma economia em processo de conversão para uma economia realmente auto-gestionária.

No entanto, como discutimos um pouco mais atrás no socialismo libertário existe a necessidade de se produzir armas para a revolução. O país tem que deslocar recursos de outros setores da economia fazendo com que exista uma disparidade de investimento na indústria de armas e nas industrias de bens de consumo. Com a necessidade de obter armas para a defesa da revolução até mesmo as relações internacionais acabam ficando subordinadas a esta busca premente de armamentos ou então a busca de tecnologias ou bens necessários para a produção e consumo no país.

A conseqüência econômica mais previsível desta situação é a impossibilidade do desenvolvimento do econômico da região. Se pensarmos que o comunismo-anarquista é uma sociedade com jornadas de trabalho mais reduzidas ainda estamos distantes disso no socialismo libertário, uma vez que não há excedente econômico e a economia exige muitas energias da sociedade. Soma-se a isso a situação de dependência em relação às condições internacionais de troca e compra de mercadorias, afinal se a área da revolução esta em conflito é justamente porque a revolução que não foi internacionalizada ainda, ou seja, estas relações estarão sendo estabelecidas com países e produtores capitalistas.

A questão do excedente econômico, do desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia merece muita atenção. *"A cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas possibilidades"*, esta sentença resumiu para muitos revolucionários a fórmula do que seria o comunismo. Uma frase aparentemente tão simples que tem atrás de si um imenso debate teórico acumulado desde o século XIX.

A afirmação *"A cada um segundo suas necessidades (...)"* pressupõe uma sociedade capaz de gerar uma produção suficiente para suprir as necessidades do conjunto da sociedade, ou seja, uma economia de abundância. O capitalismo em certo sentido já possui esta característica, o problema é que esta abundância não está orientada para as necessidades humanas, está voltada para um objetivo: acumulação de mais capital. Mesmo assim este sistema tem condições hoje em dia de gerar mais do que o suficiente para suprir às demandas básicas do ser humano. Mas isso não basta e teremos, como acabamos de ver mais acima, um estrangulamento econômico motivado pelo próprio processo revolucionário. Ademais, as pessoas precisam satisfazer de bem mais do que as necessidades fisiológicas, falamos de uma sociedade capaz de suprir com fartura as várias necessidades humanas até os seus aspectos culturais para citar apenas um exemplo.

A outra parte da sentença, que afirma *"(...) de cada um segundo suas possibilidades"* complementa a lógica de uma sociedade comunista-anarquista. Não se trata de exigir de todos a mesma medida de trabalho, num regime social igualitarista que uniformizaria as pessoas. As pessoas possuem diferentes capacidades, explicadas por mil e um motivos e não vão trabalhar ou produzir na exata proporção uns dos outros. Respeitar as possibilidades de cada um é respeitar a própria diversidade do ser humano e suas características. Obviamente não estamos incluindo nesta diversidade atitudes como querer viver sem trabalho algum às custas dos outros, neste caso a pessoa não estaria fazendo segundo suas possibilidades, mas bem abaixo delas.

O excedente econômico é um importante pressuposto da sociedade comunista-anarquista não por um desejo subjetivo de ter fartura para as pessoas, mas por motivos bem mais sérios do que este. Enquanto não existir o excedente econômico a distribuição dos produtos e dos fatores de produção na sociedade de transição pode se dar de duas formas, ambas possuindo contradições que nos impedem de chamar estas formas de comunistas-anarquistas.

A primeira das formas é mantendo o princípio do mercado, ou seja, o trabalhador realiza determinado trabalho durante certo tempo. Abstraímos a qualidade deste trabalho e temos um trabalho em geral, não aquele que produz portas ou casas, mas o que todos fazem e que pode ser medido de forma igual para todos através do tempo. Ao final deste trabalho a pessoa ganharia uma espécie de bônus em HT (hora de trabalho) que ele pode trocar por mercadorias, que possuiriam valor de acordo com o tempo de trabalho humano abstrato socialmente necessário para a sua produção. O dinheiro como equivalente geral cessaria de existir formalmente, mas ainda se manteria em forma de Bônus HT. A vantagem deste tipo de bônus sobre o dinheiro é que não se trata de algo acumulável, afinal de contas todos sabem quanto tempo se trabalha, não há como alguém de repente possuir centenas ou milhares de horas de trabalho.

As coletividades produtoras seguiriam esta mesma lógica para as aquisições de meios de produção. Este sistema seria uma espécie de mercado socialista. Neste caso a lógica do mercado se mantém, a apropriação já não é mais privada, mas o homem continua não tendo controle sobre a produção e a distribuição das coisas, a integração social é realizada pelo mercado, que ainda submete o homem a sua própria lógica, assim, voltamos ao ponto de partida do capital e o homem continua sendo coisa nas "mãos" do mercado, mesmo que possua um grau de controle social significativamente maior do que no capitalismo.

Outra possibilidade é a planificação da economia, racionalizando a distribuição, tornando desnecessários os Bônus HT. Mas neste caso quem faria esta planificação? No século XIX os anarquistas que romperam com o coletivismo, que propunha distribuição de acordo com o trabalho realizado, o fizeram porque avaliavam que para retribuir as pessoas de acordo com o trabalho seria necessário um organismo de controle, elaboração de estatísticas e fiscalização que acabaria por recriar o Estado como organismo centralizador.

Por isso mesmo estes anarquistas se declararam anarquistas comunistas, ou simplesmente anarco-comunistas. Entendiam que o comunismo na economia, isto é a economia de abundância era um requisito para a organização social anarquista, que já não necessitaria do Estado neste momento. Para os marxistas o desenvolvimento prévio das forças produtivas é que habilitaria o definhamento do Estado e a instalação da anarquia, do não-governo. Nos dois casos se estabelece uma relação entre economia e política, entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a forma de poder na sociedade.

Mas pela análise que fizemos a possibilidade de passagem direta ao comunismo não existe, seja porque em muitas sociedades as forças produtivas não têm o grau de desenvolvimento necessário, seja porque onde este pré-requisito existe, ele será parcialmente anulado no decorrer do processo revolucionário.

Se não queremos uma economia baseada no mercado, mesmo que este seja um mercado socialista, se preferimos não correr o risco de ver a revolução tragada pela lógica própria do mercado que opção temos? O único caminho que enxergamos, alternativa para a qual nos inclinamos, é a administração da economia por um poder formado pela própria revolução, o que chamamos de Poder Popular Socialista. Um poder que para nós, discordando dos anarco-comunistas do século XIX, não é estatal pelo simples fato de coordenar o conjunto da economia de forma planificada. Trataremos das características e da conceituação deste poder logo adiante, por hora discutiremos apenas os aspectos da organização econômica realizada pelo poder popular.

A planificação da economia seria realizada por um conselho econômico, composto por membros representantes de federações autogestionárias por setores da economia e por região. Seriam necessários meios de controle para que as pessoas consumissem de acordo com forma de divisão que atendesse aos interesses da sociedade como um todo. Na prática são mantidas as condições de existência de um poder regulador, que em muitos casos vai se chocar com os interesses de parcelas da sociedade.

Só com o excedente econômico é possível que cada um trabalhe de acordo com suas possibilidades e consuma de acordo com suas necessidades sem que seja necessária a mediação do valor de troca ou de um poder na distribuição dos bens de consumo à sociedade. Mas, até lá, será necessário escolher um destes caminhos e a forma como ele será trilhado. Principalmente se levarmos em conta que hoje em dia o parque produtivo e as tecnologias estão configuradas de forma a produzir não coisas úteis para a sociedade, mas coisas que possuem um alto valor de troca com uma baixa capacidade de utilização. Neste sentido, será necessário produzir novas tecnologias e acabar com parte da antiga para que seja possível criar o excedente econômico de coisas úteis socialmente. Em síntese, para que não persista a lei do valor na troca de mercadorias e nem a interferência de nenhuma espécie de poder regulador e administrador na sociedade é necessário que se gere excedente econômico.

Porém, neste ponto nos deparamos com outro elemento complicador. Como desenvolver a forças produtivas para gerar excedente sem tecnologia? Dependemos neste sentido do conhecimento e das tecnologias de ponta e estas são em grande parte dos casos, posse e propriedade de poucos países, ou melhor, são de posse de alguns tecnocratas residentes nos países que possuem as maiores empresas do capitalismo.

Para resolver este problema temos dois caminhos. O primeiro deles é procurar desenvolver pesquisas científicas localmente e buscar as condições de aplicá-las, sendo que isto geraria como contrapartida, a necessidade do aumento do poder sobre a esfera da produção e especificamente da Divisão Social do Trabalho, o que continuaria com a estratificação social. Esta via tem como inconveniente o fator tempo, afinal leva-se muito tempo da pesquisa à aplicação das tecnologias na produção. É algo que se dá no médio e longo prazo e tem um custo elevado para a sociedade, exigindo maior esforço social e impossibilitando a redução do tempo de trabalho.

O segundo caminho é a expropriação deste conhecimento; seja através das armas, o que estenderia ainda mais a necessidade de manter uma economia voltada para a produção militar, gerando um alto custo social para a população local; seja através da internacionalização da revolução até países detentores de tecnologia de ponta. As possibilidades de implementar uma pesquisa científica local e a internacionalização da revolução não são excludentes, mas em ambos os casos existem conseqüências negativas para a sociedade.

Voltando a questão do excedente econômico, que fique bem claro que o excedente econômico não é para nós um pré-requisito para uma revolução. Raciocínio que pode dar a entender que enquanto a própria sociedade capitalista não gerar excedente econômico, não desenvolver suas forças produtivas, seria impossível uma revolução. O excedente do qual falamos é outro, qualitativamente diferente e somente pode ser gerado numa transição, no socialismo libertário.

Outro fator que faz do excedente econômico uma peça fundamental na caminhada em direção ao comunismo-anarquista se refere às jornadas de trabalho e à divisão social do trabalho, ambos diretamente relacionados. A evolução da economia como um todo, e das tecnologias especificamente podem libertar progressivamente os trabalhadores da necessidade de trabalhar um certo número de horas por dia e tornar mais leves e agradáveis uma série de ofícios penosos que quase nenhum trabalhador optaria por fazer espontaneamente.

Com jornadas reduzidas quantitativamente as pessoas teriam tempo livre para uma série de outras coisas: participação política, educação, cultura, descanso, lazer, etc. Algumas destas coisas, por exemplo, educação e cultura, são fundamentais no sentido de reduzir e acabar com a distinção entre aqueles que realizam trabalhos intelectuais e os que realizam manuais; entre aqueles que possuem condições – de hábito e de formação - para participar politicamente e aqueles que são intimidados em ambientes coletivos e não têm o costume de participar. Esta é uma condição necessária para que não se gerem especialistas em política, em oposição à maioria que não é familiariazada com estas questões. O risco neste tipo de situação é de que aqueles que detém o conhecimento se transformarem numa casta administrativa que se perpetua nesta função transformando-se numa nova espécie de governantes. Este é um risco para o qual devemos atentar e trabalhar contra, buscando a eliminação das condições que o enraízam.

Mas como garantir a produção de alguns produtos necessários para a sobrevivência de todos e que são realizados sob péssimas condições de trabalho num período imediatamente posterior ao da ruptura revolucionária? É possível que os trabalhadores agora livres do mando do patrão e com possibilidades de sobrevivência mais ou menos garantidas pela sociedade se recusem a fazer estes ofícios mais penosos, porém imprescindíveis para a manutenção da vida de todos. Diante dessa situação, que postura tomar? Convencer todos ideologicamente da importância destes trabalhos? Colocar os militantes mais firmes para fazer este tipo de atividade? Entendemos que não.

O convencimento tem seus limites, as pessoas sentem que a diferença de tipos de trabalho é injusta, além disso, todos ainda estão mais ou menos influenciados pelos elementos da ideologia da burguesia e não aceitariam simplesmente fazer tarefas mais pesadas enquanto outros podem estar em escritórios ou fazendo coisas que não exijam muitos esforços, é bem possível que sem alguma forma de pressão da sociedade para que se realizem estas tarefas elas não saiam. Enquanto existir esta diferenciação de tipos de trabalho vai haver a necessidade de um controle externo à vontade individual para que determinados trabalhos imprescindíveis sejam feitos.

O socialismo libertário como período de transição rompe com muito do sistema capitalista, estabelece novas relações sociais e configura um outro tipo de sociedade. No entanto, ainda não é a sociedade comunista-anarquista. Para isso restam ainda grandes tarefas como a conversão da economia, a produção de excedente, a redução das jornadas de trabalho, o rompimento com a divisão social do trabalho herdada do capitalismo e o fim da separação entre trabalho manual e intelectual. São estas mudanças, e mais o conjunto de outros fatores, inclusive culturais, que vão habilitar a generalização e o aprofundamento da autogestão sócio-econômica.

Ideologia e Cultura no Socialismo Libertário

A sociedade que emerge de uma ruptura revolucionária passa logicamente por transformações radicais, que são mais visíveis no plano econômico, político e militar. Mas e no campo da consciência socialista das pessoas? Que tipos de modificações podem acontecer?

A sociedade que chega a uma ruptura estava imersa dos pés a cabeça na ideologia burguesa. O avanço das lutas e a ruptura revolucionária não se tornam possíveis, em nosso entender, devido a uma mudança generalizada e massiva no plano da consciência. Trataremos deste tema mais adiante, quando falaremos dos marcos estratégicos atuais de um projeto socialista libertário, todavia podemos adiantar que na nossa concepção as mudanças no plano da consciência são restritas a uma parcela minoritária da sociedade até o momento da ruptura em sua abrangência e limitadas em seu grau de aprofundamento. Isso não corresponde a nossas intenções ou a um projeto político que formulamos, este é um fato que acontece independentemente de nossa vontade enquanto vivermos sob o capitalismo, com todos os mecanismos e formas de reprodução da ideologia burguesa vigentes.

Decorre daí que renegamos a importância da consciência socialista libertária, para o processo revolucionário? Logicamente que não. Todo o trabalho que puder ser feito para disseminar uma nova forma de consciência dentro dos limites do capitalismo é válido e auxilia em muito o desenvolvimento do processo revolucionário. Quanto mais ampla e profunda for esta consciência maiores serão as possibilidades de sucesso na implantação do socialismo libertário e mais tenaz será a resistência popular à reação burguesa e às possíveis investidas autoritárias e burocratizantes de certos setores.

É certo que a ruptura revolucionária permite um salto de consciência sem precedentes para as classes trabalhadoras. Num prazo relativamente curto, ocorrem mudanças radicais, que afetam diretamente a vida das pessoas e desarticulam o aparato ideológico da burguesia. Neste sentido é possível imaginar que a revolução produz um choque ideológico que tem como resultado a elevação e ampliação da consciência socialista.

Apesar disso, pela observação histórica de vários processos revolucionários e pelo que podemos avaliar desde hoje, a força inercial da ideologia burguesa é grande. Neste ponto cabe uma análise. As modificações no campo econômico e no campo da política podem não ser totais, mas são imediatas e visíveis, materializadas de várias formas concretas. Já no campo da ideologia, da consciência e da cultura as modificações caminham de outra forma, numa duração de tempo distinta, mais longa. Não será do dia para a noite que preconceitos arraigados a séculos serão extintos. Basta assinalar que o individualismo, a competição, o patriarcalismo, o racismo, o machismo, as várias formas de discriminações, o atual modelo de família como forma de reprodução das relações sociais capitalistas, etc. não cessarão de existir no período imediatamente posterior à ruptura revolucionária.

A permanência de valores e atitudes gestadas no capitalismo é um problema sério a ser encarado pela revolução. Variadas formas de resistência às mudanças necessárias implementadas pelo socialismo libertário podem acontecer e gerar tensões sociais. No campo do trabalho, por exemplo, a competição, a tendência a trabalhar individualmente e não coletivamente, a submissão, o autoritarismo nas relações, o desejo de acumulação, etc., são problemas previsíveis.

A necessidade de avanços no combate à ideologia burguesa e no desenvolvimento da consciência socialista são necessários para o conjunto da sociedade entender a própria dinâmica do processo revolucionário, compreender como necessidades coletivas à realização de certas tarefas que em si mesmas nada de têm de agradáveis. Organizar-se militarmente para um conflito com a burguesia não é algo agradável e será mais uma tarefa facilitada ou

dificultada na medida em que exista uma maior ou menor consciência sobre a importância de organizar este combate. Outro exemplo refere-se à já comentada necessidade de realização de trabalhos penosos e a manutenção de condições e jornadas de trabalho cansativas por algum tempo, uma vez mais será a consciência socialista que permitirá que estas tarefas sejam levadas adiante com o menor grau de tensão social possível.

Mas como será possível a mudança de consciência? Enxergamos este processo por três vias. A primeira delas é a eliminação dos aparatos ideológicos da burguesia, fazendo com que sua ideologia deixe de ser reproduzida como antes. No entanto seria ingênuo imaginar que isso acontecerá do dia para a noite, pois enquanto existir resistência à revolução, a ideologia certamente se manterá como arma do inimigo. Além disso, mesmo que a ideologia deixe de ser reproduzida dentro dos limites da área da revolução ela seguirá sendo parte do mundo capitalista existente ao redor, este combate ideológico não vai cessar, mesmo que mude qualitativamente.

A segunda via para este processo de mudança guarda relação direta com os outros níveis da sociedade socialista libertária. Na medida em que a economia se converte, que o trabalhador tem a possibilidade de discutir a produção, sua finalidade e tem acesso aos produtos do trabalho, isso tem um efeito nada desprezível em termos de consciência socialista, no processo de desalienação econômica que ocorre em paralelo ao de desalienação da consciência. Outro fator que certamente auxilia em muito o desenvolvimento dessa consciência socialista é a possibilidade de participação política irrestrita aberta através do poder popular socialista. O simples fato de tal possibilidade existir é um fator importante no sentido de estimular a participação e a desalienação política das pessoas. Percebemos que estes processos no nível da consciência estão diretamente relacionados com os demais campos de ação da revolução.

Por fim, a terceira via que avaliamos como fundamental para o desenvolvimento desta consciência é o desenvolvimento de novas formas de educação e cultura na sociedade, não apenas para as crianças e os mais novos, mas para o conjunto da sociedade. Nesse sentido é necessária a existência da Instrução Integral, ou seja, que todos tenham acesso tanto ao conhecimento teórico e científico, quanto ao conhecimento prático. Isso garantirá a participação de cada pessoa tanto nas questões de pesquisa científica e teórica, nas questões técnicas e administrativas, nos trabalhos práticos e produtivos e também nas decisões políticas, caminhando para acabar de vez com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, dando um grande passo para a desalienação do trabalho.

A construção destas possibilidades logicamente não será feita imediatamente após a ruptura devido a uma série de prioridades relativas à própria sobrevivência da revolução, mas não se deve perder isso de vista jamais. O trabalho educativo e cultural será mais bem sucedido na mesma medida em que a revolução alcance certa estabilidade e que as pessoas passem a gozar de mais tempo livre para se dedicar a estas atividades.

Em síntese, da derrocada dos meios de reprodução da ideologia burguesa; da criação de formas socialistas libertárias de gestão, e da construção de uma educação e cultura livres é que cria efetivamente a possibilidade de uma nova consciência social.

O Poder Popular Socialista

No mundo atual as pessoas passam longe das principais decisões políticas, aquelas que afetam a vida de todos nós. No sistema estatal o mesmo aconteceu, as decisões eram tomadas pela minoria dirigente, tanto quanto no capitalismo. Num caso e no outro alguém decidiu pelo coletivo, alienado do processo político. No socialismo libertário se propõe outra coisa, a desalienação das pessoas, a socialização das discussões, decisões e ampla participação.

Todavia, falar em Poder Popular Socialista causa surpresa e incompreensão em muita gente. Esperamos com este texto esclarecer algumas polêmicas e dúvidas suscitadas por este termo, conceituando este termo e explicando como concebemos este poder, para que não fiquem margens a dúvidas e o conceito esteja bem claro.

No campo libertário e entre os socialistas anti-Estado muitas pessoas interpretaram mal este conceito de poder. Desconfiadas pelo que a experiência histórica já trouxe de mentira e opressão sob o rótulo de socialismo, temeram que este nosso poder popular fosse uma reedição anarquista da ditadura do proletariado. Já entre alguns socialistas estatistas, sempre que discutimos e expomos nossa concepção de poder existe a tendência de identificar qualquer poder como Estado, abstraindo o real conteúdo histórico do Estado.

Porquê Poder?

Por um lado por causa de nossa conceituação de poder e por outro lado, da experiência histórica do próprio anarquismo e do campo revolucionário de um modo geral. Entendemos que o poder surge da falta de participação. Este vazio logicamente não existe por muito tempo, assim como não há vácuo, este espaço é sempre ocupado. Um momentâneo vácuo de poder pode surgir por dois motivos. O primeiro é o impedimento da participação, uma força toma o lugar das demais pessoas nas decisões, "participa por elas", em nome delas, e assim por diante. É o poder criado pela imposição autoritária, que usurpa o espaço de participação do coletivo e o monopoliza. Logicamente este poder não será exercido para a maioria alijada das decisões, mas apenas e tão somente de acordo com os interesses da minoria dominante.

Mas o poder não está localizado apenas externamente, concretizado em instituições. Ele não vem somente de fora para dentro, não há apenas a imposição do Estado ou de qualquer força externa que bloqueia a participação da sociedade. Óbvio que isso existe, mas não é só aí onde reside o poder. Seria uma visão bastante ingênua esta de pensar que basta acabar com as amarras sociais externas e, pronto: os indivíduos passarão a exercer a sua participação e não existiria mais nenhum poder. Como seria bom se isso fosse verdade! Bastaria a nós destruir os obstáculos e tudo caminharia bem! Na verdade esta é uma visão idealista e tem como conseqüência o espontaneísmo. Afinal, para que pensarmos na organização futura se tudo caminhará por si só?

Devemos reconhecer que este tipo de pensamento fez parte de muitas correntes anarquistas e ainda hoje está presente em algumas delas. Mas devemos, sobretudo, aprender a olhar para a história e com a experiência prática, mesmo que para isso tenhamos que abrir mão de pressupostos teóricos do passado. Isso não significa nenhum "desvio" ou "traição", mas pelo contrário, a continuidade da luta libertária dentro de uma proposta viável historicamente. Por isso dizemos que preferimos experimentar propostas vivas na prática e na ação direta, do que cultuar um principismo estéril.

Pois bem, o certo é que há também o poder que surge sem imposição. É o poder que surge cada vez que alguém se recusa, conscientemente ou não, a participar. Cada um de nós já deve ter observado este tipo de postura no próprio dia-a-dia. São inúmeros os casos onde a participação não só é aberta, como também é estimulada. Mesmo assim muita gente não participa, permanece apática, deixa as decisões sobre sua própria vida a cargo de outros, aquilo que alguns chamaram de "servidão voluntária".

Mas não é apenas na nossa vida cotidiana que isso ocorre. Muitos poderiam pensar que num momento revolucionário há um salto qualitativo gigantesco no nível de consciência geral das pessoas e que isso garantiria a participação a partir dali. Seria muito bom se assim fosse, mas não é o que a história demonstrou. Esse "salto" certamente existe, mas não devemos exagerar suas dimensões. Pensar na revolução como a redenção, como uma espécie de apocalipse, onde tudo muda de um minuto para o outro é algo meio religioso, beirando o fanatismo.

O incremento de participação que acontece num momento de ruptura revolucionária (uma insurreição, por exemplo), onde a vida assume um clima festivo, a empolgação e o entusiasmo são grandes, e pessoas estão diante de algo que vai bem, que está dando certo. Passados os primeiros momentos as dificuldades começam a aparecer, a repressão, as baixas, a escassez de gêneros de primeira necessidade, enfim dificuldades pelas quais passam todos os processos revolucionários. Nesse contexto a tendência desta participação e entusiasmo é sempre decair e, são nessas horas que muita gente se dispersa e passamos a relativizar bastante o tal "salto" de consciência.

É um grande obstáculo a se superar. Infelizmente não é uma mudança que possamos fazer por decreto, não é com um ato ou com uma medida que mudamos isso. Trata-se de uma mudança ideológica, de pensamento. Estas mudanças como se sabe, não se fazem da noite para o dia, as mudanças no plano das mentalidades, mesmo com saltos significativos, funcionam num ritmo de tempo mais lento do que as mudanças econômicas e sociais. Durante este tempo necessário para que estas mudanças se processem de maneira significativa entendemos que haverá poder, não porque alguém se imponha, mas porque e por motivos vários, a participação ainda não será ampla.

Logicamente a participação massiva não é um objetivo fácil de se alcançar, pois depende de uma série de condições que vão muito além da possibilidade formal ou jurídica de todos participarem. Não há decreto ou assembléia revolucionária que decida a participação social massiva. Não será por milagre que todos vão começar a se expressar livremente, depois de séculos de repressão ao pensamento autônomo e de dominação ideológica, nem mesmo participar das decisões, a autogerir a sociedade, por mais que existam as ferramentas políticas para isso. Trata-se de um processo desde a ruptura revolucionária que, como já foi colocado anteriormente, abrange muitos aspectos da vida social, e esse processo não é linear ou suave.

A revolução na Ucrânia, a *Maknovitchina*, assim como a Revolução Espanhola, ilustram bem as grandes dificuldades em se obter a participação popular massiva. Em muitos casos, nas coletividades de Aragón e de Goulai-Polé, boa parte da população não comparecia às assembléias e as decisões tinham que ser tomadas por quem participava na prática. E isso aconteceu nas mais notáveis experiências revolucionárias libertárias da história! Além disso, a Revolução Espanhola demonstrou que não há vazio de poder. Os anarquistas, uma vez que ainda não possuíam uma concepção própria de poder popular socialista, foram obrigados a escolher entre o poder da ditadura do proletariado e o poder burguês, e todos sabemos a tragédia conseqüente da escolha feita.

O vazio de participação se torna um espaço de poder. Nestes casos também há poder, mas é um tipo de poder com origens diferentes, surge da não participação do próprio sujeito. Isso acontece por variados motivos, mas o principal deles é que vivemos numa sociedade onde a lógica do poder acabou se interiorizando em muitas pessoas. Pessoas que foram acostumadas desde crianças a somente obedecer, a somente escutar e nunca falar, a depender dos outros e deixar as decisões de sua vida a cargo de outros. Isso tudo é uma carga que todos nós carregamos em maior ou menor grau porque nascemos e fomos criados nesta sociedade.

Este Poder é necessário porque a sociedade precisa de alguma forma de organização para a tomada das decisões políticas que afetam o conjunto das pessoas. Como organizar a defesa da revolução? Como reconstruir a economia? O que produzir? Como deve ser o ensino? Como serão as trocas? Poderíamos listar uma infinidade itens

que exigem uma decisão unificada da sociedade socialista libertária e para isso é preciso um mecanismo de tomada de decisão.

Vai ser poder, pois como dissemos, as pessoas sob o capitalismo não estão acostumadas a participar das decisões e chamar para si as responsabilidades e porque vai haver a necessidade do Poder Popular Socialista tomar decisões que podem ser contrárias à vontade de algumas parcelas da população ou então podem acontecer casos como na Revolução Espanhola em que as empresas autogestionárias mais ricas não colaboravam com as mais pobres, etc. O certo é que quanto mais uma consciência socialista libertária estiver disseminada na sociedade melhor e menos problemático vai ser este poder. Nesse sentido entendemos que enquanto não houver participação social ampla, enquanto parcelas da população - mesmo com todas as possibilidades de participação, se mantiverem alienadas da participação política, haverá poder.

Por que este Poder não é Estado nem Ditadura do Proletariado?

Os comunistas estatistas resolveram acabar com a lógica do mercado centralizando a planificação econômica nas mãos do Estado. Ao realizarem a crítica da economia política, a teoria social que explica o capitalismo, os marxistas visavam acabar com a anarquia da produção no sentido estrito do termo, ou seja, o mercado se auto-regulando sem a necessidade de uma força externa, e os problemas decorrentes dela como já demonstramos.

Acreditavam que a planificação estatal iria potencializar as capacidades produtivas permitindo produzir cada vez mais em menos tempo, diminuindo o tempo necessário a produção e aumentando o tempo disponível para as pessoas realizarem outras tarefas, neste sentido o Estado ao modificar as bases econômicas criaria as condições para o aumento progressivo da liberdade e para o seu definhamento. Já analisamos tudo isso quando tratamos do sistema estatal.

De fato o Estado substituiu ao longo do século XX boa parte da anarquia da produção. Porém, o Estado, que nunca foi apenas o reflexo da base econômica da sociedade, tornou-se ele mesmo o agente econômico principal na medida em que regulava a divisão social do trabalho, o que, como e para que as coisas seriam produzidas, como se procederia a distribuição, etc. E a lógica interna do Estado é diferente da lógica do capital. Uma análise materialista que outrora se preocupava com a economia política e a sua crítica deve saber que o Estado ao se transformar em agente econômico passa a ser o núcleo estruturador da sociedade. Agora não é mais a mercadoria e o seu desenvolvimento o núcleo social, mas sim as relações de poder. A busca, como já foi colocado anteriormente, não é mais por mais-valia como condição de reprodução material da sociedade, a busca transforma-se na procura do mais- poder na medida em que o Estado é o núcleo da estrutura econômica da sociedade estatal e que esta para se reproduzir materialmente necessita controlar todas as esferas econômicas e sociais, assim como a lógica da mercadoria o fez no capitalismo. Assim temos a substituição do fetichismo da mercadoria como centro da sociedade pelo fetichismo do Estado. Com isso o que assistimos não foi o definhamento do Estado mais sim o endurecimento das relações de poder como condição de auto-reprodução de um sistema estatal.

E neste ponto temos que acertar algumas contas com os comunistas estatistas. Os mesmos tendem a identificar qualquer forma de poder com o Estado, sendo assim, quando falamos na existência de um poder no período de transição eles se apressam em dizer: "Está vendo, este poder é uma forma de Estado!", assim conseguem eles tirar do Estado o seu caráter histórico e particular de ser uma das formas de poder.

O Estado tem uma característica fundamental, que é a de não permitir o acesso de todas as pessoas às esferas de decisão. A decisão sob o Estado fica sempre nas mãos de um número reduzido de pessoas, seja a burocracia administrativa subordinada aos burgueses no capitalismo, seja a burocracia auto-proclamada proletária que é portadora das necessidades de auto-reprodução no socialismo estatal. Nenhum Estado poderá ser verdadeiramente popular, porque nenhum Estado funciona ou funcionou na história, de baixo para cima. Faz parte da essência de qualquer Estado a decisão de cima para baixo, onde a grande massa não tem poder de decisão e este é monopólio de uma classe ou camada privilegiada. Se algum Estado funcionasse de baixo para cima ou representasse realmente os interesses do conjunto da sociedade já não seria um Estado, seria qualquer outra coisa, teria qualquer outro nome, mas não seria um Estado.

Para nós, pode existir um poder no período de transição aberto a participação de todos, mesmo que boa parte das pessoas, e até mesmo a maioria, não participe. O fundamental é que este poder é aberto na prática à participação e isto é importante frisar. Devido à falta de envolvimento de todos é que este organismo acaba se constituindo como poder, que em certas condições acaba por subordinar a vontade individual, como por exemplo, no caso da realização de determinados tipos de trabalho ou da distribuição de alguns bens e conhecimentos que são de posse restrita. Mesmo assim não é um Estado já que o poder não está fechado na mão de poucos e os que participam deste poder não obtém privilégios de classe.

A questão relativa à participação popular nos momentos seguintes à ruptura revolucionária é um ponto crucial para nós. Já dissemos que num primeiro momento muita gente não assume sua participação por inúmeros motivos. A atitude dos que defendem uma ditadura do proletariado é de encaminhar a revolução para a formação de um Estado, de um governo. É como se eles dissessem: - *Já que nem todos participam formemos um Estado*

(governo) com os que estão aí porque as pessoas são assim mesmo e de pouco adiantaria lutar pela participação neste momento.

Nós, ao contrário, mesmo que pudéssemos fazer isso, tomamos um outro caminho: estimular e viabilizar a máxima participação das pessoas. Isso porque entendemos que a formação de um Estado centralizado é sempre o início da contra-revolução; e que, por mais difícil que seja o trabalho para se estimular a participação, este é o único caminho para uma revolução avançar. Basicamente um há duas atitudes em relação ao poder após uma ruptura. A primeira atitude é dos que querem estancá-lo, fixá-lo e convertê-lo num Estado; e a segunda, que é a nossa, daqueles que optam por estimular este poder, estendendo este poder a toda a sociedade, ou seja, buscando a incorporação de todos a este poder, o que seria a negação de poder em si (0 que não significa ausência de organização social e política na sociedade), meta a ser alcançada no comunismo- anarquista.

Neste sentido somos a favor do fim da anarquia da produção para a realização da anarquia social, que nada mais é que a socialização das decisões em todos os níveis com as respectivas condições para a sua realização, através do planejamento da produção social. Não um planejamento centralizado no Estado, mas sim um planejamento socialmente distribuído através da autogestão sócio-econômica e do federalismo político da sociedade.

Por quê o Poder é Popular?

A sociedade é dividida em agrupamentos de classe e frações de classe com interesses diferentes. A própria divisão social do trabalho típica da sociedade capitalista criou diferentes classes sociais com interesses opostos, bem mais complexos do que a diferenciação básica entre burgueses e proletários. Existem diferenças internas no próprio proletariado, interesses específicos dos camponeses, dos proprietários do comércio informal, etc.

Considerando este fato cabe a pergunta: a quem interessa a Revolução? Quais as classes, setores e frações de classe que têm interesse no projeto socialista libertário? Como harmonizar estes interesses, alguns até mesmo antagônicos, no período pós-ruptura revolucionária?

Os marxistas tentaram fazer isso através do Estado e da "ditadura do proletariado", que teve como uma de suas funções subordinar as outras classes sociais. Nós ao contrário, mesmo sabendo que uma sociedade comunista-anarquista não conviverá com formas de propriedade privada, entendemos que no período de transição devemos buscar uma forma de poder que permita a participação de todos estes setores populares.

O termo Popular é a rigor muito vago e pode dar margem a confusões, afinal é uma designação muito vasta e que *a priori* pode englobar até mesmo a burguesia. Por isso mesmo vamos explicar que nós concebemos como Popular. Dentro do conceito de Popular estão contidas para nós todas as classes trabalhadoras: proletários, camponeses, pequenos comerciantes, trabalhadores informais e todos aqueles que trabalham para sobreviver, mesmo que possuam algum tipo de pequena propriedade como os camponeses e camelôs para citarmos exemplos. Todavia, o Poder Popular Socialista tal qual concebemos tem conteúdo claramente anti-burguês, já que com esta classe não vemos possibilidade alguma de caminharmos juntos. Ou seja, para nós esta é uma classe que deve ser eliminada.

Entretanto, a questão do espectro de classes sociais que a revolução representa é um tema que merece ser aprofundado, por enquanto nos basta demarcar o que entendemos por Poder Popular.

Por quê o Poder Popular é Socialista?

O Poder Popular é também socialista, já que todos terão a possibilidade de participar de todos os processos de decisão e de planejamento da sociedade através do mecanismo federativo, que permite a participação de todos e possui uma instância globalizante das decisões em que isso seja necessário. Ou seja, o poder será efetivamente socializado. Portanto, o que propomos no período de transição é a existência de um Poder Popular Socialista, de conteúdo anti-burguês. Buscando a abolição completa da propriedade privada dos meios de produção, inclusive a propriedade de formas pré-capitalistas como a camponesa.

No que tange ao funcionamento do Poder Popular Socialista, os mecanismos são exatamente os mesmos que projetamos para o federalismo político na etapa comunista-anarquista: participação de todos, decisões coletivas, revogabilidade de funções; igualdade no acesso a informações e poder de decisão, etc. Quanto à estrutura de organização o mesmo se dá: conselhos com tarefas deliberativas e federações de ramo com tarefas executivas. A diferença fundamental, como já dissemos, não está na forma de organização, mas no grau e qualidade de participação da sociedade, que faz do Poder Popular Socialista um poder e do Federalismo Político apenas uma forma de organização social.

Em síntese, existirá poder até que se criem condições concretas para sua supressão, ou seja, até que todos exerçam o poder e este não seja algo exercido apenas por uma parcela da sociedade, por mais significativa que ela possa ser. Quando chegar esta situação vão existir apenas os organismos da sociedade comunista-anarquista e não mais o poder.

Algumas questões para instigar o debate sobre a Transição

No início deste texto, quando começamos a discussão sobre o período de transição falamos sobre os receios e mesmo a negativa de vários setores em pensar a transição. Também comentamos que para muitos, este é um período que sequer existe, e que se deve passar diretamente à sociedade comunista-anarquista.

Depois de caracterizar o que concebemos como pressupostos para uma sociedade comunista-anarquista, chegamos no seguinte ponto: ou alguns seguem se iludindo quanto as possibilidades de passagem direta para este tipo de sociedade ou então estamos falando de coisas radicalmente distintas quando falamos em comunismo-anarquista. No primeiro caso negar-se a admitir os vários problemas que se colocam para a etapa que se abre a partir de uma ruptura revolucionária é insistir num erro pelo qual já se pagou muito caro na história. No segundo caso, se caracteriza a sociedade comunista-anarquista de outra forma, para adaptar o termo à situação gerada com a ruptura. Este foi, por exemplo, o caso dos anarco-comunistas ucranianos do grupo Dielo Truda.

Estes anarquistas estão entre aqueles que mais admiramos por sua conduta prática e teórica dentro da corrente anarquista. Eles são para nós uma das mais fortes referências dentro do meio libertário. Por isso mesmo discutir o que eles pensavam em termos de transição em processos revolucionários é situar a discussão dentro de um campo do anarquismo de tipo social e revolucionário. Não lidamos aqui com anarquistas individualistas ou espontaneístas, mas de um grupo de anarquistas que teve atuação social revolucionária, que ultrapassou os limites da crítica teórico-abstrata, puramente conceitual, que propôs e lutou pela construção da organização anarquista.

Apesar disso não podemos deixar de manifestar nossa crítica à forma como eles se posicionaram em relação à transição e utilizaremos as reflexões desse grupo para nossa analise e posicionamento:

> "(...) a idéia do período de transição, de acordo com o qual a Revolução Social deve levar não à uma sociedade comunista, mas sim a um sistema X, mantendo elementos do velho sistema, é anti-social em essência. (...) O centro de gravidade para a construção de uma sociedade comunista não consiste na possibilidade de assegurar a cada indivíduo liberdade ilimitada para satisfazer suas necessidades a partir do primeiro dia de Revolução; mas consiste na conquista da base social desta sociedade, e estabelecimento dos princípios de relacionamentos igualitários entre os indivíduos. Quanto à questão da abundância, maior ou menor, ela não se posiciona ao nível de princípios, mas sim como um problema técnico." (MAKHNO, Nestor. *Anarquia & Organização*. São Paulo, Luta Libertária, 2001)

Portanto, para eles a sociedade comunista dependia principalmente de alguns princípios a serem estabelecidos no próprio processo revolucionário e no período pós-ruptura. Se o relacionamento entre as pessoas fosse estabelecido de forma igualitária, com liberdade e independência entre os trabalhadores isto já bastava. É claro que ainda haveria o problema da defesa da revolução e outros a serem resolvidos, mas para estes anarquistas isto não caracterizaria um período de transição.

Ao contrário do grupo Dielo Trouda entendemos que apenas os princípios igualitários, de liberdade e autonomia dos trabalhadores não garantem o advento de uma sociedade comunista-anarquista. Para nós é necessário que existam as condições para a realização objetiva de uma nova forma de organização social comunista. Portanto, é necessário compreender que o advento da sociedade comunista-anarquista não é apenas questão de vontade, de princípios, fazendo com que desconsideremos as condições concretas de uma sociedade e caiamos no voluntarismo revolucionário. Ao longo de nosso texto procuramos debater alguns pressupostos sem os quais a própria idéia de sociedade comunista-anarquista cai no vazio.

Por isso mesmo não fazemos adaptações para falar que a sociedade comunista-anarquista já pode ser a sociedade que emergiria imediatamente após a ruptura revolucionária, pois entendemos que seria uma sociedade que herdaria ainda vários problemas inerentes à ordem anterior. Sem considerar a sociedade comunista-anarquista como o paraíso na Terra e sabendo que vão existir problemas até mesmo neste tipo de organização social, devemos reconhecer que os problemas são qualitativamente diferentes e não podem ser comparados com os de uma sociedade recém saída de uma ruptura revolucionária.

O comunismo-anarquista requer um conjunto de pressupostos que se tomados isoladamente não nos permitem caracterizar uma sociedade enquanto tal. Não basta apenas a possibilidade formal de todos participarem politicamente ou ter sido extinta a propriedade privada, por exemplo. Por mais que estes sejam elementos fundamentais, não são capazes de, isoladamente gerar uma sociedade comunista-anarquista.

Conceituamos a sociedade de transição como socialista libertária. Ela é socialista para nós porque existirá, mesmo na transição, um processo de socialização, seja da propriedade, seja dos produtos, seja das discussões, seja das decisões, ou seja, da cultura e do conhecimento. Ela é libertária porque caminha no sentido da libertação do ser humano, compreendida no seu sentido mais amplo.

Neste ponto nos colocamos a seguinte questão: é possível para uma determinada região que tenha avançado para o socialismo libertário realizar a transição até o comunismo anarquista independentemente da internacionalização da revolução? Somos tentados a responder que não, que enquanto a revolução permanecer

limitada a uma determinada área terá sérios problemas, que serão maiores ou menores na medida em que esta região tenha ou não recursos minerais, produção agrícola, indústria, armamentos, fontes de energia, tecnologia, território maior ou menor, etc.

É neste exato ponto que se coloca a necessidade de internacionalizar a revolução, de construir desde já relações solidárias entre organizações revolucionárias libertárias e entre os revolucionários em geral. Mais do que isso, esta necessidade que faz do internacionalismo não mais um princípio, mas uma obrigação, exige a construção de organizações políticas que ultrapassem as fronteiras dos Estados nacionais e o mesmo podemos afirmar para as organizações do movimento social. Não se trata de sair fundando internacionais fantasmas ou organizações sem base real alguma e muito menos projeto político comum. Trata-se simplesmente de reconhecer uma necessidade e trilhar com maturidade um caminho que habilite realmente esta construção.

Sabemos o quanto este tema é polêmico e quantos questionamentos surgem da leitura de nosso texto. Em todo o caso estes são questionamentos a serem desenvolvidos em um programa, não num esboço de projeto político. As questões aqui apontadas estão na mesa para serem debatidas pelos libertários e pela esquerda em geral, visando a elaboração de um programa para a construção de uma nova sociedade. Este documento pretende ser apenas uma contribuição à discussão e esclarecimento sobre o que pensamos a respeito do período de transição.

Marcos para a Estratégia e Organização Anarquista

"Mas não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados a sua realização. E esses meios não são arbitrários: derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstancias nas quais lutamos... Quem se põe a caminho e se engana de estrada, não vai aonde quer, mas aonde conduz o caminho tomado."

Malatesta

Temos um caminho a percorrer entre o nosso dia-a-dia, entre a atualidade e os nossos objetivos dentro de um projeto socialista libertário. É preciso caminhar construindo uma estratégia que torne possível alcançar o socialismo libertário, caso contrário nós teremos apenas boas idéias que serão ineficazes para transformar a realidade. Por isso mesmo, buscamos demarcar alguns elementos estratégicos, que consideramos fundamentais num processo revolucionário.

Consideramos que a passagem ao comunismo anarquista não será imediata, não está colocada no curto prazo e nem mesmo no médio prazo. O projeto revolucionário tal como o entendemos é um projeto de longo prazo. Projeto que pressupõe uma fase de organização, de acúmulo de forças, de elevação dos níveis de conflito, que se dá a partir de hoje, neste momento. Projeto que exige em certo momento a superação de alguns marcos fundamentais deste sistema: a ruptura com o Estado, com a propriedade privada dos meios de produção e com a exploração do homem pelo homem, ou seja, uma ruptura revolucionária. Projeto que têm necessariamente, e independente de nossa vontade, uma etapa de transição - que chamamos de socialismo libertário - entre a ruptura revolucionária e o comunismo anarquista plenamente estabelecido. Não se trata aqui de marcar datas, palpitar com prazos ou estabelecer rígidos modelos etapistas, mas simplesmente de buscar uma noção de processo histórico e frisar que a luta é longa.

A exigência de uma Ruptura Revolucionária

Pensamos que este sistema capitalista não será superado apenas por suas contradições internas, não há destino socialista inerente para a humanidade. O socialismo libertário é um projeto, uma intenção. Como não acreditamos que seja possível existir socialismo com Estado, propriedade privada dos meios de produção ou exploração do trabalho alheio, estes elementos do sistema são alvos estratégicos de primeira grandeza para nós. São barreiras que precisam ser eliminadas para que possamos avançar para o socialismo libertário. Não são as únicas é certo, existem muitas outras como o baixo nível de consciência socialista, o racismo, o machismo, etc. No entanto, propriedade privada dos meios de produção, exploração do trabalho alheio e o Estado são as principais peças de sustentação do sistema em nosso entender. É através de sua destruição que podemos efetivamente romper com o sistema capitalista. Sem a eliminação destes entraves ainda estaremos dentro do capitalismo, por mais que as lutas estejam avançadas ou que determinados valores e relações sociais anti-capitalistas e libertárias existam em algum grau na sociedade.

Os elementos citados acima são para nós o coração do sistema, e por isso fixamos como objetivos estratégicos a eliminação do Estado e da propriedade privada dos meios de produção, atacando ao mesmo tempo a base e o instrumento de defesa do capitalismo. Para que isso ocorra, é necessária uma ruptura revolucionária, pois não é possível que isso se dê gradualmente. Afinal a burguesia já provou historicamente que não nos dá outra alternativa. Não temos condições de tratar da forma específica do desenlace que esta ruptura pode adquirir no Brasil, é algo que merece uma análise aprofundada da realidade.

Nesta longa etapa em que estamos orientados para construir uma ruptura revolucionária temos como objetivo estratégico a atuação em quatro níveis distintos: o social, a propaganda, a teoria e o nível de violência organizada de libertação. Estes quatro níveis de atuação bem articulados é que no nosso entender podem fazer o processo revolucionário avançar rumo a uma ruptura com o sistema capitalista. São elementos fundamentais, estratégicos em nosso projeto, que assumem diferentes características diante das mudanças da conjuntura.

A organização política anarquista

Antes de entrarmos na discussão sobre cada um dos quatro níveis apontados no texto como fundamentais para o nosso projeto, gostaríamos de abordar uma outra discussão, que precede as demais, sobre a organização política anarquista. Adiante voltaremos a falar sobre o papel da organização política anarquista na articulação dos distintos níveis de atuação. Neste momento faremos apenas uma breve abordagem sobre o próprio problema da organização entre os anarquistas e como o encaramos.

Há algum tempo atrás a discussão central no movimento libertário se pautava em ser a favor ou contra organização. Toda vez que se falava em organização abria-se uma enorme polêmica. Os temor de criar um monstro burocrático apavorava tanto que muitos anarquistas rechaçavam totalmente a idéia, alguns chegavam ao cúmulo de afirmar que organização era algo estranho ao anarquismo. Antecedentes de federações, organizações e partidos anarquistas não faltam na história, o problema é que para os anarquistas que não são partidários da organização estes antecedentes devem ser desqualificados para que a sua posição seja a única considerada verdadeira. Falsificações históricas grosseiras foram e são propagadas pelos anarquistas contrários à organização, que querem apagar da história do anarquismo a existência de organizações, partidos e federações que desmentem a aversão anarquista á organização. Nós ao contrário, nunca negamos a existência de anarquistas avessos á organização, simplesmente discordamos deles ... que sigam sua sina e nos deixem em paz ... Malatesta lidava com estes problemas há mais de cem anos e sua atitude nos parece válida até os dias de hoje:

> "O número daqueles que se dizem anarquistas é tão grande, hoje, e sob o nome de anarquia expõem-se doutrinas tão divergentes e contraditórias que estaríamos errados em nos surpreendermos que o público, de forma alguma familiarizado com nossas idéias, não podendo distinguir de imediato as grandes diferenças que se escondem sob a mesma palavra (...) sinta uma certa desconfiança em relação a nós (...) Tudo o que podemos e devemos fazer é distinguirmo-nos sem dubiedade daqueles que têm uma concepção da anarquia diferente da nossa, e extraem desta mesma concepção teórica conseqüências práticas absolutamente opostas àquelas que extraímos (...)"

Por certo, a discussão sobre organização existiu e existirá sempre nos meios anarquistas. Para nós e para vários partidários do anarquismo organizado, existem tanto os anarquistas individualistas e/ou espontaneístas contrários à formação de uma organização anarquista, quanto os anarquistas partidários da organização. Porém, nós que somos defensores da organização dos anarquistas entendemos que já é o momento de avançarmos em direção a outras questões. Achamos que é momento de discutir algo além da necessidade da organização, é preciso discutir para quê se organizar? Não é possível se falar de organização em termos abstratos, assim como é infrutífero começar a discutir suas formas concretas (se vai se organizar por núcleos, que instâncias terá ou não, qual o método decisório, quais os critérios para ingresso, etc.) sem antes discutirmos o que se pretende com uma organização anarquista.

Algumas tentativas de formar federações, confederações e organizações anarquistas pelo Brasil fracassaram nos últimos anos. Certamente não faltou vontade aos que se envolveram nestes processos, e nós nos incluímos entre eles. Porém, faltou fundamentalmente, em nossa opinião, discutir qual o objetivo de formar uma organização anarquista? Qual a estratégia para alcançar este objetivo? Quais as táticas para tornar real esta estratégia?

Sem responder a estas questões entrar na discussão de detalhes será pouco produtivo. As formas concretas que vai tomar a organização anarquista não estão dadas, não existe um modelo pronto e acabado a ser aplicado, o máximo que existe é uma orientação geral a respeito de princípios como horizontalidade, federalismo, participação, ação direta, etc., elementos ideológicos que não dão conta de responder à realidade onde atuamos e às formas concretas que nossa organização e atuação terão em diferentes conjunturas. Ou seja, elementos ideológicos são muito pouco, e às vezes muito vagos para se construir um projeto político, um programa, uma estratégia.

Muitas vezes as mesmas pessoas que procuram valorizar a diversidade procuram disfarçar as divergências e sugerem que o acordo quanto a um distante objetivo ou sobre uma pequena lista de princípios é suficiente para se formar uma organização. Assim se todos tem como objetivo "a revolução" e são anarquistas isso bastaria. Alguns vão mais além, e traçam como objetivo "destruir o estado e o capital", coisa com a qual concordam praticamente todos os anarquistas e que também não diz muito. Estes que procuram disfarçar as divergências são os chamados "sintetistas", aqueles que querem fazer uma síntese entre as várias concepções de anarquismo e atuar conjuntamente em uma organização onde cada grupo tem a autonomia que quiser para fazer suas atividades e onde os grupos se juntam para fazer atividades conjuntas de acordo com suas afinidades, sendo que, muitas vezes, se não concordam com a maioria dos outros grupos da organização cada grupo particular pode ou não fazer algo deliberado pela maioria e continuar na federação para fazer outras atividades.

Os "sintetistas", também se autodenominam de "anarquistas sem adjetivos", ou seja, anarquistas que não seguem uma concepção ou outra do anarquismo, mas sim "o anarquismo", algo como um princípio abstrato puro. Ao proceder desta maneira os "anarquistas sem adjetivos" já se diferenciam dos anarquistas que pensam de outras formas. A menos que se acredite num único anarquismo, negando-se a realidade que demostra a existência de várias concepções diferentes, por vezes até opostas entre os libertários, os anarquistas "sem adjetivos" já se auto-qualificam de alguma forma, diferenciando-se de outros anarquistas.

O que propomos é discutir os meios, a estratégia e as táticas. Sem discutir estas questões o mais provável é que se forme uma organização, seja ela que nome tenha (federação, união, partido, frente, etc.) que agrupe distintos

grupos anarquistas com práticas diferentes, às vezes conflitantes, e que possuem, mesmo que de maneira não declarada, opções estratégicas diferentes. A tendência é que os conflitos que foram colocados debaixo do tapete em nome da unidade, acabem aparecendo na medida em a organização começa a caminhar. Cada um puxa para um lado e o resultado é que a organização, o coletivo, não consegue caminhar. Daí para surgirem conflitos que se tornam pessoais é um pulo e a experiência da organização termina frustrada de maneira traumática para muitos militantes.

As formas de se atuar podem ser distintas, mais do que isso, precisam ser distintas para se atingir o sistema em vários pontos. Mas isso tudo deve estar dentro de uma mesma estratégia, e observando o movimento anarquista como um todo, normalmente não vemos a variedade de práticas confluir para o mesmo rumo, o que não tira o valor de cada luta em particular, mas limita, e muito, seus efeitos.

O tipo de organização que defendemos é aquela na qual cada luta em particular caminhe para um mesmo objetivo, onde exista a unidade programática necessária para que os militantes não desperdicem de forma impensada o seu esforço em atividades conflitantes ou mesmo em conflitos internos insolúveis, comuns dentro de uma organização onde cada grupo pensa de maneira diferente. Sintetismo X Unidade Programática: são duas maneiras diferentes de se encarar a organização específica anarquista. Nós optamos por uma organização com unidade programática. No sintetismo, o programa é algo vago e genérico, suficientemente amplo para abarcar amplos setores do anarquismo. Na verdade o programa que de fato guiará o trabalho cotidiano da militância é definido no âmbitos dos grupos, sendo a federação ou organização apenas uma somatória destas práticas. Na organização federativa com unidade programática é o conjunto da organização que debate e discute o conjuntos de suas práticas.

Falando em programa não estamos afirmando que seja necessária a elaboração prévia, em detalhe e profundidade, de um programa, para somente depois se construir uma organização anarquista. Esta tarefa é sem dúvida muito importante, mas pode ser levada adiante com o tempo. O que avaliamos seja imprescindível é a definição de alguns marcos na discussão. O primeiro deles consideramos como dado, ou seja, é o próprio entendimento de que uma organização anarquista é necessária e tem um papel a desempenhar num projeto revolucionário, coisa que Malatesta, Fabbri, Bakunin, Makhno, Durruti e muitos outros anarquistas pensavam.

Para nós a organização anarquista, o partido, é antes de tudo um meio. Não é um fim em si mesmo. Sua existência responde a um determinado projeto político, no nosso caso o projeto socialista libertário. Suas formas concretas não se definem em abstrato, são as formas mais adequadas para viabilizar nossa atuação dentro do caminho que escolhemos. Procuraremos analisar nos próximos tópicos o caminho que estamos escolhendo, com seus elementos fundamentais e com o próprio papel da organização política dos anarquistas neste processo.

Movimentos sociais autônomos e combativos

> *"(...) para interessar e para arrastar todo o proletariado na obra da Internacional, era preciso e é preciso dele não com suas idéias gerais e abstratas, mas com a compreensão real e viva dos seus males reais; e os seus males do dia a dia, ainda que apresentem um caráter geral para o pensador, e ainda que sejam na realidade efeitos particulares das causas gerais e permanentes, são infinitamente diversos, tomando uma multiplicidade de aspectos diferentes, produzidos por uma variedade de causas passageiras e reais (...)*
>
> *Então, para tomar o coração e conquistar a confiança, o consentimento, a adesão, a afluência do proletariado (...) é preciso começar por lhe falar, não dos males gerais de todo o proletariado internacional, nem das causas gerais que lhe dão nascença, mas dos seus males particulares, quotidianos, privados. É preciso lhe falar de sua profissão e das condições do seu trabalho precisamente na localidade em que habita; da duração e da grande extensão de seu trabalho cotidiano, da insuficiência de seu salário, da maldade do seu patrão, da carestia dos víveres e de sua impossibilidade de nutrir e de instruir convenientemente sua família. E lhe propondo meios para combater os seus males e para melhorar a sua posição, não é preciso lhe falar logo dos objetivos gerais e revolucionários (...)"*
>
> M. Bakunin

Não concebemos um processo revolucionário que não seja protagonizado pelas classes trabalhadoras. Não acreditamos em cúpulas, elites ou vanguardas que sejam capazes de substituir os trabalhadores em luta, de representá-los. O sujeito da revolução para nós, são as classes trabalhadoras organizadas em movimentos sociais autônomos e combativos. Por isso mesmo temos como orientação permanente gerar a maior participação popular

possível nas lutas desde já. Construir movimentos sociais combativos e autônomos em relação ao Estado, organizações e partidos políticos é uma necessidade para garantir a unidade dos trabalhadores em luta.

Defendemos que os movimentos sociais não sejam partidarizados, que não sirvam de correia de transmissão para partidos, organizações ou mesmo grupos e coletivos políticos. Este tipo de prática que subordina o movimento social aos interesses políticos de uma ou outra agrupação política, retira a autonomia do movimento, limita o movimento aos que aderem à política do setor hegemônico causando um esvaziamento do mesmo.

Existem várias formas de subordinação política dos movimentos sociais. Na conjuntura atual, a forma mais evidente, atrela o movimento à questão eleitoral, fazendo dele um cabo eleitoral do político da agrupação que o domina. Dentro destes estreitos limites da atuação político-eleitoral, o movimento é tolhido em sua atuação. Da mesma forma somos contra a ideologização dos movimentos sociais, o atrelamento ideológico a uma corrente política específica. Isso porque avaliamos que um movimento social com perfil ideologizado (seja ele anarquista, marxista ou qualquer das variantes políticas existentes) é extremamente limitante, impede a aproximação de pessoas que não compartilham da ideologia reinante ali e se esvazia. No final das contas não se torna nem um movimento social amplo, nem uma organização política que funcione, acaba sendo um movimento político quase sempre amorfo e pouco funcional, mesmo quando ganha certo peso político, as pessoas que fazem parte destes movimentos ideologizados não fazem parte dele pelas idéias que o mesmo sustenta, mas sim por determinado método de ação e conquistas reivindicativas que estes movimentos conseguem assegurar.

Fazemos questão de deixar claro esta nossa posição, pois apesar de sermos anarquistas, não acreditamos na viabilidade de movimentos anarco-sindicalistas, anarco-estudantis, anarco-ecologistas, etc. Mesmo quando o anarco-sindicalismo foi historicamente forte e de massa, avaliamos que gerou divisões no interior das classes trabalhadoras com sérios reflexos históricos. Além disso, a caracterização ideológica do movimento atraiu sobre ele uma repressão seletiva por parte do Estado e facilitou a desmobilização da classe.

Além disso, ao ideologizar o movimento social, tentando transformá-lo em movimento social anarquista, como no caso do anarco-sindicalismo, surge a necessidade de se discutir um programa mais elaborado e questões eminentemente clandestinas no âmbito do próprio movimento social. Questões de tipo programático acabam sendo mal discutidas ou simplesmente não discutidas, questões mais delicadas quando discutidas em público facilitam o trabalho da repressão.

No entanto, cabe uma ressalva, ser contra a partidarização e a ideologização dos movimentos sociais não significa dizer que sejamos contra a existência de agrupações políticas atuando nos movimentos sociais. Coletivos, grupos, organizações, federações e partidos, todos estas formas de agrupação política, existem nos movimentos sociais. Muitas vezes o papel das agrupações políticas no movimento social é salutar, eleva o nível dos debates, trabalha para que o movimento não seja puramente reivindicativo, para que não caia no reformismo, para que se coordene com outros setores da classe e amplie seus horizontes. Não nos opomos às agrupações políticas em si, mas à postura de subordinar o movimento aos seus interesses, de aparelhar os movimentos sociais, de torná-lo meros auxiliares de um ou outro político. Nossa posição não tem nada de apolítica.

Outra questão fundamental é que não pensamos que os movimentos sociais devam ser apenas reivindicativos. Certamente é diante dos problemas concretos da realidade que o movimento se organiza e luta (moradia, salário, emprego, a luta contra o racismo, o acesso a cultura, água, luz, educação, saúde, o fim da violência doméstica e do machismo, etc.). Mas estes problemas são apenas as conseqüências deste sistema e o movimento pode avançar para além destas reivindicações, pode ampliar seus horizontes, pode assumir progressivamente um papel de protagonista, de sujeito transformador e não de apenas de quem reclama algo para alguém. O movimento também pode começar a ter ações solidárias com o conjunto das classes trabalhadoras, tomando consciência da necessidade de se articular coletivamente para alcançar vitórias.

Rejeitamos a separação rígida que muitos partidos estabelecem entre suas atribuições e as do movimento social, onde normalmente delegam ao movimento apenas a reivindicação, e tomam para si a tarefa de discutir e propor as soluções. Esta prática atribui aos partidos o papel de sujeito histórico e não aos movimentos sociais. Em nosso projeto os movimentos sociais são embrião do poder popular socialista que buscamos construir, um poder que se articule pelo nível social e cujo sujeito pretendemos que sejam os movimentos sociais autônomos e combativos.

Somente alcançaremos uma ruptura revolucionária com o desenvolvimento e formação destes movimentos sociais autônomos. São poucos hoje em dia, é certo, e muitos foram destruídos, burocratizados e atrelados exclusivamente às eleições de um ou outro candidato. Não parece ser à toa que se esvaziaram ou foram esvaziados. Porém, ao mesmo tempo existem vários movimentos sociais autônomos surgindo aqui e acolá, se formando, protagonizando lutas, experimentando novos caminhos, retomando práticas abandonadas e buscando se coordenar desde já. O que pretendemos impulsionar é o crescimento destes movimentos, a ampliação destes movimentos para diversas frentes de atuação.

Nossa aposta no campo social é nestes movimentos, porque sem movimentos sociais, sem os trabalhadores organizados e mobilizados não temos processo revolucionário. Por mais que existam os coletivos, grupos e

organizações revolucionárias constituídas, acúmulo teórico de discussões e programas ou mesmo grupos armados, sem as classes trabalhadoras nada se faz em termos revolucionários.

Ao mesmo tempo há que se ter cuidado quando afirmamos isso. A ideologia burguesa é tão forte que para muitos quando se fala em participação popular com caráter de massas o que vem à cabeça é o critério eleitoral. Não é preciso que metade mais um da população saia às ruas para um processo revolucionário. Por participação popular, de massas, entendemos um setor das classes trabalhadoras, um setor organizado e combativo, capaz de gerar mobilizações, de ir para a rua, como nas Greves Gerais de 1917 e nas Greves Operárias do ABC em 1978-1980.

Todavia, este nível de atuação social, por mais importante que seja, não basta para se chegar a uma ruptura revolucionária. Se assim fosse, os exemplos que citamos teriam se convertido em revolução. Faltaram outros elementos, alguns dentro do próprio campo social, outros que correspondem a outros níveis de atuação, mas que também são muito importantes para se gerar um desenlace revolucionário.

Os movimentos sociais mais radicais da história contavam em seu seio com elementos que desejavam modificar de forma revolucionária a sociedade, porém, estas pessoas sempre foram minoria dentro destes próprios movimentos, a grande maioria, como dissemos, participou destes movimentos mais pelo método de ação e pelas conquistas obtidas do que por qualquer pretensão de se transformar a história da humanidade.

Além disso, outros elementos são necessários num processo revolucionário, elementos que os movimentos sociais não dão conta de abarcar, seja pelo seu caráter de massas, como no caso da organização de uma luta mais violenta contra o sistema, ou por seu caráter imediatista, onde as lutas concretas imediatas são o norte de atuação destes movimentos e não a luta revolucionária de longo prazo, com um programa que possa responder satisfatoriamente esta luta.

Mas, estas limitações não fazem com que o movimento perca a sua importância como elemento central de qualquer projeto de transformação revolucionária da sociedade. O que acontece de fato é que os movimentos sociais por mais autônomos e combativos que sejam não perdem a sua característica de serem movimentos reivindicativos. Dependendo da forma como estes movimentos se acostumem a atuar num período pré-ruptura revolucionária eles podem ou não transformar-se cada vez mais em protagonistas de um poder horizontal a serviço das classes trabalhadoras visando a abolição da sociedade de classes.

O trabalho de propaganda

A propaganda forma outro nível de atuação que compõe o projeto revolucionário socialista libertário, um campo também fundamental para a organização política anarquista. A propaganda de nosso projeto é importante para atrair pessoas para a discussão, atrair novos companheiros que possam se comprometer com este projeto e levá-lo à prática, afinal de contas o projeto socialista libertário somente existe quando encarnado em organizações vivas, compostas por militantes de carne e osso, comprometidos com a luta. Sem tornar públicas nossas posições não temos como debater nosso projeto. As formas concretas da nossa propaganda podem ser múltiplas: boletins, jornais, revistas, livros, internet, vídeos, músicas, locais públicos, palestras, atos públicos, etc. Formas que vão variar conforme o momento e as nossas possibilidades concretas.

No entanto, temos bem claro quais são os limites da propaganda, ela é parte estratégica de nosso projeto, mas não é a peça central e neste ponto cabem algumas avaliações de nossa parte, pois discordamos de boa parte dos anarquistas de hoje – e também de uma parte significativa da esquerda - em relação a este tema. Falamos dos que consideram a propaganda, a educação e a cultura a principal atividade militante. Porque negamos esta postura?

Admitindo que conscientizar as pessoas fosse realmente o caminho para a revolução tentemos imaginar como faríamos isso, levando em conta que não se trata de conscientizar uma parte pequena da sociedade, mas a grande massa. Esta estratégia foi levada adiante pelos anarco-comunistas por décadas, concretizada nas seguintes táticas: livros, jornais, revistas, teatro, cursos, centros de cultura, debates e conferências, estas eram as atividades da época. Que possibilidades materiais existiram para a extensão em larga escala desta conscientização? De que recursos financeiros se dispunha para custear tais atividades levando em conta que na sociedade capitalista é preciso comprar papel, pagar gráficas, alugar espaços, adquirir materiais e produtos? A resposta é óbvia, são recursos limitados, ou melhor, foram recursos limitados, uma vez que estamos falando de algo que aconteceu na história e não de uma suposição nossa. Estes motivos limitaram a extensão destas atividades, isto foi o que aconteceu e não uma opinião.

Podemos pensar esta estratégia nos dias de hoje e as coisas se tornam mais complicadas ainda. Se no final do século XIX e primeiras décadas do século XX esta estratégia encontrou enormes dificuldades de realização, hoje em dia a situação é bem mais complexa. Naquela época ainda não havia se constituído a enorme indústria de entretenimento que existe hoje e que ocupa o tempo livre das classes trabalhadoras. Naquela época as pessoas moravam mais próximas do trabalho, os trabalhadores de uma mesma fábrica moravam quase sempre no mesmo bairro, tinham uma rotina diária semelhante, enfim conviviam mais. Não havia rádio, TV, internet, vídeo-game, etc. Mesmo cinemas e teatros não eram coisas com tão forte presença. O ensino ainda não estava universalizado e os trabalhadores tinham acesso restrito à educação pública. Neste cenário sindicatos e centros de cultura concentravam atividades teatrais, bibliotecas, cursos, debates, etc. Eram os espaços de socialização para boa parte dos

trabalhadores e não encontravam a concorrência do aparato de entretenimento que a burguesia possui nos dias de hoje. Os principais meios de comunicação eram os jornais e mesmo sem ter a tiragem e a distribuição dos jornais da burguesia várias organizações de trabalhadores, socialistas e anarquistas conseguiam imprimir semanários e em alguns casos jornais diários.

Era uma realidade mais propícia do que a de hoje para intervir no campo da propaganda e mesmo assim esta estratégia não teve o sucesso que pretendia. Nos dias de hoje é possível para algum grupo revolucionário dispor de uma TV? De uma Rádio? De um jornal de grande circulação? Há brechas certamente que é preciso aproveitar, como a internet, as rádios comunitárias, a edição de periódicos, e tudo o mais que for possível, mas sem apostar todas as nossas esperanças neste trabalho. Quando expomos esta situação muito argumentam que mesmo assim não é um trabalho a se desprezar, que tem a sua importância mesmo com os limites do alcance. Com isso nós também temos acordo. Concluir que mesmo com limites estes trabalhos têm importância é reconhecer que o alcance é realmente limitado, é admitir a inviabilidade de um projeto revolucionário centrado na propaganda, educação e cultura, é admitir a impossibilidade de uma extensão massiva de um trabalho deste tipo.

Porém, podemos supor que de alguma forma conseguíssemos estender em larga escala estas táticas, senão para a totalidade das classes trabalhadoras, pelo menos para uma parte muito expressiva da população. Supondo que isto aconteça, e que o trabalho, além disso, conseguisse conscientizar todos os envolvidos, o que mudaria? Nos basta um grande número de pessoas conscientes para alterar a realidade? Deixaria de existir Estado, propriedade privada e exploração pelo simples fato das pessoas terem se conscientizado? A não ser que acreditemos em poderes telepáticos ou em coisas com a “força do pensamento”, nada mudaria. Seríamos explorados e oprimidos conscientemente. Alguns poderiam nos responder que a conscientização seria apenas o primeiro passo e que isso facilitaria todo o restante. Estariam apenas admitindo que a conscientização por si só nada muda, que são necessárias outras medidas para se derrubar o capitalismo. Mas esta possibilidade foi apenas uma suposição de nossa parte, porque como já dissemos, nada nos demonstra que esta “conscientização massiva” seja possível.

Outro ponto que seria necessário aprofundar um pouco mais é a própria noção de conscientização. Normalmente os setores anarquistas e da esquerda têm uma noção bem tradicional sobre este processo. De um lado estavam os militantes no papel de “educadores” de outro lado os trabalhadores, ignorantes, como público a ser atingido. Conscientização neste caso seria a transmissão de conhecimento para os trabalhadores. Imagina-se a conscientização pelo caminho da leitura, de palestras, do conhecimento, do ouvir uma letra de música, do acúmulo de informação. No nosso entender o processo da consciência também passa por outros caminhos, pelas experiências vividas pelas classes trabalhadoras no cotidiano, pelas lutas nas quais a pessoa esteve engajada, etc. Não queremos dizer com isso que a prática por si só vai gerar consciência, mas que é a partir da realidade, das práticas e das lutas que surgem as possibilidades de saltos de consciência, a vontade de adquirir formação para suprir carências, corrigir problemas que limitaram a própria luta.

Estamos questionando os limites do trabalho de propaganda porque a ideologia burguesa penetra todos os poros desta sociedade e muitas vezes condiciona o pensamento e as propostas dos que desejam uma transformação revolucionária, e ninguém está a salvo disso, nem nós mesmos, a não ser que vivamos longe deste mundo. A noção de que as idéias por si só têm força para mudar a realidade, de que é preciso “conscientizar primeiro” tem muito a ver com a concepção de mundo do idealismo filosófico e o liberalismo político burguês. É algo a ser debatido constantemente entre os que pretendem romper com esta sociedade capitalista.

Demarcados estes limites e características do trabalho de propaganda, fica mais fácil expormos como concebemos este trabalho uma vez que não abrimos mão de fazer propaganda. Avaliamos que é fundamental que uma organização tenha uma publicação periódica, faça campanhas de agitação, tenha presença de rua, publique livros e folhetos que facilitem o debate, tenha rádios comunitárias, página de internet, etc. Não abrimos mão de nada disso e consideramos importante este trabalho. Muita gente se aproxima através da propaganda, em muitos casos consegue-se romper o cerco de silêncio da mídia burguesa a respeito dos movimentos sociais e das vozes dissonantes em geral. Nós buscaremos todas as formas de propaganda possíveis, sempre lembrando seus limites e relembrando que a ação organizada das classes trabalhadoras é, isto sim, o campo fundamental da luta.

Ou seja, a propaganda tem por objetivo discutir projetos de transformação da realidade e buscar ser um apoio nas próprias lutas das classes trabalhadoras. É necessário em muitos momentos que uma propaganda mais ou menos revolucionária forneça o suporte necessário para que vários movimentos sociais se radicalizem, mas veja bem, com isso não queremos dizer que o papel dos revolucionários seja o de fazer propaganda e agitação após o surgimento espontâneo dos movimentos sociais, para nós a própria prática é um dos elementos centrais de aproximação das pessoas de nossa concepção de anarquismo e de luta revolucionária. A propaganda, neste sentido, deve caminhar junto com a prática social dos militantes anarquistas, sem esta prática social entendemos que a propaganda acaba por se tornar um elemento estéril na busca por transformações profundas de nossa realidade.

Finalmente, quanto mais existir uma disseminação prévia de uma consciência socialista libertária no período anterior a ruptura revolucionária mais fácil se encaminharão as medidas necessárias para o sucesso da revolução e para o bom encaminhamento do período de transição rumo ao comunismo-anarquista, porém, como já dissemos,

esta disseminação e construção de consciência pode ser feita pela prática social e pelo trabalho conjunto da prática social com a propaganda revolucionária.

O trabalho teórico

> *"Sem teoria se corre o risco de pensar cada problema em particular, isoladamente, a partir de pontos de vista que podem ser diferentes em cada caso ou com base na subjetividade, palpites, aparências, etc. (...) Para propor um programa há que se conhecer a realidade econômica, política, ideológica de nosso país.*
>
> *O mesmo vale para formular uma linha política suficientemente clara e concreta. Se conhecemos pouco e mal não haverá programa e somente poderá haver uma linha muito genérica, muito difícil de concretizar em cada lugar onde o partido trabalhe. Se não há linha clara e concreta não há prática política eficaz. A vontade política do partido corre então o risco de diluir-se.*
>
> *O 'voluntarismo' se converte em fazer com boa vontade o que vai saindo. Mas não se incide de forma determinada sobre os acontecimentos, baseado numa previsão aproximada. Acaba-se determinado pelos acontecimentos (...) e diante deles se atua espontaneamente."*
>
> Federação Anarquista Uruguaia

Há outra vertente deste trabalho militante no campo das idéias, além da propaganda: a formação política e a teoria. Para muitos partidos e grupos anarquistas e da esquerda as soluções estão dadas e o projeto revolucionário está construído. O trabalho no campo das idéias fica restrito a divulgação deste projeto, a propaganda pura simples dos caminhos já definidos. Nós não pensamos assim. Dedicamos uma boa dose de energia para estudar a história de experiências das classes trabalhadoras e de autores clássicos do anarquismo e do socialismo. Muitas destas experiências e destes autores são referências para nós, mas não respondem a tudo. Existem problemas não resolvidos na trajetória socialista, inclusive do anarquismo. Temos frontais discordâncias em relação a uma grande parte das correntes anarquistas e não reivindicamos tudo do anarquismo. Mesmo entre os movimentos e autores que são referência para nós encontramos discordâncias pontuais e lacunas. Além disso, a história está em movimento, excelentes soluções encontradas em outras épocas e lugares não cabem em nossa realidade atual.

Tudo isso nos faz adotar uma atitude de modéstia do ponto de vista teórico. Se é verdade que há uma parte de nosso projeto já definida, algumas referências muito sólidas, existe toda uma outra parte em discussão, existe uma grande parte a se construir coletivamente. Por isso mesmo consideramos como uma das atividades primordiais o debate teórico e a formação política. Consideramos os marcos estratégicos até aqui expostos corretos, mas insuficientes para se estabelecer um programa. A construção de referenciais teóricos coerentes e o acúmulo de experiência prática, é o que vai permitir uma análise da realidade em diferentes níveis que habilite o estabelecimento de um programa socialista libertário para os dias de hoje.

É só com um conjunto de conceitos articulados coerentemente, é só com uma teoria, que podemos analisar o modo funcional do capitalismo mundial, a realidade específica e histórica do capitalismo em nosso país e na América Latina, e como esta realidade específica continental, somada com o desenvolvimento do capitalismo mundial vamos poder determinar os cenários conjunturais que atravessamos em nosso país. Conhecendo estes elementos, que sem uma teoria ficam fragmentários e inapreensíveis, podemos traçar quais os caminhos que vamos percorrer, qual o programa de nossa organização, os nossos objetivos estratégicos, a nossa estratégia e as nossas táticas que mudam com maior facilidade de acordo com a conjuntura.

Avaliamos que a insuficiência teórica de algumas organizações anarquistas as levou a cometer graves erros de atuação e foram fatais para as derrotas sofridas pelo projeto libertário e para o desenvolvimento deficitário deste projeto nos dias de hoje. O que temos hoje nos movimentos anarquistas de vários países são mais princípios ideológicos, que nem sempre estão de acordo com a necessidade da luta de classes em seus países, do que elementos de análise obtidos depois do estudo conduzido por uma teoria firme que possibilite avaliar coerentemente as necessidades e os caminhos da atuação das organizações anarquistas pelo mundo afora.

Não queremos dizer com isso que é necessário que se tenha uma teoria e análises profundas já realizadas para daí sim partir para ação. Se fizéssemos isso estaríamos caindo no mesmo erro do educacionismo. Bem sabemos que a prática colabora na colocação de novos problemas, na formulação de novas hipóteses e na prova de várias táticas, além disso, a prática ajuda a elaboração teórica a seguir o seu caminho. O que pretendemos é demonstrar que a prática sem uma teoria que a ajude a escolher os seus caminhos pode ser um grande desperdício de energias.

A violência organizada das classes trabalhadoras

> *"A Força, a necessidade da justiça imposta violentamente, eis o único argumento capaz de tocar o coração dos burgueses."*
>
> Mikhail Bakunin

Como vimos anteriormente, as classes dominantes utilizam a força para manter o seu poder econômico e político. Quando sentem-se ameaçados pelas classes trabalhadoras, seja em reivindicações pontuais ou em tentativas de mudanças mais ou menos radicais, eles não pensam duas vezes para utilizar o poder militar do Estado e aparatos de violência paramilitares para defender os seus interesses. Assim foi no caso das ditaduras militares da América Latina, assim foi em todos os processos revolucionários, onde a contra-revolução foi violenta e utilizou o poder do Estado, e assim tem sido todos os dias nos conflitos sociais.

Esta violência já é cotidiana na sociedade e assume várias formas (estatal, para-militar, grupos de segurança privada, etc.). A auto-defesa é uma necessidade desde já, trata-se de organizar a defesa de comunidades populares, grupos, organizações, sindicatos, entidades de bairro, ocupações, etc. Isto para garantir sua sobrevivência contra diferentes forças de repressão institucional (polícias, guardas e exército) e paramilitares.

Entendemos que tanto as conquistas sociais mais urgentes como a liberdade e a justiça social não virão de graça como um favor das classes dominantes. A burguesia já deu inúmeras mostras de que, se for preciso, desconsidera as leis que ela mesma elaborou, se arma e se necessário causa chacinas, massacres e guerras para conter as classes trabalhadoras e manter seus privilégios de classe.

A utilização ou não da violência é um tema polêmico entre a esquerda e também entre os anarquistas. Encontramos tanto defensores como opositores do uso da violência no campo anarquista. É um tema sobre o qual é impossível afirmar que os anarquistas são contra ou a favor. Como existem e existiram vários anarquismos encontramos as duas posições fundamentadas de diferentes maneiras. O tema é complexo e contém conseqüências que se cruzam com as mais diversas práticas e aspectos de um projeto socialista libertário. Por isso mesmo, gostaríamos de debater as implicações que a violência pode ter num projeto revolucionário.

Um pergunta muito simples deve ser respondida: A minoria privilegiada, a burguesia, estará disposta a socializar as riquezas que acumulou às custas dos trabalhadores e de abrir mão de seus privilégios? Se a resposta for sim, se acreditássemos na viabilidade de conscientizar a burguesia e de torná-la mais "humana" não teria sentido utilizar a violência. Mas sinceramente não acreditamos nesta possibilidade, e não é uma simples questão de fé, de acreditar ou não acreditar. Trata-se de uma análise histórica que nos conduz a afirmar que nenhuma classe dominante abriu mão de privilégios com os quais se acostumou durante anos, décadas, séculos, de maneira pacífica. Por isso quando desejamos alterar radicalmente, revolucionariamente a sociedade é bom que tenhamos consciência do alcance de nossa proposta.

Visões do processo revolucionário como uma festa, um banho de prazeres são perigosas e enganadoras. Obviamente as pessoas que tomam parte num processo revolucionário devem experimentar momentos de grande satisfação, momentos marcantes e inesquecíveis. Mas uma revolução é bem mais que isso, traz dores, decepções, mortes. A revolução como sinônimo de prazer e festa faz parte apenas de mentes ingênuas ou enganadoras, do "espírito de 68", e muitos deles invocam Bakunin a este respeito. Lembremos um pouco do que ele dizia a este respeito:

> "As revoluções não são um jogo de crianças, nem um debate acadêmico em que as vaidades se matam umas às outras, nem um torneio literário onde só se derrama tinta. A revolução é guerra, e quem diz guerra diz destruição dos homens e das coisas. Sem dúvida que é uma pena que a humanidade ainda não tenha inventado um meio mais pacífico de progresso, mas até hoje qualquer passo novo na história foi realizado depois de ter recebido o batismo de sangue"

O que existe é realmente uma luta, uma luta de classes, muita violência surge desta luta, motivada pelo desequilíbrio na distribuição, principalmente dos meios de produção, e no usufruto das riquezas na sociedade. Nesta luta estão de um lado as classes dominantes e seu aparato repressivo, o Estado, e do outro, aqueles que trabalham e produzem a riqueza social, mas não usufruem do produto de seu trabalho. O anarquismo surgiu desta luta, é uma criação dos trabalhadores contra as classes dominantes. Então, se somos contra a violência e queremos uma transformação social, como vamos combater a repressão? Ficamos com o anarquista italiano Errico Malatesta neste ponto:

> *"A luta contra o governo é, definitivamente, uma luta física e material (...) O único limite à opressão do governo é a força com que o povo se mostra capaz de opor-lhe (...) O conflito pode ser aberto ou latente, mas há sempre conflito: pois o governo não se dá conta do descontentamento e da resistência do povo, até que sinta o perigo de insurreição (...) É preciso, pois, preparar-se moral e materialmente para que a vitória seja do povo quando eclodir a luta violenta." (Programma Anarchico, Julho de 1920)*

Obviamente que como anarquistas não desejamos uma sociedade violenta ou militarizada e muitos questionam se não seria contraditório com os princípios anarquistas defender o uso da força contra os opressores?. Pensamos que não cabe um discurso pacifista que torna as pessoas inertes diante de uma ameaça física. Isso poderia até aplacar a consciência ou a "ética" individual de alguns, mas ajudaria na dizimação de milhares de pessoas e, a menos que essa pessoa tenha uma consciência individualista, com certeza não se sentiria muito bem vendo morrer outros semelhantes por sua culpa de sua inércia "pacifista". Num projeto socialista libertário a consciência e a ética coerentes devem ser coletivas, sociais. Mas, isso não quer dizer que partindo de um ponto de vista social não devemos nos preocupar com os efeitos sociais da violência, mesmo que seja a violência legítima, de auto-defesa ou libertadora. No caso de emprego de violência pode-se e deve-se estabelecer critérios.

No nível social as conquistas que conseguimos vieram sempre da luta das classes trabalhadoras, que se organizaram, se prepararam para o embate contra a classe dominante. As conquistas não foram obtidas através da burocracia política ou outra qualquer. Mesmo quando os políticos aprovaram leis que beneficiaram as classes trabalhadoras estas leis foram conseguidas graças a pressão de movimentos sociais organizados e não pela benevolência de patrões e Estado. O embate que as classes trabalhadoras travam contra as classes dominantes para a conquista de seus objetivos compreende diversos níveis de confrontação, porque quando as classes dominantes sentem que seus privilégios podem desaparecer usam a violência. Diante desta constatação histórica é que as classes trabalhadoras devem se precaver e pensar a primeira forma de confrontar a violência das classes dominantes: a auto-defesa dos trabalhadores, ou seja, a violência necessária para a sobrevivência e o avanço das conquistas cotidianas das classes trabalhadoras.

Um temor que se manifesta em relação à violência é que gere uma dinâmica autoritária e militarista ou mesmo que possa conduzir ao uma espécie de "ditadura do proletariado". É um receio legítimo e saudável, mas que não deve nos impedir de avançar neste tema. Ações de tipo violento requerem uma forma específica de atuar, com critérios adequados para este tipo de ação, disciplina nestes casos é um elemento fundamental. No entanto, foi e é perfeitamente possível organizar este tipo de atuação de forma horizontal, com debate, avaliação e troca de comando se necessário. Além disso, a violência é somente um aspecto de uma luta muito mais ampla em que todos os militantes, seja em que campo atue tem a sua importância.

Não queremos neste texto fazer uma apologia da violência, muito pelo contrario, queremos dizer com isso que o uso da força deve ser organizado e não aleatório, por isso não somos favoráveis a atos de violência isolados, se eles forem necessários, que façam parte de um esforço coordenado e planejado, e esta é uma tarefa que cabe a uma organização anarquista que queira realmente uma transformação. A contextualização do ato violento com as necessidades e reivindicações populares é um critério, ou seja, a violência não pode ser vista como um ato estranho para as pessoas, elas têm que estar identificada com as lutas. Isso contribui para se conseguir apoio popular e cria dificuldades para a mídia manipular informações tentando descaracterizar o ato. A violência também deve responder a anseios da própria população e não se basear na vontade particular de um grupo isolado. Em nossa opinião a violência para o anarquista não deve ser nunca um fim, mas um meio circunstancial para que a luta popular seja vitoriosa.

Isso vai contra o que pensavam muitas das guerrilhas latino americanas que tinham como base a concepção foquista de luta armada por exemplo. Para estes era a própria atuação da guerrilha que criariam as condições subjetivas de apoio ao grupo armado revolucionário, na medida em que a atuação guerrilheira levaria ao endurecimento da repressão estatal, ao fechamento dos campos legais e institucionais de atuação, sendo que a única alternativa de luta contra o sistema se daria através da luta armada. O que houve com esta concepção foi que a mesma acabou sendo facilmente dizimada, na medida em que o Estado usou a repressão seletiva contra os grupos

armados e na medida em que os partidários do foquismo não tinham atuação nos movimentos sociais das classes trabalhadoras e tinham critérios mais frouxos de ingressos no seu aparato armado já que vislumbravam que a luta armada era a única alternativa de luta revolucionária viável.

Para nós, a luta violenta contra as classes dominantes deve estar ligada intimamente com o grau de desenvolvimento da luta de classes no contexto onde se atua e é neste sentido que falamos em contextualização do ato violento. Se o ato violento for uma demanda da luta das classes trabalhadoras e estas estiverem necessitando deste tipo de apoio em seu processo de lutas, aí sim entendemos que organizações revolucionárias que atuam nos movimentos sociais, devem fornecer o apoio necessário ao movimento, seja como forma de combater a violência das classes dominantes, seja como forma de promover a libertação das classes trabalhadoras da dominação de classe.

Outro critério é avaliar os riscos envolvidos, pesando se realmente vale a pena correr alguns riscos em nome de objetivos às vezes limitados e, sobretudo, avaliar o contexto do momento para que o ato produza o efeito desejado. Para que tenha ressonância popular a violência também só deve ser utilizada em último caso ou quando se demonstrarem ineficazes as outras alternativas.

No caso de um processo de ruptura os anarquistas se envolveram em vários momentos históricos com questões relacionadas à violência: milícias, guerrilhas e exército (casos exemplares do movimento macknovista na Ucrânia durante a Revolução Russa e da Revolução Espanhola). Muitos anarquistas exerceram funções de organização e comando militar nestes episódios. Podemos tirar algumas lições destes e de outros episódios. No caso de processos de ruptura devemos trabalhar para que o período de confrontos violentos seja o mais breve possível, procurando fazer com que a violência não se torne parte do cotidiano, fator que dissemine medo, o terror, afaste a participação popular e isole socialmente os revolucionários. Um dado interessante de se levar em conta é que a necessidade de usar a violência se reduz na medida em que avança a destruição do Estado, a expropriação dos meios de produção e o fim da exploração do trabalho. Se retirarmos os meios de sustentação da burguesia reduzimos as chances de que ela se arme e ataque, reduzimos a necessidade de usar contra ela a violência. É por isso que no processo revolucionário defendemos a articulação de vários níveis de luta.

Não foi por “gosto” ou para adotar um ar radical que decidimos tratar da violência organizada das classes trabalhadoras como parte integrante de nosso projeto. Discutimos este tema a realidade histórica coloca a necessidade de uma atuação violenta das classes trabalhadoras para que consigam a sua libertação. Não seremos hipócritas, como grande parte da esquerda, que não quer discutir este assunto e que não consegue avançar nas conquistas dos trabalhadores para além dos estreitos limites da legalidade burguesa. Poderíamos sim proceder desta forma, seria talvez mais agradável aos ouvidos e olhos de muita gente, preferimos não agradar tanto, mas tratar as coisas com a franqueza necessária. A Federação Anarquista Uruguaia (FAU) tem contribuições valorosas neste campo e extraímos de um documento da FAU um trecho que sintetiza bem nossa concepção neste nível:

> “Uma organização é realmente revolucionária se se propõe e resolve realmente o problema do poder, e o problema do poder somente pode ser resolvido com uma adequada linha de prática da violência, ou seja, com uma adequada linha militar. A demonstração em suma de que só haverá socialismo com revolução, ou seja com destruição violenta do Estado burguês. Que só haverá destruição violenta do Estado burguês, com uma prática político-militar adequada, são aportes históricos. Dito de outro modo: Nenhuma organização é realmente revolucionária até que se proponha e resolva os problemas de aspecto violento, militar de sua prática política. Não há política revolucionária sem teoria revolucionária. Não há política revolucionária sem linha militar revolucionária.”

Sobre as formas específicas e modalidades de ação neste nível não existe receita pronta e acabada. O que existe é a experiência histórica e a nova realidade que a conjuntura de cada momento nos apresenta. Nos preparar é uma tarefa, pois nossos adversários se preparam e se organizam, e não será com argumentos dóceis que chegaremos aos seus corações.

Uma ruptura revolucionária que pretenda destruir este Estado terá que se defrontar com um elemento central deste mesmo Estado: a violência. Dessa forma uma ruptura toma formas necessariamente violentas. Todos temos por objetivo uma sociedade solidária e sem violência, mas infelizmente enquanto não cessarem as condições que exigem uma luta violenta contra o sistema nós não poderemos deixar de nos aprofundarmos neste tema. A burguesia não vai ceder para nós uma nova sociedade, vai atacar e destruir. Devemos nos preparar para isso, ter sempre em nosso horizonte político que este é um campo estratégico de ação para quem quer transformar revolucionariamente a sociedade. Seria irresponsabilidade de nossa parte deixar de lado este aspecto da luta.

Uma vez entendida esta realidade cabe se preparar da melhor maneira possível para fazer frente às dificuldades que certamente aparecem à medida em que as lutas dos trabalhadores forem avançando e que a situação sócio-econômica for se deteriorando, porque sem dúvida a burguesia tende a recrudescer os aparatos repressivos e não podemos ficar a espera de seus ataques para reagir apenas num segundo momento. São vidas que

estão em jogo, é o projeto de superação deste sistema que está em jogo, única saída contra um capitalismo que causa a morte de milhões de pessoas ano após ano, década após década.

A razão de ser da organização política anarquista

De maneira geral entendemos que a função da organização anarquista que trabalhamos para construir é coordenar os diferentes níveis nos quais atuamos: propaganda das idéias, construção teórica e programática, organização das lutas mais ou menos violentas das classes trabalhadoras e movimentos sociais (espaços de trabalho, bairros, ocupações, escolas, universidades, etc.).

Entendemos que deve ser uma discussão e uma decisão coletiva e horizontal da organização anarquista colocar mais energia nesta ou naquela atividade em determinando momento. Apesar de serem necessárias várias frentes e modalidades de atuação toda organização tem limites: tem um número restrito de membros, tem necessidades materiais e financeiras que podem limitá-la, tem dificuldades internas, etc. Nesta situação torna-se impossível atuar em tudo. Além disso, a organização deve analisar a realidade, avaliar em que campo é mais interessante atuar num dado momento. Isso obriga a escolher certas atividades com critério. E isso não é privilégio de uma organização, qualquer grupo, por menor que seja, qualquer indivíduo escolhe o que vai fazer, prioriza determinadas atividades em detrimento de outras que avalia menos importantes. Muitas vezes estas opções não são pensadas e se cometem erros, se desperdiçam energias, pessoas se frustram e se afastam. Uma das tarefas da organização é avaliar onde vamos depositar nossas energias. Existindo um objetivo, uma estratégia, as táticas são decorrentes.

Outro ponto fundamental para nós é compreender a distinção que existe entre organização anarquista e os movimentos sociais. Tratamos deste tema quando abordamos os movimentos sociais autônomos e combativos, mas queremos fazê-lo pela ótica da organização anarquista neste ponto. Nós não buscamos um movimento anarquista de massas, por que não avaliamos que isso seja viável e interessante politicamente.

Logicamente a organização anarquista tem uma concepção de movimento social, procura discutir previamente sua intervenção nos movimentos nos quais atua, pois está ali com uma intenção política. Entretanto, como concebemos o movimento social como protagonista, como agente histórico, a função da organização é de impulsionar e não controlar, aparelhar, esvaziar ou limitar o movimento social. É a organização que serve o movimento e não o movimento que serve à organização. Dizemos isso sem nenhum tipo de purismo em relação aos movimentos sociais, a organização atua ali, defendendo posições, combatendo reformistas e procurando o avanço de consciência para além do campo reivindicativo e ao fazer isso muitas vezes entra em conflito com outras pessoas do próprio movimento social.

Ou seja, o papel central de uma organização política anarquista não é o de subordinar o movimento social ao seu projeto revolucionário. É claro que se o movimento social autônomo caminhar no mesmo sentido do programa da organização política anarquista para o nível social melhor, mas se não caminhar o que devemos fazer é compreender o grau de amadurecimento das próprias classes trabalhadoras e não forçar que estas assumam programas mais radicais do que são capazes de assumir.

A organização política anarquista deve coordenar a atuação em vários níveis de ação para que a luta de classes possa avançar cada vez mais num sentido revolucionário. Para isso deve atuar nos movimentos sociais autônomos para que estes ganhem em grau de combatividade, deve fazer propaganda e agitações que acrescentem novos horizontes para as classes trabalhadoras, ao mesmo tempo em que se aprofunda na análise da realidade histórica onde se atua e nas formas como se pretende transformar a realidade, seja elas violentas ou não.

O que dizemos aqui é que o movimento social possui limites para transformar a realidade por sua própria característica mais reivindicativa e por sua estrutura mais frouxa, que facilita a repressão seletiva dos elementos mais combativos. Além disso, as instâncias dos movimentos sociais, por se preocuparem prioritariamente com problemas mais imediatos, não conseguem ter o tempo e o preparo suficientes para a construção de uma análise e a elaboração de um programa para a atuação mais eficaz na realidade onde se trabalha. Por outro lado, os grupos que combatem o sistema respondendo a violência com violência, ao não estarem nos próprios movimentos sociais, não alcançam legitimidade social e se isolam das classes trabalhadoras, transformando-se em grupos de supostos iluminados que portam o caminho para as classes trabalhadoras e não constróem o caminho com o próprio amadurecimento destas classes, sendo que, como já dissemos, bem sabemos que a atuação violenta contra as classes dominantes deve ser realizada e discutida por setores pequenos e mais preparados das classes trabalhadoras, já que esta discussão não deve ser feita em instâncias abertas como a dos movimentos sociais, o que facilita a repressão.

Em síntese o papel da organização anarquista é o de harmonizar a luta das classes trabalhadoras nos movimentos sociais, com o trabalho de propaganda e suporte teórico para os trabalhadores pensarem o caminho a se seguir, além do próprio suporte de defesa dos trabalhadores contra a opressão das classes dominantes. Mas, sabemos que não é só uma organização revolucionária que pode cumprir este papel. Muitas outras organizações também podem fazer isso. Buscaremos nos afinar com organizações que possam avançar no rumo revolucionário, no caminho do socialismo libertário para que possamos construir uma força política revolucionária mais

significativa e criteriosa, não a única, talvez nem a mais importante, mas uma força que possa ajudar as classes trabalhadoras a modificar o rumo de sua história.

LUTA LIBERTÁRIA
grupo anarquista organizado
Caixa Postal 11639, São Paulo/SP CEP: 05049-970
e-mail: lutalibertaria@hotmail.com